



1290000369



IE

TCC/UNICAMP L32a



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE ECONOMIA – IE**

**Análise Regionalizada dos Investimentos Industriais no Brasil
após a Implementação do Plano Real**

KELLY PATRÍCIA LARANGEIRA

**Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Unicamp, sob a orientação
do Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão**

Campinas, dezembro de 2002

Agradecimentos

Este trabalho de Monografia foi resultado de dois anos de Iniciação Científica pelo CNPq, o que possibilitou o tempo necessário para que o desenvolvêssemos de acordo com nosso abrangente projeto. Graças ao reconhecido mérito do Prof. Wilson Cano junto aos órgãos nacionais de pesquisa, pudemos ter a possibilidade de desenvolver nosso projeto durante esse período.

Participou, desde o início, diretamente da elaboração e desenvolvimento do projeto, o Prof. Carlos Antônio Brandão, a quem devo agradecer não só por essa oportunidade de pesquisa, mas também pela possibilidade de continuar minha vida acadêmica no Mestrado.

Graças ao Prof. Brandão, pude conhecer e fazer parte por um breve período – que pode ter continuidade – do universo extremamente rico daqueles que dedicam-se à Economia Urbana e Regional. Professores e diversos pesquisadores, que passei a admirar pelas obras que têm em seu cerne a preocupação com o desenvolvimento do país e com a integração nacional das regiões e estados, tão esquecidos pelos últimos governos.

Aos amigos que pude fazer durante a graduação e que foram importantes para que conseguíssemos enfrentar as situações de grande esforço durante o curso.

À minha família, principalmente à minha mãe, Cacilda, que me incentivou para que eu realizasse meus estudos em bons colégios e que pudesse fazer parte de uma Universidade tão completa e qualificada como a Unicamp, capaz de abrir novos horizontes para estudantes ainda jovens, mas ávidos pela liberdade de poder decidir seus próprios caminhos.

Agradeço, finalmente, ao meu namorado, Ronaldo, que me acompanhou desde os vários vestibulares e esteve comigo durante todo o tempo da graduação me apoiando e compreendendo as situações – não raras - em que tinha que dar prioridade aos estudos.

Indaiatuba, novembro de 2002.

Resumo

Este trabalho tratou de analisar os impactos que as transformações no contexto econômico brasileiro, com as aberturas comercial e financeira iniciadas na década de 90 e acentuadas após a implementação do Plano Real, tiveram sobre os investimentos industriais nos estados e regiões brasileiras, dando ou não continuidade ao processo de desconcentração industrial da primeira metade da década de 80.

Para que nossa análise não se limitasse aos investimentos industriais, procuramos contextualizar o debate sobre desconcentração/reconcentração industrial desde a década de 80 até os dias atuais, utilizando-se da vasta bibliografia existente sobre o tema.

Mostramos também a dinâmica regional brasileira na década de 90, através da análise de alguns indicadores da atividade econômica como Produto Interno Bruto e Índices de Crescimento da Produção Industrial. Com isso, pudemos observar que na década de 90, assim como na década anterior, a economia brasileira continuou apresentando breves surtos de crescimento, insuficientes para alavancar uma possível retomada do crescimento econômico do Brasil.

Finalmente, analisamos os investimentos na economia brasileira após 1996, focando-se no setor objeto de nossa pesquisa – o industrial - para que pudéssemos levantar algumas hipóteses sobre a retomada da concentração industrial brasileira naqueles estados e regiões mais dinâmicos do país.

Índice

Introdução	01
-------------------	----

Capítulo I – Análise do Período de 1970 a 1995

1.1 – Considerações Gerais	05
1.2 – Debate sobre o Período	07
1.3 - Indústria Extrativa	12
1.4 - Indústria de Transformação	12
1.4.1 – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis	12
1.4.2 - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários	14
1.4.3 – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis	16
1.5 – Breves Considerações sobre Determinados Movimentos Regionais	25
1.5.1 - Região Nordeste	25
1.5.2 - Região Centro-Oeste	25
1.5.3 – Região Sul	26
1.5.4 – Região Sudeste	26

Capítulo II – Análise da Dinâmica Regional Brasileira na Década de 90

2.1 – Análises do PIB e Índices de Crescimento da Produção Industrial	28
2.2 – Análise do Valor da Transformação Industrial (VTI)	36
2.2.1 – Advertências Metodológicas	36
2.2.2 – Análise Regional da Indústria no Período 1985/98	38
2.2.3 – Análise da Indústria Paulista no Período 1985/98	60

Capítulo III – Análise Regionalizada dos Investimentos Realizados no Período Pós-1996

3.1 – Distribuição Regional das Oportunidades de Investimento Industrial no Brasil em 2001	80
3.1.1 – Os Principais Resultados Regionais/Setoriais do Levantamento	82
A – Região Centro-Oeste	82
A.1 – Grupo I	82
A.2 – Grupo II	83
A.3 – Grupo III	84
B – Região Nordeste	84
B.1 – Grupo I	84
B.2 – Grupo II	87
B.3 – Grupo III	89
C – Região Norte	91
C.1 – Grupo I	91
C.2 – Grupo II	91
C.3 – Grupo III	92
D – Estado de São Paulo	93
D.1 – Grupo I	93

D.2 – Grupo II	96
D.3 – Grupo III	98
E – Região Sudeste (exceto SP)	102
E.1 – Grupo I	102
E.2 – Grupo II	102
E.3 – Grupo III	103
F – Região Sul	104
F.1 – Grupo I	104
F.2 – Grupo II	105
F.3 – Grupo III	106
Conclusão	108
Bibliografia	117
Anexo Estatístico	119
Capítulo II	119
Capítulo III	130

Introdução

Esta pesquisa realizará um mapeamento e um balanço sintético dos resultados dos investimentos programados e executados durante a década de 90, com destaque para o período após a implementação do Plano Real. Ela procura contribuir para o esforço de investigação da dimensão espacial da economia brasileira neste momento de abertura comercial e de aumento do ingresso do capital estrangeiro no País.

O projeto aqui apresentado participa do esforço para o entendimento da dinâmica regional brasileira neste período recente, propondo-se a colaborar para a atualização das tradicionais análises regionais elaboradas no passado pelo IE/Unicamp.

A maior parte das pesquisas da área de economia regional, até então realizadas, analisaram a questão da concentração/desconcentração dos investimentos industriais nas cinco macrorregiões geográficas brasileiras para o período que vai até meados da década de 90.

O Capítulo I retoma alguns dos principais estudos realizados por pesquisadore da área da economia regional como Cano, Guimarães Neto, Diniz, Pacheco, Azzoni, etc.

Sob o ponto de vista da análise da dinâmica regional da economia brasileira há três sub-períodos claramente delimitados: **1930/70**, caracterizado pelas políticas econômicas de desenvolvimento do país, com destaque para o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e a fundação de órgãos voltados para o desenvolvimento regional, como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); **1970/85**, caracterizado pela maturação dos projetos do II PND, pela queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país e pela crise fiscal e financeira do estado; e , finalmente, **1985/95**, período caracterizado pela ausência da formulação de projetos para o desenvolvimento regional e

também pelo início das políticas governamentais neoliberais de aberturas financeira e comercial da economia.

O período posterior – pós 1995, objeto central de nossa pesquisa – foi marcado inicialmente pela implantação do Plano Real e pelas políticas de abertura comercial e financeira que impactaram fortemente a estrutura produtiva do país, ampliando sua diferenciação regional. Nesse contexto se insere nosso interesse e a necessidade de se analisarem as repercussões que tais transformações no contexto macroeconômico tiveram sobre os investimentos industriais nos estados e regiões brasileiras.

Nas duas últimas décadas a economia brasileira apresentou um movimento errático, com breves e débeis surtos de crescimento. Este desempenho crítico impactou diferencialmente as estruturas produtivas regionais. Assim, o objetivo principal deste estudo é procurar averiguar esse processo nas diversas porções do território nacional, buscando responder se estaria ocorrendo uma desconcentração espacial nas atividades econômicas no período após a implementação do Plano Real no Brasil, ou, ao contrário, se estaria havendo um processo de retomada da concentração dos investimentos produtivos na região Centro-Sul do país (principalmente no estado de São Paulo), como ocorria no período anterior à década de 70.

Analisaremos, então, quais os impactos que as mudanças ocorridas na esfera econômica e na orientação política do País na década de 90 tiveram sobre a orientação dos investimentos, tanto públicos quanto do capital privado nacional e internacional. Com esse fim, faremos a análise de alguns indicadores da economia brasileira no Capítulo II como Produto Interno Bruto (PIB) por Unidades da Federação, Índices de Crescimento da Produção Industrial e Valor da Transformação Industrial (VTI) com base na Produção Industrial Anual (PIA) de 1998, pesquisada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O início da década de 90 marca o nascimento de um novo período no País, com orientações de política econômica bastante distintas daquelas que predominaram da década de 50 até a década de 80. Essa mudança na orientação política do Brasil trouxe consigo, conseqüentemente, profundas mudanças

econômicas. Dentre as principais, e que mais têm influência em nossa análise, estão: redução dos investimentos públicos, ausência de política determinante sobre redução das desigualdades regionais, abertura financeira e comercial e sobrevalorização da moeda nacional por um determinado período.

Enquanto no período caracterizado como “desenvolvimentista” houve uma ação concreta da esfera pública no sentido de se procurar minorar os desequilíbrios regionais - com vários outros fatores convergiram para a redução da concentração das principais atividades econômicas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) para outras unidades da federação (Cano, 1998), sobretudo para o próprio interior paulista - com as políticas neoliberais se reduziram os investimentos públicos e não se desenvolveu nenhuma ação importante que promovesse a redução das desigualdades regionais.

As aberturas financeira e comercial, que também ganham espaço no início da década de 90, realizadas de forma abrupta, aumentaram a entrada de capital estrangeiro e de produtos importados. Essa invasão de importados foi facilitada pela valorização cambial ocorrida com a implantação do Plano Real (agosto/1994), após uma década de investimentos produtivos fracos na indústria brasileira (a chamada década perdida dos 80). Assim, a indústria nacional não se encontrava em condições de se expor e de concorrer com a grande quantidade de produtos importados de baixo preço que começaram a entrar no País.

Trata-se de um momento de inserção do país no contexto internacional, marcado por intenso relacionamento entre os países, principalmente comercial e financeiro – a chamada “globalização”. A entrada de empresas transnacionais se intensificou, bem como se tornaram freqüentes os processos de fusões e aquisições. É um período também caracterizado pela abrupta abertura comercial e pela reestruturação do parque produtivo nacional, com formação de grandes empresas para fazer frente às concorrentes estrangeiras e fechamento de muitas empresas.

Viu-se, então, que, ao contrário do que ocorreu com o processo de industrialização brasileiro iniciado na década de 30, caracterizado pelo avanço das indústrias nacionais e pela entrada de indústrias estrangeiras, mas produzindo

internamente e abastecendo o mercado nacional, após a década de 90, as indústrias nacionais passaram a enfrentar diretamente a concorrência de produtos importados após a implementação do Plano Real. Tal concorrência foi beneficiada pela paridade da moeda nacional com o dólar, o que barateou as mercadorias importadas e, conseqüentemente, contribuiu para a entrada de muitos produtos estrangeiros, levando ao fechamento de muitas empresas nacionais que não apresentavam condições produtivas ou mesmo baixos custos de produção para concorrer com as mercadorias importadas produzidas a pequeno custo, por exemplo, pelos Tigres Asiáticos.

Faremos, então, no Capítulo III, uma análise regionalizada dos investimentos industriais no Brasil, particularmente no período após a implementação do Plano Real, por se tratar de uma espécie de marco temporal em que ocorrem mudanças na economia brasileira que, certamente, trouxeram e ainda trazem conseqüências para o setor produtivo nacional. Utilizaremos as informações sobre intenções de investimento organizadas por Rodrigues (2000), o balanço das Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento realizado pela Secretaria de Política Industrial (SPI) do Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia (MICT) e, finalmente, utilizaremos tabelas por nós construídas com base nos dados e reportagens sobre investimentos industriais publicados no Jornal Gazeta Mercantil no período de setembro de 2000 a julho de 2002.

Para a análise das transformações nas economias regionais ao longo da década de 90 foram utilizados os dados amplamente disponíveis nos órgãos oficiais (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, IBGE, IPEA, BNDES, etc.), instituições regionais ligadas ao desenvolvimento estadual (FEE, FUNDAJ, IPARDES, etc.), secretarias estaduais e superintendências de desenvolvimento do Norte e Nordeste e da Zona Franca de Manaus (SUDAM, SUDENE e SUFRAMA) e outras instituições, tais como as associações nacionais de alguns produtos (Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, ANFAVEA, ABIQUIM, Instituto Brasileiro de Siderurgia, etc).

Capítulo I - Análise da Dinâmica Regional Brasileira no Período de 1970 a 1995

1.1 – Considerações Gerais

Realizaremos uma breve exposição dos traços fundamentais das mudanças ocorridas na economia brasileira a partir dos anos 70, para que avaliar sua dimensão regional, sobretudo o que houve até meados da década de 90 na distribuição regionalizada dos investimentos de sua indústria. Nos próximos capítulos, malgrado a insuficiência dos dados e informações disponíveis sobretudo para a segunda metade da década de 90, focalizaremos o período após a implementação do Plano Real.

Durante os anos de 60 e 70, a economia brasileira passou por ciclos expansivos marcados pela industrialização pesada e pela maior integração do mercado nacional. À articulação comercial se seguiu amplo e profundo processo de integração produtiva, que seria reforçado pela consolidação da grande empresa industrial e pelas políticas que ampararam a migração de capital do Sudeste para as demais. Entre 1930 e 1970, o Brasil apresentou altas taxas de crescimento econômico e o estado de SP crescia a taxas ainda superiores que a média nacional, concentrando parcelas crescentes do PIB. Daí, não se pode concluir que o crescimento de SP se fazia às custas da estagnação do resto do país, pois o restante do país também apresentava taxas elevadas de crescimento, devido às crescentes articulações econômicas entre aquele estado e as outras regiões. Dessa forma, segundo Wilson Cano, o que ocorria era uma articulação entre a economia paulista – núcleo da acumulação produtiva do país – e as demais regiões, complementos econômicos produtivos de São Paulo, que tinham suas bases produtivas acionadas a partir desse núcleo central. “Assim, embora a dinâmica de acumulação fosse concentradora, em seus resultados concretos, articulava, entretanto, também o crescimento regional” (Cano, 1998: 313).

No período 1970/85, consolidou-se a implantação da matriz industrial brasileira, o que exigiu maior esforço de articulação com outras regiões, dada a necessidade de recursos naturais. Assim, projetos vultuosos como hidrelétricas,

minerais não-ferrosos, químicos e petroquímicos foram implantados na periferia. Tais projetos, associados aos efeitos das políticas de desenvolvimento regional que haviam sido implementadas na década de 60, com investimentos em indústrias leves e de insumos, levaram ao processo de desconcentração industrial regional.

A partir de 70, então, dá-se um processo de desconcentração da atividade produtiva da região Sudeste para outras regiões brasileiras, impulsionado pelo bom desempenho da economia com altas taxas de crescimento, processo conhecido por “milagre econômico” e depois com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

A maior parte dos investimentos concentraram-se na produção de insumos básicos que, por ser dependente de recursos naturais, fez com que a maioria dos projetos do II PND se localizasse nas regiões periféricas da economia brasileira. Neste contexto destacam-se as políticas de atração de investimentos, por meio de incentivos fiscais, cambiais e creditícios, e a conseqüente formação da SUDENE no Nordeste (1960), da SUDAM na Amazônia (1967) e da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Cabe ressaltar, no entanto, que essa indústria localizada nas regiões periféricas nacionais funcionava como elo complementar à indústria da região Sudeste e dependente de seus mercados de insumos, bens de capital e produtos finais. Essa complementaridade com a região Sudeste era impulsionada pelo crescimento da industrialização em direção ao interior do estado paulista, apesar da perda de posição da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Durante os anos 80 e início dos anos 90, temos breves surtos de crescimento e períodos de *continnum* de baixas taxas de crescimento, rompendo com a trajetória histórica de crescimento observada até então. O final da década de 80 é marcado por alterações que modificam o quadro de desenvolvimento regional que se deu no período 1970/85. As principais alterações foram: a Constituição de 1988, que aumentou a participação dos estados e municípios na receita por meio da destinação de parte do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para a formação dos Fundos de Participação dos

Estados (FPE) e Fundos de Participação dos Municípios (FPM), agravando a crise fiscal do governo federal e comprometendo sua ação desenvolvimentista, possibilitando aos estados e municípios uma atuação mais agressiva que depois se transformaria em verdadeira “guerra fiscal”; e o conjunto de reformas orientadas para o mercado, com abertura comercial, liberalização financeira, privatização de empresas estatais e desregulamentação dos mercados.

No início dos anos 90, o governo Fernando Collor de Mello adota um posicionamento neoliberal, tomando medidas de abertura comercial do país e desestruturação do parque produtivo nacional. O crescimento econômico tanto de SP quanto do Brasil foi, em média, muito inferior ao registrado no período anterior, havendo uma inflexão no processo de desconcentração econômica. Com o Plano Real e a sobrevalorização cambial, as importações tornaram-se baratas e volumosas no Brasil, corroendo o superávit comercial baseado na exportação de *commodities*.

Neste último período, a indústria paulista foi mais afetada pela crise relativamente à indústria do restante do país, porque o estado paulista era o centro produtivo dominante e possuía uma estrutura industrial mais completa, moderna e mais complexa que o restante do país.

1.2 – Debate sobre o Período

Neste item faremos breve exposição dos principais argumentos desenvolvidos por analistas da economia regional brasileira, como Cano, Pacheco, Diniz, Guimarães Neto e Azzoni sobre o processo de concentração/desconcentração da atividade industrial.

O auge do debate sobre a dinâmica regional brasileira deu-se no período 1985/95, após o período de nítida desconcentração econômica do período 1970/85. Sobre este período, há consenso entre os pesquisadores da área de economia regional (Azzoni, Cano, Diniz, Guimarães Neto, Pacheco) sobre a desconcentração. No entanto, Wilson Cano destaca que tal processo foi mais de caráter “estatístico”, posto que, apesar do crescimento do Estado de São Paulo ter arrefecido, comparativamente aos anos anteriores, e o das outras regiões ter

aumentado, este não foi suficiente para criar novos encadeamentos intersetoriais endógenos a cada região periférica, continuando dependentes daqueles situados no pólo paulista. As estruturas produtivas do pólo continuam fabricando produtos mais elaborados, intensivos em tecnologia e dinamizados pelo mercado consumidor desse estado.

Todos os autores referidos anteriormente mostraram que houve, em termos gerais, redução da desconcentração econômica durante a década de 80. No entanto, os autores divergem em alguns pontos particulares, quando analisam o período da década de 90, sobre a existência de reconcentração ou continuidade da desconcentração industrial nas regiões brasileiras.

Wilson Cano discute o importante papel de comando que a economia paulista ainda exerce na economia brasileira, havendo um encadeamento de suas indústrias mais intensivas em tecnologia (bens de capital e de consumo durável) com as indústrias de outros estados e regiões, intensivas em mão-de-obra e em recursos naturais (extrativa e bens de consumo não-durável). Descarta, portanto, a hipótese de ligação das indústrias brasileiras fundamentalmente com o setor externo, importando bens intensivos em tecnologia e exportando bens intensivos em mão-de-obra e recursos naturais. No entanto, devido à escassa informação estatística sobre o período (o IBGE não realiza Censos Industriais desde 1985) torna-se difícil a comprovação definitiva da argumentação desses diversos pesquisadores.

Em 1995, Guimarães Neto – outro autor relevante que interpreta o processo de desenvolvimento regional - elaborou uma síntese das conclusões mais relevantes dos ensaios elaborados por equipes regionais sobre desigualdades regionais e desenvolvimento, na qual atribuiu a interrupção do processo de desconcentração espacial, ou pelo menos a redução de sua intensidade, ao aprofundamento da crise e da instabilidade no final dos anos 80 e à intensificação da crise fiscal e financeira do setor público que, através de seus gastos e financiamentos, foi o elemento indutor de grandes transformações desde o início da industrialização do país. (Guimarães Neto: 1996)

Guimarães Neto tem chamado a atenção para o fato de que o processo de desconcentração, que interrompeu secular processo de concentração espacial, ter tido pequena duração - de não mais que uma década - e de ter ocorrido no quadro geral de desaceleração e de crise e instabilidade da economia nacional. Segundo o autor, isso explica, em grande parte, os limites do processo de desconcentração e o fato de ter sido "extremamente seletivo" do ponto de vista setorial e espacial e insuficiente para reverter o alto grau de desigualdade e heterogeneidade existente na economia nacional, do ponto de vista social e espacial. (Guimarães Neto: 1996)

Num trabalho elaborado em 1997 incorporou novos argumentos aos limites à desconcentração, analisando os impactos regionais do processo de globalização e maior exposição da economia nacional à concorrência internacional e, também, os impactos espaciais da vigência de novo padrão tecnológico, afirmando que as atividades econômicas deverão voltar a concentrar-se nas regiões de maior grau de industrialização e de nível mais alto de renda por habitante. (Guimarães Neto: 1996)

Azzoni (1986) considera a tendência da indústria de procurar contornar os custos elevados das metrópoles derivados do crescimento urbano-industrial nas grandes cidades, localizando-se no entorno metropolitano, no que ele denominou "campo aglomerativo". Assim, as regiões do entorno metropolitano possuiriam "vantagens aglomerativas", compostas por como economias de urbanização; "ambiente industrial" ou economias de escala e de aglomeração. Com isso, conclui não pela "reversão da polarização" (já que não teriam se formado no país áreas de crescimento industrial autônomas em relação ao poder de atração do principal centro urbano do país), mas por uma dispersão da indústria em torno das regiões mais desenvolvidas (entorno metropolitano), o que chama de "desconcentração concentrada", representada pela expansão geográfica da área mais industrializada do país, para os municípios localizados num raio de aproximadamente 150 Km do centro da Grande São Paulo e os centros urbanos de maior porte situados próximos à RMSP, principalmente no sul de Minas Gerais e na região de Curitiba, no Paraná. As decisões locacionais seriam determinadas, assim, por fatores aglomerativos, daí a concentração em torno das metrópoles, bem como por custos

associados a estas decisões (que são crescentes segundo o tamanho das cidades), daí não se localizarem diretamente nas metrópoles. A RMSP continuaria desempenhando papel de principal centro de decisão e de inovação nacional e sua atratividade teria se expandido, graças à ampla base de serviços ofertados (sobretudo os mais sofisticados), importante fonte de vantagens aglomerativas *vis-à-vis* o perfil setorial das indústrias instaladas no estado. Ocorreu, segundo o autor, uma dispersão da atividade industrial, para uma região de aproximadamente 150 Km de raio a partir da capital (Azzoni, 1986).

Pacheco (1998) acredita que há ainda certa continuidade do processo de desconcentração, embora caracterizado por “limites estreitos” e de caráter “pontual e pífio”. Desconsidera também, assim como Azzoni, a possibilidade de “reversão da polarização”, argumentando que “não existem alternativas de polarização alternativas a São Paulo”, ou seja, não houve o surgimento de novos pólos econômicos capazes de, por si só, comandar uma dinâmica econômica nova para a indústria brasileira. Segundo o autor estaria ocorrendo um processo de fragmentação da economia nacional, na medida em que a histórica complementaridade e solidariedade econômica entre as estruturas produtivas regionais estaria se dissipando.

Diniz, por sua vez, defende que o Brasil constitui um caso de “desenvolvimento poligonal”, caracterizado por um limitado número de pólos de crescimento ou regiões capturando a maior parte das novas atividades econômicas. Segundo o autor, tal desenvolvimento poligonal resultaria de cinco forças: deseconomias de aglomeração na RMSP e economias de aglomeração em outros centros urbanos e regiões; papel da política econômica ou ação do Estado (investimento direto, incentivos fiscais, infra-estrutura); busca de recursos naturais, traduzida no movimento das fronteiras agrícola e mineral, e com reflexos na localização industrial e dos serviços; concentração social e espacial da renda, poder de compra e de pesquisa, que retém o crescimento em regiões ou áreas com maior base econômica; e, finalmente, a unificação do mercado por meio de infra-estrutura de transportes e comunicações, que levaria à maior competição inter-empresarial. De acordo com Diniz, o processo de desconcentração da

atividade industrial da RMSP deu-se em duas fases: na primeira, em direção ao interior do próprio estado de São Paulo e em direção aos demais estados brasileiros; e na segunda uma reconcentração no polígono formado por Belo Horizonte (MG), Uberlândia (MG), Londrina/Maringá (PR), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e São José dos Campos (SP). Considera, portanto, que houve “reversão da polarização” da RMSP, mas que não foi suficiente para promover uma sustentada desconcentração para a Nação como um todo e que, assim, haveria se constituído uma aglomeração em torno apenas do grande polígono referido anteriormente. No interior de tal polígono haveria reconcentração das mudanças tecnológicas e redução da intervenção estatal aliadas à concentração prévia da renda, da pesquisa, do mercado de trabalho profissional e da renda (Diniz, 1993).

Apesar de defender a concentração da atividade industrial em torno do polígono, o autor acredita que “a área metropolitana de São Paulo é, e continuará sendo, o maior centro econômico e populacional do país” (Diniz, 2001: 313). Isso, graças às transformações estruturais em curso, à centralização financeira (bancos, corretoras e bolsas de ações, mercadorias e títulos), às atividades comerciais, aos serviços educacionais e de pesquisa (universidades, institutos de pesquisa), aos serviços de consultoria e apoio (marketing, advocacia, auditoria), às sedes empresariais, aos órgãos de representação econômica, aos transportes de cargas e passageiros, aos serviços de hotelaria e restaurantes, à medicina avançada, às atividades culturais e de lazer, aos escritórios de representação comercial, etc. que contribuem para reforçar a posição de São Paulo como a grande metrópole brasileira e principal base na integração econômica e na rede de metrópoles mundiais.

Após esse breve mapeamento de algumas posições analíticas dos autores que estudaram a dimensão regional do desenvolvimento brasileiro, realizaremos uma síntese das principais tendências setoriais e regionais da economia brasileira no período.

1.3 - Indústria Extrativa

A indústria extrativa desempenhou importante papel na dinâmica regional do período recente. O crescimento de 108% dessa indústria, entre 1980 e 1994, se deu principalmente pelo aumento da atividade de extração de petróleo e gás natural e também pela elevação da atividade extrativa da região de Carajás (PA). Entre os minérios mais explorados estão o minério de ferro, bauxita (alumínio) e ouro.

Em termos de concentração/desconcentração, as regiões de Minas Gerais (minérios de ferro) e Santa Catarina (carvão) perdem posição com a ampliação e diversificação da pauta de insumos industriais de origem mineral para o Rio de Janeiro (Bacia de Campos) com a exploração do petróleo e para a região Norte, por conta do Projeto Grande Carajás.

Apesar dessa indústria não resultar em expressivo encadeamento para trás e para frente com as economias regionais em que está presente, há que destacar o desenvolvimento de infra-estrutura que tal indústria necessita para o escoamento da produção, contribuindo para melhorar a logística da região em que se insere, geralmente. Pacheco (1998: 119) dá um exemplo da necessidade de condições infraestruturais favoráveis nas regiões em que estão presentes as empresas extrativas: "Há vários exemplos, tanto de terminais portuários próprios – por exemplo, os terminais de Tubarão e Ponta do Madeira da CVRD; o terminal de Sepetiba da MBR e de Ponta de Ubu da Samarco –, como de ramais ferroviários, entre os quais o mais importante é a Estrada de Ferro Carajás, que atende exclusivamente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)".

1.4 - Indústria de Transformação

1.4.1 – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis

Entre 1970 e 1985, ocorre desconcentração industrial, com queda na participação do estado de São Paulo no Valor de Transformação Industrial (VTI) da indústria de transformação de 58,1% para 51,9% e do estado do Rio de Janeiro

de 15,7% para 9,5%. Essa desconcentração ocorreu em maior parte na indústria de bens saláris, voltada quase que inteiramente para o mercado interno.

Nas indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis, a queda da participação dos estados de SP e RJ entre 1970 e 1985 foi maior que nas indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários. No entanto, de acordo com a análise feita por Wilson Cano para o período 1985/95, considerando os 16 ramos que contam com índices de produção, não se pode concluir a respeito da continuidade do processo de desconcentração industrial. Os fatores apresentados pelo autor que justificam a afirmação anterior para o período são:

- durante toda a década, farmácia, plásticos e notadamente perfumaria e bebidas – setores acentuadamente oligopolizados – aumentam a concentração em SP;
- a desconcentração da indústria alimentar é explicada pela expansão regional da agricultura e pela urbanização;
- a indústria do fumo teve alta desconcentração, devido às decisões desse oligopólio, em “relocalizar” (para MG e o Sul) suas plantas em função de fomicultoras regionais e, notadamente, dos incentivos fiscais e financeiros estaduais que agravaram ainda mais a “guerra fiscal” entre São Paulo e outros estados;
- têxtil e vestuário e calçados aparentemente aceleram sua desconcentração, sem descartar o fato de que a forte (e inexplicada) redução de seus índices de crescimento possa ocultar alta informalização e provável sonegação, ainda que tenham sido muito afetados pelas importações. Neste caso, portanto, o fenômeno poderia ser muito mais de caráter estatístico do que efetivo. (Cano, 1998: 333-4)

Os setores produtores de alguns bens saláris consolidaram alguns *clusters* especializados em determinadas regiões, como o da indústria de calçados do Vale dos Sinos (RS), de Franca e Birigüi (SP), da indústria têxtil de Americana (SP) e do pólo de confecções de Fortaleza (CE), etc. Entretanto, tais arranjos localizados não lograram constituir maiores encadeamentos intersetoriais e muito menos interregionais.

1.4.2 - Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários

Até meados dos anos 80 houve certa desconcentração industrial no setor químico brasileiro em razão da implantação dos pólos de Camaçari e Triunfo e da álcoolquímica e cloroquímica de Alagoas/Sergipe, basicamente projetos do II PND. Segundo Pacheco (1998: 136) a desconcentração em tal setor só não foi mais acentuada devido à implantação das refinarias de Paulínia e São José dos Campos, ambas em SP, cujas capacidades somadas à da Refinaria Presidente Prudente Bernardes, em Cubatão (SP), chegam a 45% de toda a capacidade instalada da Petrobrás. Há, ainda, a contribuição da produção de álcool concentrada em SP, que passou por uma importante ampliação no contexto do Pró-Álcool, programa de incentivos à utilização do álcool como combustível para os veículos automotores.

Diniz (2001: 323-4) ao analisar o setor químico afirma que “embora os pólos petroquímicos de Camaçari (BA) e Triunfo (RS) venham mantendo sua expansão, a localização da maior refinaria de petróleo do Brasil no planalto paulista (Paulínea), a chegada do gás boliviano, também em São Paulo, a expansão da produção de petróleo e gás no litoral fluminense, e os anunciados pólos petroquímico e gasoquímico naquele estado, ao lado do maior parque industrial e da maior área de mercado do país indicam que a indústria química tende a se expandir em uma combinação entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, com forte força de integração no planalto paulista”.

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro ainda têm importantes participações no setor (petro)químico nacional, embora outros estados como Bahia e Rio Grande do Sul também sejam importantes na atração de investimentos do setor.

Quanto ao setor de papel e celulose, há no período redução na participação de SP e ampliação da participação do ES, impulsionada pela Aracruz Celulose, e também ampliação das participações dos estados da BA e PR.

Na indústria de minerais não-metálicos, a produção de cimento apresentou baixo dinamismo e redução na participação de SP, RJ e MG na década de 80 e

início da década de 90 e aumento na participação em quase todas as outras regiões brasileiras. As causas principais de tal desconcentração são o acesso às fontes de matérias-primas (calcário), a maior descentralização da demanda devido ao desenvolvimento de outras regiões, urbanização das mesmas e também pelo menor impacto da crise em regiões menos industrializadas.

Wilson Cano argumenta que no período 1985/95 houve reconcentração das produções de minerais não-metálicos, papel e celulose e química (esta menos intensamente) no estado de São Paulo. Em se tratando da primeira indústria a causa provável da reconcentração teria sido o declínio regional da construção civil; no caso da segunda indústria, teria sido pelas exportações; e, finalmente, no caso da terceira, o Pró-Álcool, com a instalação da refinaria de São José dos Campos e expansão petroquímica em torno desta refinaria e da de Paulínia. Conclui que esses fatores, que atuaram positivamente, apenas possibilitaram um crescimento nulo para SP e um decréscimo para o restante do país, principalmente para a Bahia, em função da grave crise que a abertura causou à sua petroquímica.

No setor siderúrgico, Pacheco considera que houve uma notável concentração na região Sudeste, responsável por 95% da produção de aço bruto e por 81% da produção de laminados não planos, resultante da política adotada pelo Estado nas décadas de 40 e 50. Na década de 80 iniciam-se as atividades da Açominas (MG) e da Companhia Siderúrgica Tubarão (ES), reduzindo a participação de SP na produção de aço bruto de 30,5% para 16,5% entre o início da década de 80 e o início dos anos 90. Tal mudança é considerada, segundo Pacheco, um "processo de rearranjo interno" da produção siderúrgica.

Na segunda metade da década de 90, com as privatizações no setor siderúrgico, vê-se a reestruturação da indústria siderúrgica e o conseqüente aumento do poder de mercado dos dois maiores grupos do setor do país – grupos Gerdau e Villares – reforçando a concentração no Sudeste e no Rio Grande do Sul.

1.4.3 – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis

Neste grupo de indústrias, há uma redução da participação de SP e RJ, no período 1970/85, inferior às reduções nos dois grupos de indústrias citados anteriormente. O que se observa é, ainda, uma pequena concentração nesses dois estados.

Já para o período 1985/95, vale mencionar as observações feitas por Cano: “a mecânica é o ramo mais afetado nesta longa crise (queda de 15,5% da produção, entre 1980 e 1995 para o Brasil e de 37,5% para SP) e, portanto, a perda de participação paulista é muito mais um efeito dessa crise do que de expansão da produção regional em outros estados; em que pese a desconcentração de parte da automobilística para MG e o Sul, foi insignificante seu resultado estatístico, dado que tanto a produção paulista como a regional recuperaram as altas perdas do passado recente e cresceram, entre, 1985/95, a taxas praticamente idênticas; o ramo de material elétrico e de comunicações, com expansão de 45% entre 1985/95 para o Brasil e de apenas 7% para SP, foi o que apresentou a mais notável desconcentração. Aqui devo, entretanto, chamar a atenção para alguns fatos importantes: como o anterior deslocamento da maior parte dos eletrônicos de consumo para a ZFM; a política de abertura comercial, que embora tenha afetado também aquela região, prejudicou mais os segmentos paulistas de material elétrico, material eletrônico e de informática (insumos, equipamentos e bens de consumo), fechando empresas e segmentos produtivos (em SP a na ZFM); os problemas metodológicos de estimativa da produção dos novos segmentos modernos. Esses fatos exigem, por parte dos analistas, maior cuidado sobre a efetiva desconcentração havida e, principalmente, sobre sua continuidade, haja vista o recente fluxo de investimentos estrangeiros nessa área, realizados em SP, diante das perspectivas que ameaçam a ZFM” (Cano, 1998: 334-5).

Nesses setores, apesar da perda de participação do estado de SP no VTI da indústria nacional, ocorreu desconcentração da atividade produtiva da Grande São

Paulo para o interior paulista, o que recebeu a denominação de “interiorização da indústria paulista”. As principais regiões para as quais as indústrias se deslocaram foram Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos. Dentre os fatores que levaram a esse movimento, Carlos Américo Pacheco destacou os seguintes:

- política de incentivo e subsídios às exportações, dinamizando a agroindústria do estado e abrindo mercados para a exportação de produtos dos complexos de soja, café, laranja, carne, algodão e cana-de-açúcar;
- estímulo à produção agrícola e industrial de São Paulo graças ao Pró-Álcool, já que o estado concentra dois terços da produção nacional de álcool, bem como a maior parte da indústria produtora de equipamentos;
- investimentos estatais na siderurgia e no refino de petróleo, como por exemplo, a REPLAN em Paulínia (1972), a Refinaria Henrique Laje em São José dos Campos (1980), além das ampliações da Refinaria Presidente Bernardes e da Siderúrgica COSIPA em Cubatão (década de 70);
- concentração de centros de pesquisa no interior do estado paulista, como UNICAMP, CPqD (Telebrás) e CTI, favorecendo a instalação de empresas do setor eletroeletrônico e de informática em Campinas e, em menor grau, em São José dos Campos, no setor aeronáutico, em função do CTA;
- políticas estaduais de interiorização da indústria e de atração por parte dos municípios, resultando em importantes investimentos em infra-estrutura, principalmente na malha de transportes;
- políticas ambientais restritivas e fortalecimento das atividades sindicais na Grande São Paulo, somadas às “deseconomias de aglomeração”, tenderam a inibir novos investimentos na RMSP e tornar o interior do estado mais atrativo para novas indústrias ou para ampliação de outras;

Esse período aqui analisado, da década de 80 até 1994, conhecerá movimento cíclico descendente das taxas de crescimento da economia brasileira, sofrendo forte retração se comparado à década de 70. As indústrias do estado de SP, mais complexas, são mais sensíveis à queda na atividade econômica e,

consequentemente, do investimento privado, porque seu grau de encadeamento intersetorial era maior do que nos outros estados ou regiões.

De acordo com a análise de Pacheco para a indústria de bens duráveis e de bens de capital, observa-se que de 1980 a 1985 não há alteração significativa da concentração de tal indústria em SP, com exceção apenas do aumento da participação da região Sul na produção do setor de mecânica. Após 1985, no entanto, dá-se uma maior variabilidade com o incremento da produção de material de transporte em MG, mecânica no Sul e material elétrico e de comunicações em MG, Sul e Nordeste, comparativamente à produção do estado paulista. Na ZFM concentrou-se a produção final de bens de eletrônica de consumo do país graças a incentivos fiscais, como diferenciais de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Importação (II) para similares importados e para a produção nacional de outras regiões, tornando a produção desses bens inviável em outras regiões do país que não seja a ZFM. Assim, houve deslocamento da produção final de áudio e vídeo de SP, estado que, no entanto, concentra parte importante da indústria de componentes e tem encadeamento com a indústria da ZFM.

Porém, a abertura comercial do país e a conseqüente concorrência com bens importados, levou ao abrandamento dos critérios de nacionalização da produção, a ao aumento do índice de importação de componentes pelas empresas instaladas em Manaus. Com isso, o encadeamento da indústria de SP (fornecedora de insumos e peças) com a ZFM foi prejudicado e houve enfraquecimento das ligações intersetoriais da indústria.

Entre 1990 e 1995, a ZFM tem uma ligeira queda na participação nacional, pois a política de abertura comercial afetou a região (embora seu giro comercial, impulsionado pelo aumento das importações, tenha quase dobrado). Essa ligeira queda foi fruto da contradição entre a manutenção de incentivos fiscais e a política de abertura e desregulamentação que favoreceu um recente afluxo de investimentos estrangeiros para SP, notadamente nas áreas de eletrônica e informática, com a instalação de plantas de empresas que já estavam instaladas na ZFM.

A Nova Lei de Informática - Lei Nº 10.176, de 11 de Janeiro de 2001 - vem acentuar o quadro de redução de investimentos na ZFM, já referido anteriormente. Tal lei tem como um dos principais pontos a redução de isenção tributária de produtos importados para fabricação de celulares e monitores de vídeo na ZFM. Esses artigos, de acordo com a nova Lei, passam a ser considerados bens de informática e ficam, assim, fora do benefício da isenção de 88% do II, que cai para 24%. A medida agradou os empresários do Sudeste, principalmente os de São Paulo, pois irão produzir celulares e monitores de vídeo em condições semelhantes às da Zona Franca.

Um ponto da nova Lei que gerou controvérsias foi o do cronograma para a retirada gradual dos incentivos fiscais do setor de informática para as regiões consideradas mais e menos desenvolvidas do País. O cronograma se faz da seguinte forma:

Tabela 01
Incentivos Fiscais

Prazo de Vigência	Regiões Sul e Sudeste	Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
Até 31/12/2000	Isenção de IPI	Isenção de IPI
2001	Redução de 95% do IPI	Redução de IPI
2002	Redução de 90% do IPI	Redução de 97% do IPI
2003	Redução de 85% do IPI	Redução de 92% do IPI
2004	Redução de 80% do IPI	Redução de 87% do IPI
2005	Redução de 75% do IPI	Redução de 82% do IPI
De 2006 a 2009	Redução de 70% do IPI	Redução de 77% do IPI
Após 31/12/2009	Fim dos benefícios	Fim dos benefícios

Fonte: Gazeta Mercantil, 15/agosto/2001.

A lei beneficia com descontos no IPI as empresas que, a partir de 2002, apliquem pelo menos 5% do faturamento em projetos de pesquisa e desenvolvimento. Em 2002, o desconto será de 90%. Entre 2006 e 2009, de 70%.

Acredita-se que com a extinção da atual política de incentivos fiscais as empresas deixarão de investir em regiões distantes dos grandes centros consumidores, promovendo uma concentração de indústrias de informática e automação no estado de São Paulo.

A Hewlett Packard (HP), fabricante de computadores e impressoras, obteve desconto de 95% do IPI, assim que a lei foi publicada. A aposta da empresa em pesquisa e desenvolvimento é tradicional e o laboratório de Porto Alegre (RS) tem presença estratégica no desenvolvimento de produtos fabricados no exterior. Desde o início da produção local, em 1996, a empresa investiu US\$ 40 milhões na área. Apenas em 2001, foram mais R\$ 11 milhões. Em 2002, os valores devem, no mínimo, dobrar, pois, estimulada pela nova lei, a HP retomará os estudos para produção de microcomputadores pessoais.

Outros exemplos de empresas que estão recebendo o incentivo fiscal são Ericsson e Motorola, também de telecomunicações. No setor de informática, HP e Compaq estão entre as primeiras aprovadas pelo MICT para receber o benefício da Lei de Informática ainda em 2001 (com base em projetos que já estavam em desenvolvimento).

A Ericsson trouxe para o Brasil um centro de pesquisa de desenvolvimento de software. Instalado em Indaiatuba (SP), o centro emprega 500 pessoas, das quais apenas 15 são estrangeiras. Já com base na nova lei, também firmou, há pouco tempo, parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e com a Amazônia Celular para encontrar meios de ampliar o alcance das redes de telefonia móvel no Norte do País. O projeto analisará diferentes modelos de propagação de sinais em vários ambientes.

Analisando, finalmente, a indústria de material de transporte, com maior atenção à automobilística, discutiremos algumas novas tendências locais do setor automotivo.

A indústria automobilística concentrava-se em SP na região do ABC paulista e no interior do estado já na década de 70. Do final dos anos 70 em diante, ocorre a instalação da Fiat em MG, da Volvo no PR, aumento das atividades da Agrale no RS e de várias empresas do setor de máquinas agrícolas e autopeças em MG e no Sul do país, contribuindo para uma pequena desconcentração do produto setorial.

Durante os anos 80, a indústria automobilística passou por um momento de estagnação, com ausência de grandes investimentos, novos projetos, etc. Mas,

no final da década de 80 e início dos 90, inicia-se um processo de reestruturação do parque automotivo, motivado pelo acirramento da concorrência entre as empresas instaladas no país e pela concorrência de produtos estrangeiros com a abertura comercial.

O Quadro I resume a distribuição regional dos investimentos em novas plantas do setor automobilístico entre 1996 e 2001.

Dentre os fatores que contribuíram para a instalação de empresas automobilísticas fora da região tradicional são mencionados pelas empresas: a posição geográfica estratégica dos estados da Região Sul em relação aos países do Mercosul; a relação capital-trabalho menos conflituosa e os menores custos salariais, em comparação à região do centro; as melhorias na infra-estrutura de escoamento da produção; e outros. Contudo, a acirrada disputa entre as diversas Unidades da Federação para atrair tais investimentos, através da concessão de isenções/incentivos fiscais e financeiros, foi fundamental para este deslocamento de investimentos. Além destes benefícios, estas empresas também contaram com financiamentos do BNDES e com incentivos concedidos pelos municípios nos quais se instalaram as novas plantas, que vão desde a doação de terrenos a isenções de impostos, taxas e contribuições.

A justificativa dessa disputa estadual para atrair investimentos do setor automobilístico tem sido a geração de empregos e dinamismo das economias locais. O setor automobilístico merece destaque pela sua capacidade de gerar encadeamentos em termos de emprego, renda, atração de fornecedores, etc. Contudo, vale ressaltar que, em virtude a reestruturação produtiva do setor descrita anteriormente, houve uma drástica diminuição destes *links* inter-setoriais e, conseqüentemente, dos potenciais impactos sobre emprego e renda e sobre o entorno regional, como acontecia na experiência preterida de montagem dos complexos automotivos.

Quadro I
Distribuição Regional das Novas Plantas Automobilísticas (1996/2001)

Local	Montadora	País de Origem	Data de Operação	Investimento Previsto (US\$ milhões)	Capacidade anunciada
ABC Paulista					
São B. do Campo	BMW/Rover	Alemanha	1998	150	15.000
Interior de São Paulo					
São Carlos*	VW	Alemanha	Em operação	250	300.000
Mogi das Cruzes**	GM	EUA	paralisada	150	-----
Indaiatuba	Toyota	Japão	1999	150	15.000
Sumaré	Honda	Japão	Em operação	100	30.000
Itu	Kia	Coréia	paralisada	50	10.000
Bahia					
Camaçari	Ford	EUA	2000	1300	250.000
Goiás					
Catalão	Mitsubishi	Japão	1998	35	10.000
Paraná					
São José dos Pinhais	Renault	França	1999	750	100.000
São José dos Pinhais*	Renault/Nissan	França/Japão	2001	200	-----
São José dos Pinhais	VW/Audi	Alemanha	1999	600	120.000
Campo Largo*	Chrysler/BMW	EUA/Alemanha	2000	600	400.000
Campo Largo	Daimler/Chrysler	Alemanha/EUA	fechada	315	12.000
Minas Gerais					
Juiz de Fora	Daimler	Alemanha	1999	820	70.000
Betim*	Fiat	Itália	1998	500	500.000
Sete Lagoas	Iveco	Itália	1998	250	20.000
Belo Horizonte	Fiat	Itália	1999	200	100.000
Rio de Janeiro					
Porto Real	Peugeot	França	2000	600	100.000
Resende	VW	Alemanha	Em operação	250	50.000
Rio Grande do Sul					
Gravataí	GM	EUA	1999	600	120.000
Caxias do Sul	Navistar	EUA	1998	50	5.000

*Produção de Motores

**Produção de Autopeças

Fonte: ARBIX, G. (2000). Política Industrial e o *Laissez-Faire* na Guerra Fiscal. In: RATTNER, H. (org.) *Brasil no Limiar do Século XXI: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Fapesp/Edusp.

Através, então, da reestruturação observada no setor automobilístico, pode-se entender melhor o rearranjo espacial por que passou a indústria brasileira no início dos anos 90. Tratou-se não só de uma mudança relativa da produção corrente, mas de ajustes na empresa e nos principais mercados. Esses ajustes praticados pelas empresas tiveram um sentido defensivo nesse novo contexto do início dos anos 90 de abertura comercial e políticas neoliberais. De acordo com

Coutinho¹, dentre tais mudanças organizacionais, estão as estratégias de especialização da produção (“focalização”), de controle de qualidade e de reestruturação administrativa que caracterizam a cultura empresarial das novas formas flexíveis de produção. Portanto as mudanças microeconômicas também impactaram alguns movimentos de localização de plantas industriais.

Wilson Cano cita vários fatores responsáveis pelo comportamento contraditório do fenômeno recente da desconcentração industrial no Brasil. Tais fatores teriam sido responsáveis pela redução do crescimento periférico nacional e pela “inflexão” da desconcentração. Tais fatores são:

- o desmantelamento do Estado Nacional e com ele o de vários órgãos regionais (SUDENE e SUDAM, por exemplo) implicou um “ocaso” das políticas de desenvolvimento regional no período, principalmente a partir do “desastre Collor”;
- a abertura irresponsável do comércio exterior brasileiro só não deu resultados piores, graças ao desequilíbrio argentino, que nos possibilitou bons superávits até junho de 1994. No entanto, a partir daí, a desvalorização cambial inverteu nossa balança comercial, e o impacto dessa abertura vem causando sérios efeitos destruidores em várias linhas de produção industrial (eletrônicos, bens de capital, têxtil, confecções, brinquedos, autopeças, bebidas, alimentos, etc.) e agrícola (trigo, algodão, leite, etc.). Por exemplo, entre 1990 e 1995, o emprego industrial na ZFM reduziu-se quase à metade, enquanto o faturamento – graças ao aumento de importações de insumos e produtos – quase duplicou;
- os grandes investimentos do II PND, a partir de 1985, já haviam maturado, diminuindo assim seus impactos adicionais na periferia;
- a debilidade fiscal e financeira do governo federal e dos estaduais levou à acentuada queda nos investimentos de infra-estrutura e de energia, deixando de impactar sobre as estruturas regionais e de gerar economias externas na periferia nacional;

¹ COUTINHO, Luciano Galvão. A terceira revolução industrial e tecnológica. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.1, p. 76, 1992.

- a sensível diminuição dos preços reais de produtos básicos (cerca de 25% para a América Latina, no período 1989/93), confrontados com a média de 1975/76), contendo o crescimento do valor das exportações;
- a diminuição do ritmo de crescimento das exportações de manufaturados de indústrias tradicionais e de tecnologia “madura”;
- o fato de que, apesar da perda de participação de São Paulo, os principais investimentos de informática têm se localizado recentemente nesse estado, microeletrônica e automação, direta ou indiretamente associados à forma reconcentradora da atual reestruturação produtiva do país. (Cano, 1998: 330-1)

Entre os fatores que contribuíram para uma desconcentração de fato, o autor destaca:

- a alocação de grandes investimentos petrolíferos de extração (NE e RJ) e de refino (PR);
- a continuidade da desconcentração agrícola, induzindo novos projetos agroindustriais regionalizados (nos cerrados e em algumas “manchas” irrigadas nordestinas);
- algumas políticas estadualizadas – notadamente as de “guerra fiscal” – combinadas com projetos privados de novas localizações para suas novas plantas, que desconcentraram – de SP, em direção principalmente a ZFM, MG e Sul -, no período, cerca de 8% a 10% da indústria nacional de material de transporte; 15% a 20% da de material elétrico; 7% a 10% da metalúrgica e da mecânica e cerca de 10% da indústria do vestuário e calçados e da de fumo;
- dado que SP é o epicentro da crise, o movimento migratório interregional viu-se inibido de continuar tendo esse estado como destino. Isso provocou nova “inchação urbana” em várias capitais e grandes cidades periféricas, além do conhecido fenômeno que ocorre com o notável crescimento de cidades médias brasileiras entre 1980 e 1981. Essa expansão urbana periférica, por mais “improdutiva” que tenha sido, certamente provocou

aumento do emprego em serviços, gerando ainda novas oportunidades de inversão para indústrias “leves”;

- embora ainda tímidas, as poucas políticas de incentivo ao turismo nacional – notadamente para o NE – geraram igualmente efeitos positivos, como os acima apontados. (Cano, 1998: 331-2)

Abaixo seguem breves análises sobre alguns estados ou regiões brasileiras, para o período de 1970 a 1995, com base nos dados apresentados por Wilson Cano (1998) sobre a participação dos mesmos na produção industrial do Brasil e com base em informações de Clélio Campolina Diniz (1999).

1.5 – Breves Considerações sobre Determinados Movimentos Regionais

1.5.1 - Região Nordeste

Na região Nordeste houve queda de pouco mais de 0,5% no período 1985/95 na participação industrial da região, em relação ao aumento de 5,7% para 8,6%, ocorrido entre 1970/85, no período de desconcentração industrial. Tal diminuição resulta principalmente da continuidade do retrocesso vivido por Pernambuco, da crise da indústria química nacional que afetou também a Bahia e da contração dos setores Têxtil e Confecções em praticamente toda a região. Essa redução na participação da indústria nordestina está fortemente associada à redução da atividade da indústria paulista, já que esta era importante compradora dos insumos e produtos industriais produzidos no Nordeste.

1.5.2 - Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste aumenta sua participação de 0,79% para 1,37% entre 1970 e 1985, devido principalmente à expansão de sua agroindústria e de sua urbanização. Entre 1985 e 1995, parece ter ocorrido aumento em sua participação pela continuidade da expansão agroindustrial e pelos elevados benefícios fiscais (“guerra fiscal”) oferecidos por alguns de seus estados que, dessa forma, conseguiram atrair novos investimentos, notadamente na agroindústria alimentar.

1.5.3 - Região Sul

A região Sul foi a que teve o maior aumento de participação, passando de 12% em 1970 para 16,7% em 1985 e para 18,1% em 1995. A região beneficiou-se da decisão política federal de instalar o terceiro pólo petroquímico nacional no Sul, bem como do melhor desempenho agroindustrial de produção de máquinas agrícolas e tratores, equipamentos em geral, material elétrico e de transporte.

Apesar da região também ter-se utilizado da “guerra fiscal” para atrair investimentos, conta com outros fatores que também a beneficiaram como mão-de-obra qualificada, urbanização, agricultura moderna, proximidade com o mercado paulista.

Apesar dos três estados sulinos terem suas participações nacionais aumentadas, Paraná e Santa Catarina apresentaram resultados bem superiores ao do Rio Grande do Sul.

1.5.4 – Região Sudeste

O estado de Minas Gerais aumenta sua participação de 6,5% para 8,2% entre 1970 e 1985 e para 8,8% em 1995, sobretudo por conta da expansão da indústria automobilística e pela atração que esta exerceu sobre os segmentos de autopeças, material elétrico e metalurgia. O estado do Espírito Santo também aumenta sua participação, de 0,47% para 1,22%, entre 1970 e 1985. No entanto, para 1995 acredita-se que o estado tenha tido apenas um pequeno avanço por ter sido afetado pelas políticas neoliberais. A triplicação de sua participação no primeiro período se deu graças à política de incentivos federais e locais, como um dos maiores mecanismos de ganhos fiscais regionais e pelo aumento de seu papel de “corredor” de importações e exportações. Quanto ao Estado do Rio de Janeiro, este continuou com sua histórica perda de posição relativa. Caberia notar que no decorrer do século XX, além da competição com outras regiões do país, vários fatores contribuíram para a perda de importância relativa da economia fluminense: declínio de sua produção agrícola (café e açúcar), transferência da capital para Brasília, crise da indústria naval, crise política e social das últimas décadas e até dos efeitos regionais negativos do processo de privatização e de

reforma do Estado. O estado fluminense perdeu participação na produção industrial do país nos dois períodos, indo de 15,5% em 1907 para 9,5% em 1985 e para 8,6% em 1995. Tal declínio é resultado de um longo processo de perda de “potencial econômico” originado no final do século XIX e agravado após 1930. O estado apresenta fraco desempenho médio de sua economia e indústria, com reduzidas taxas de crescimento em quase todos os ramos da indústria de transformação.

Capítulo II

Análise da Dinâmica Regional Brasileira na Década de 90

2.1 - Análises do PIB e Índices de Crescimento da Produção Industrial

Iremos analisar, primeiramente, a participação regional das regiões e de alguns estados selecionados, na composição do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 1989 e 1998. Como o PIB é composto não só pela produção industrial, mas por serviços, produção agropecuária, pesca, silvicultura, etc, usaremos tal indicador para que possamos avaliar a evolução econômica das regiões e de alguns estados em relação a esses vários agregados, já que as próximas análises tratarão exclusivamente dos indicadores de produção industrial.

A participação da região Norte no PIB do país diminuiu de 4,9% para 4,5% no período, não sendo uma diminuição muito significativa. O que chama a atenção é a redução da participação de Amazonas, o que pode significar uma leve queda na produção da Zona Franca de Manaus, causada, provavelmente, pelo aumento da competição sobre os bens eletroeletrônicos provocada pela abertura comercial, já que a produção desses bens é o componente mais importante do PIB do estado. Constata-se também a redução da participação do Pará de 2,1% para 1,7% do PIB, uma região que é importante na extração mineral pela presença do complexo Carajás.

A participação no PIB da região Nordeste aumentou de 12,3% para 13,1% entre 1989 e 1998, devido, notadamente, ao aumento das participações dos estados do Ceará (pólo têxtil e de confecções de Fortaleza) e Pernambuco. Esses dois estados, juntamente com a Paraíba, promoveram ativas políticas de atração de novos investimentos. A Bahia, por sua vez, teve redução de participação de 4,5% para 4,2% pois, "com agressiva 'guerra fiscal', dispersou as novas plantas industriais e incentivou a constituição de cooperativas de trabalhadores, semelhante ao *putting out*, mas não reverteu a redução na participação anterior (1985/89)" (Caiado, 2002: 165).

A região Sudeste apresentou queda de participação no PIB do país, de 59,4% para 58,2%. Apesar dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro terem aumentado suas participações, São Paulo teve a sua reduzida de 37,8% para 35,5%. O RJ aumentou sua participação de 10,3% para 11,0%, por conta da expansão em alguns segmentos de serviços, como administração pública, transportes e armazenagem, alimentação e hospedagem e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

MG, por sua vez, aumentou sua participação no PIB, principalmente pela atração de empresas interessadas em se instalarem em SP, mas que foram atraídas para o espaço mineiro, ao serem concedidos alguns incentivos que compensavam os maiores gastos com transporte de um estado para outro das empresas. Também contribui para o aumento de participação de MG no PIB, o projeto de "mineirização" dos fornecedores da Fiat, que trouxe para perto da planta da empresa uma rede de fornecedores. O estado do ES aumentou sua participação no PIB graças, tanto à elevação na produção industrial dos setores previamente instalados (extrativa mineral, metalúrgica básica e papel e celulose), quanto dos aumentos na construção civil e no segmento de serviços prestados às empresas. A redução de participação de SP no PIB pode ser, em parte, explicada pela perda de empresas de determinados setores mais específicos como os intensivos em mão-de-obra (Têxtil, Confecções, Couros e Calçados) que, por encontrarem melhores condições em regiões periféricas, como mão-de-obra barata, deslocaram-se de SP.

A região Sul também apresentou redução de participação no PIB, de 18,6% para 17,5%. Todos os estados da região tiveram diminuição em suas participações, mas as mais notáveis foram de Santa Catarina, de 4,2% para 3,5%, e do Rio Grande do Sul, de 8,2% para 7,7%. Isso pode ser explicado pelo fato dos dois estados terem tido reduções de participação, tanto na produção nacional de grãos, como na agropecuária, no período. O Paraná, apesar de ter aumentado sua produção de grãos, teve pequena redução de participação na geração de energia elétrica, devido ao início da operação, ou expansão, de outras hidrelétricas, o que explica a redução de participação relativa, ainda que pequena, do estado no PIB.

Finalmente, a região Centro-Oeste apresentou aumento de participação no PIB, de 4,8% para 6,8%. Apesar de todos os estados da região terem aumentado suas participações (principalmente pela ampliação da agropecuária e da agroindústria), o aumento mais relevante foi do Distrito Federal, de 1,5% para 2,7%, por conta dos segmentos de administração pública, defesa e seguridade social.

Tabela 02
Participação Regional na Composição do Produto Interno Bruto
Brasil, segundo Regiões e Estados Selecionados
1989 – 1998

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Anos									
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE	4,9	4,9	4,7	4,3	5,2	5,1	4,6	4,6	4,4	4,5
Rondônia	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2
Amazonas	1,8	1,8	1,7	1,6	1,9	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	2,1	2,1	2,0	1,8	2,4	2,4	1,9	1,8	1,7	1,7
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
NORDESTE	12,3	12,9	13,4	12,9	12,8	12,9	12,8	13,2	13,1	13,1
Maranhão	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8
Piauí	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Ceará	1,5	1,6	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	2,0	2,0	2,1
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	0,8	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7
Paraíba	0,7	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,5	2,7	2,9	2,7	2,6	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7
Alagoas	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,5	4,5	4,4	4,4	4,3	4,3	4,1	4,2	4,3	4,2
SUDESTE	59,4	58,8	58,7	58,8	57,7	57,3	58,7	58,1	58,6	58,2
Minas Gerais	9,6	9,3	9,5	9,5	9,4	10,0	9,7	10,1	10,0	9,8
Espírito Santo	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,8	2,0	1,9	1,9	1,9
Rio de Janeiro	10,3	10,9	12,3	12,1	11,8	11,3	11,5	11,1	11,2	11,0
São Paulo	37,8	37,0	35,3	35,5	34,9	34,1	35,5	34,9	35,5	35,5
SUL	18,6	18,2	17,1	18,3	18,4	18,7	17,9	18,0	17,7	17,5
Paraná	6,3	6,3	5,9	5,9	5,9	6,1	5,9	6,1	6,1	6,2
Santa Catarina	4,2	3,7	3,5	3,9	3,6	3,7	3,6	3,8	3,7	3,5
Rio Grande do Sul	8,2	8,1	7,7	8,6	8,9	8,9	8,3	8,1	7,9	7,7
CENTRO-OESTE	4,8	5,2	6,1	5,7	5,8	6,1	6,0	6,1	6,2	6,8
Mato Grosso do Sul	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Mato Grosso	0,8	0,8	0,9	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1
Goiás	1,5	1,8	1,9	1,7	1,8	2,0	1,8	1,9	1,8	1,9
Distrito Federal	1,5	1,6	2,3	2,0	1,9	1,9	2,0	2,1	2,3	2,7

Fonte: Caiado, 2002: 167

Passemos, então, à análise de um indicador relacionado exclusivamente à produção industrial, o que é mais interessante para os objetivos de nossa pesquisa. Trata-se dos índices de crescimento da produção para o Brasil e para o

estado de São Paulo, entre os anos de 1985 e 1998, sendo que as informações estão divididas em três períodos: 1985/89, 1985/98 e 1989/98.

Cabe destacar que a tabela contém os dados do IBGE da Pesquisa Industrial Mensal, Produção Física (PIMpf), a qual é considerada precária por não levar em conta as variações nos preços relativos e na estrutura produtiva (trabalha com a estrutura industrial de 1985) e, portanto, deve ser utilizada com certa cautela.

Para as indústrias predominantemente produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis, SP apresentava no período 1985/89 crescimento maior que o Brasil na produção dos setores de Perfumaria, Sabões e Velas, Materiais Plásticos, Produtos Alimentares e Bebidas. Já no período 1985/98, SP não apresentava crescimento de nenhum setor e entre 1989/98 destacava-se nos setores de Farmacêutica, Perfumaria, Sabões e Velas, Têxtil e Bebidas.

Para as indústrias predominantemente Produtoras de Bens Intermediários, SP destacava-se entre 1985/89 apenas no setor de Papel e Papelão. No período 1985/98 nada concentrava e no período 1989/98 apresentava crescimento maior que o Brasil nos setores de Minerais Não-Metálicos, Papel e Papelão e Química.

Finalmente, para as indústrias predominantemente produtoras de Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital, SP não apresentava nenhum setor com crescimento da produção industrial maior que a do Brasil em todos os três períodos.

Tabela 03
Índices de Crescimento da Produção Industrial
Brasil e Estado de São Paulo
1985 – 1998

Gêneros da Indústria de Transformação, segundo Categorias de Uso	Base= Média Mensal Anual					
	1985-1989		1985-1998		1989-1998	
	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil	SP
Total da Indústria de Transformação	111,7	108,3	114,9	99,1	103,1	102,1
Bens de Consumo Não-Durável						
Farmacêutica	115,7	112,3	127,2	125,3	111,8	125,0
Perfumaria Sabões e Velas	135,9	140,5	161,3	159,8	125,3	142,6
Materiais Plásticos	122,6	124,6	129,4	89,6	125,3	108,6
Têxtil	107,3	101,2	74,0	54,5	66,5	68,3
Vestuário e Calçados	92,7	81,4	45,6	11,5	52,8	35,3
Produtos Alimentares	106,1	112,2	129,5	127,7	123,5	112,9
Bebidas	136,9	142,6	170,9	168,4	134,3	167,6
Fumo	115,6	106	135,8	73,5	120,2	71,5
Bens Intermediários						
Minerais Não-Metálicos	119,2	119	126,5	114,7	107,3	112,9
Metalurgia	114,1	107,9	115,1	89,4	101,1	93,2
Papel e Papelão	118,1	124,3	130,7	114,8	112,9	113,2
Borracha	117,4	111,1	120,7	105,9	102,8	98,6

Química	103,7	101,7	112,0	112,0	108,0	112,2
Bens de Consumo Durável e Bens de Capital						
Mecânica	122,4	115,1	110,0	88,2	87,6	80,9
Material Elétrico	121,6	105,2	137,8	114,2	116,1	110,4
Material de Transporte	108,6	107,8	124,8	106,9	115,7	110,5

Fonte: Caiado, 2002: 176

Analisaremos, então, a participação regional no Valor de Transformação Industrial (VTI), segundo a PIMpf, para o período 1985/98.

De acordo com as informações disponíveis, houve redução de participação da região Nordeste de 8,6% para 8,3%, com queda do estado de Pernambuco, manutenção da participação dos demais estados e aumento de participação da Bahia.

Para a região Sudeste, Minas Gerais aumentou sua participação, enquanto o Rio de Janeiro e São Paulo tiveram as suas reduzidas. A RMSP apresentou redução da participação no VTI, enquanto o restante do estado de SP aumentou sua participação no VTI da Indústria de Transformação, sinalizando para uma desconcentração da RMSP em direção ao interior do estado paulista.

A região Sul teve aumento de participação devido aos aumentos de todos os seus estados. O restante do país, formado pelas regiões Norte e Centro-Oeste e pelo estado do Espírito Santo, teve sua participação no VTI aumentada de 5,1% para 5,7% no período.

Tabela 04
Projeção da Participação Regional no VTI da Indústria de Transformação, segundo a PIMpf : 1985 - 1998

	1985	1989	1990	1995	1996	1997	1998
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Região Nordeste	8,6	8,1	8,3	8,1	7,9	7,9	8,3
Bahia	3,8	3,7	4,0	3,7	3,8	3,8	4,2
Pernambuco	2,0	1,8	1,7	1,6	1,4	1,4	1,3
Demais Estados do Nordeste	2,8	2,6	2,7	2,8	2,7	2,7	2,8
Minas Gerais	8,2	8,2	8,7	8,8	9,1	9,2	9,1
Rio de Janeiro	9,5	10,3	9,8	8,6	8,4	7,9	8,1
São Paulo	51,9	50,2	49,2	49,8	48,5	49,1	49,5
RMSP (1)	29,8	28,4	28,6	25,8	26,1	25,6	24,4
Restante do Estado (1)	22,1	21,8	20,6	23,9	22,5	23,5	25,1
Região Sul	16,7	17,1	17,3	18,1	18,5	19,1	19,4
Paraná	4,9	5,3	5,7	5,5	5,6	5,7	6,1
Santa Catarina	3,9	4,0	4,2	4,4	4,5	4,6	4,6
Rio Grande do Sul	7,9	7,8	7,7	8,2	7,8	8,2	8,2
Restante do País (Norte + Centro-Oeste + Esp. Santo) (2)	5,1	6,1	6,7	6,6	7,5	6,8	5,7

Fonte: Caiado, 2002: 174

Nota (1); Distribuição da produção no Estado de São Paulo através do VAF.

(2): do conjunto de estados do Norte, Centro-Oeste e Espírito Santo, foi estimado por subtração do Total do Brasil, pois seus resultados não são divulgados pela PIMpf.

Sabemos que a estrutura industrial do Brasil passou por mudanças no período entre 1985 e 1998, devido, entre outros motivos, às alterações no contexto macroeconômico (abertura comercial, liberalização financeira, mudança cambial) que repercutiram sobre os investimentos industriais. Assim, analisaremos quais foram essas mudanças no período considerado para a estrutura industrial do Brasil, com base no crescimento real do Valor da Transformação Industrial da Indústria (VTI). Iremos tomar o ano de 1985 como igual a 100 e, então, compará-lo com o ano de 1998 (Tabela 05).

Em relação ao total da Indústria Geral, o ano de 1998 apresentou um VTI 4,8% menor que o de 1985 e as Indústrias de Transformação apresentaram um VTI 5,5% menor. Em compensação, as Indústrias Extrativas apresentaram um VTI 17,4% maior em 1998 relativamente ao ano de 1985, graças ao excelente desempenho do VTI da Extração de Minerais Não-Metálicos, 221% maior, e da Extração de Minerais Metálicos, 188,8% maior. No entanto, a Extração de Petróleo e Serviços Correlatos diminuiu 46,9% em relação a 1985, devido, principalmente, às mudanças nos preços de derivados de petróleo que diminuíram durante quase todo o período de 1985 a 1998.

Analisando a Indústria de Transformação pelas Categorias de Uso, apenas a indústria predominantemente produtora de Bens de Consumo Não-Durável apresentou aumento no VTI, de 9,2%. As indústrias predominantemente produtoras de Bens Intermediários e de Bens de Consumo Durável e Bens de Capital, tiveram seu VTI reduzido em 16,4% e 2,6%, respectivamente. Se considerarmos a indústria produtora de Bens de Consumo como um todo, verifica-se aumento do VTI de 8,4% de 1998 em relação a 1985. E, finalmente, se considerarmos a indústria produtora de Bens de Produção como um todo, verifica-se redução de 16,9% em seu VTI.

Nas Indústrias de Transformação, apenas 7 das 23 divisões aumentaram seu VTI de 1998 em relação ao de 1985. Tais divisões foram: Fabricação de Produtos do Fumo (156,8%); Edição, Impressão e Reprodução de Gravações (150,9%); Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas (42,6%); Fabricação e Montagem

de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias (37,5%); Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios (17,4%); Fabricação de Produtos Químicos (6,4%); Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel (5,3%).

Das divisões que apresentaram redução em seu VTI, as principais foram: Fabricação de Produtos Têxteis (-54,1%); Reciclagem (-46,1%); Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool (-40,4%); Metalurgia Básica (-37,5%); Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática (-35,9%); Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios (-34,8%); Fabricação de Máquinas e Equipamentos (-19,7%), etc.

Vimos, então, que houve retração na produção de bens mais intensivos em tecnologia, o que é verificado pela queda do VTI de 16,9% para a indústria produtora de Bens de Produção. Por outro lado, houve aumento na produção de bens mais intensivos em mão-de-obra e menos intensivos em tecnologia, verificado pelo aumento do VTI da indústria produtora de Bens de Consumo de 8,4% e, principalmente, pelo aumento de 9,2% do VTI da indústria predominantemente produtora de Bens de Consumo Não-Duráveis, ainda menos intensiva em tecnologia.

Tais características da Indústria de Transformação brasileira apontam para um problema que vem desde a década de 70: o crescimento do setor de Bens de Consumo não é suficiente para impor dinâmica à totalidade da indústria, pois depende de demanda efetiva prévia. Já o setor de Bens de Produção pode, por si só, impor tal dinâmica porque seu crescimento é anterior à demanda efetiva prévia e é capaz de gerar encadeamentos entre todos os setores da indústria. No caso do Brasil, com crescimento negativo desse último setor, ficam comprometidos o encadeamento dos demais setores, bem como o crescimento autônomo (gerado internamente) dos setores, dependendo da importação de grande parte dos Bens de Produção.

Tabela 05
Crescimento Real do Valor da Transformação Industrial da Indústria Geral⁽¹⁾
Brasil: 1985, 1996, 1997 e 1998

Indústria Geral, por Divisões e Categorias de Uso	1985=100			1996=100
	1996	1997	1998	1998
Total da Indústria Geral	93,2	96,8	95,2	102,1
Indústrias Extrativas	107,2	101,7	117,4	109,5
Extração de Carvão Mineral	104,9	130,0	129,4	123,3
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	49,6	42,3	53,1	107,0
Extração de Minerais Metálicos	254,3	252,8	288,8	113,6
Extração de Minerais Não-Metálicos	308,9	303,7	321,0	103,9
Indústrias de Transformação	92,8	96,7	94,5	101,8
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	136,2	148,8	142,6	104,7
Fabricação de Produtos do Fumo	291,2	278,9	256,8	88,2
Fabricação de Produtos Têxteis	49,0	44,5	45,9	93,8
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	68,5	65,7	65,2	95,2
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	88,7	77,4	74,5	83,9
Fabricação de Produtos de Madeira	70,1	75,6	69,8	99,6
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	115,5	106,4	105,3	91,1
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	229,3	254,4	250,9	109,4
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	64,7	55,5	59,6	92,0
Fabricação de Produtos Químicos	100,8	104,8	106,3	105,5
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	93,2	99,8	98,4	105,6
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	64,5	73,1	79,0	122,5
Metalurgia Básica	59,4	66,6	62,5	105,1
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	91,2	90,5	91,3	100,2
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	82,8	88,5	80,3	97,0
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	66,1	65,0	64,1	97,1
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	81,3	87,1	91,4	112,4
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	122,3	122,1	96,2	78,6
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	104,2	106,9	117,4	112,7
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	134,5	148,8	137,5	102,3
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	48,5	62,8	65,7	135,6
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	67,5	68,7	72,5	107,5
Reciclagem	41,1	56,0	53,9	131,1
Categorias de Uso da Indústria de Transformação				
Indústria Predominantemente Produtora de Bens de Consumo Não-durável	107,2	111,9	109,2	101,9
Indústria Predominantemente Produtora de Bens Intermediários	81,3	83,0	83,6	102,9
Indústria Predominantemente Produtora de Bens de Consumo Durável e Bens de Capital	97,5	104,9	97,4	99,9
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo	106,6	112,5	108,4	101,7
Predominantemente Produtora de Bens de Produção	81,5	83,8	83,1	102,0

Fonte: Caiado, 2002: 182

Nota (1) Deflator Utilizado: IPA-OG (FGV) da Indústria Extrativa e da Indústria de Transformação, Médias Anuais.

2.2 – Análise do Valor da Transformação Industrial (VTI)

2.2.1 - Advertências Metodológicas

Para a análise que realizaremos nos próximos itens deste capítulo é importante que chamemos a atenção para a deterioração institucional por que passou o sistema estatístico nacional no final dos anos 80 e início dos 90 e, após 1994, para as grandes alterações no âmbito das pesquisas realizadas. Os censos econômicos realizados até 1985 foram interrompidos – com exceção para o Censo Agropecuário de 1995/96 - e foi adotada uma nova sistemática de realização de pesquisas estruturais anuais, de base amostral, com representatividade para as Unidades da Federação.

Uma das mais importantes alterações foi a mudança na classificação das atividades, com o objetivo de compatibilizar a classificação nacional com o sistema internacional. A nova Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) tem grandes diferenças em relação à Classificação da Atividade Econômica (CAE) de 1985, de forma que a profundidade das alterações entre as duas classificações dificulta o encadeamento de série que contemple os dois períodos, exigindo um grande esforço metodológico.

A nova metodologia de pesquisas amostrais teve início em 1996 com a nova Pesquisa Industrial Anual (PIA), cujos resultados estão disponíveis também para os anos de 1997 e 1998.

Até o início de 2000, quando foi publicada a PIA 96, os analistas de desenvolvimento regional só podiam contar com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), que contém informações sobre a variação na produção física (PIMpf). A adaptação realizada por eles era utilizar-se da estrutura industrial existente em 1985, disponível no Censo Industrial (CI), e ajustar os índices de produção física anuais, com base nas variações da PIMpf.¹ Assim, as estimativas eram elaboradas considerando as variações na produção física e não a partir do conceito de valor.

¹ Dentre os trabalhos que se utilizam dessa metodologia para análise da evolução setorial ou regional, estão Pacheco (1998a) e Cano (1998).

Graças ao esforço metodológico realizado pelos autores foi possível obter algumas conclusões sobre o que ocorria na produção industrial brasileira – as quais observamos no Capítulo I -, já que esse era o método disponível, inexistindo outras informações.

A partir da publicação das novas PIAs, no entanto, elevou-se o grau de aproximação e hoje é possível, inclusive, ter uma idéia do erro existente nas estimativas anteriores.

Outro conjunto de questões que dificultam a comparação e interpretação da dinâmica do período 1985/89 se refere à profunda alteração por que passaram os produtos, que se tornaram, em muitos casos, absolutamente diferentes e quase incomparáveis. Não se trata só de diferença nos preços relativos mas também no conteúdo tecnológico dos produtos, nas quantidades produzidas e estrutura de custos.

Essas dificuldades eram contornadas, pelos analistas, graças ao profundo conhecimento empírico que tinham, tanto da estrutura produtiva nacional quanto de sua distribuição regional, o que lhes permitia qualificar os processos em curso e apresentar as ressalvas necessárias ao esforço de mensuração da atividade econômica. Mesmo assim, a falta de informações estatísticas que mostrasse as alterações estruturais em curso fizeram com que os autores incorressem em erros.

A análise por nós realizada se utilizará das tabelas presentes em Caiado (2002) realizadas com base na PIA. Dadas as diferenças de classificação entre a CNAE/1994 e o Censo Industrial de 1985, foi necessário o reprocessamento dos microdados dos Censos Econômicos de forma a reclassificar as atividades pela CNAE.²

Feitas essas advertências metodológicas, iremos às análises de fato.

² "O reprocessamento e reclassificação das atividades segundo a CNAE requer a manipulação dos microdados dos Censos Econômicos de 1985 e, só foi possível, graças ao apoio da equipe técnica do Departamento de Indústria do IBGE, que reprocessou as informações do CI/85 na nova classificação". (Caiado, 2002: 177)

2.2.2 - Análise Regional da Indústria no Período 1985/98³

O período de 1985 a 1998 é caracterizado por mudanças na estrutura regional da indústria, mas com diferenças em relação às observadas no período entre 1970 e 1985. A principal delas é a redução de participação da região Nordeste, num contexto de perda de participação da região Sudeste e aumento de participações das regiões restantes. Houve continuação do processo de desconcentração a partir do Sudeste (SP e RJ), mas com especificidades em relação ao período anterior. Ocorreram expansões de participações das regiões Sul (com maior intensidade), Centro-Oeste e Norte.

Analisando a Indústria Geral, as regiões Centro-Oeste, Norte e Sul aumentaram suas participações entre 1985 e 1998 e as regiões Nordeste e Sudeste tiveram suas participações diminuídas.

Considerando as Indústrias Extrativas, as regiões Centro-Oeste e Norte aumentaram sensivelmente suas participações de 6,2% para 25,1% e de 8,2% para 21,6%, respectivamente, na Indústria Geral do Brasil. (Tabelas 06 e 07) Na primeira região, os estados de Goiás (rico em amianto, estanho, fosfato e nióbio) e Mato Grosso do Sul foram os principais responsáveis pelo aumento – Extração de Minerais Não-Metálicos –, enquanto na segunda região coube ao estado do Pará tal função – Extração de Carvão Mineral, Extração de Petróleo e Serviços Correlatos e Extração de Minerais Não-Metálicos, estado que, segundo Araújo (1999), já disputa com Minas Gerais o primeiro lugar como produtor brasileiro de minérios.

Tabela 06

Estrutura e Participação Regional das Indústrias Geral e de Transformação – Brasil (1985)

Estrutura e Participação Regional das Indústrias Gerais de Transformação - Brasil (1985)											
Divisões da Indústria e Categorias de Uso	Estrutura da Indústria Geral						Participação na Indústria Geral do Brasil (Brasil=100)				
	Brasil	CO	NE	NO	SD	SU	CO	NE	NO	SD	SU
Indústria Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1,2	10,0	2,8	71,1	14,8
Indústrias Extrativas	8,9	44,8	23,1	25,9	7,2	1,5	6,2	25,9	8,2	57,3	2,5
Extração de Carvão Mineral	0,1	-	-	-	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	6,5	1,8	20,6	17,7	5,5	-	0,3	31,7	7,6	60,3	0,0
Extração de Minerais Metálicos	1,1	6,2	1,0	0,1	1,3	0,1	7,1	9,0	0,3	82,5	1,1
Extração de Minerais Não-Metálicos	1,2	36,8	1,5	8,1	0,4	0,4	38,9	12,7	19,4	23,9	5,0

³ As análises realizadas neste item deram-se com base nas tabelas 01, 02, 03 e 04 do Anexo Estatístico, além daquelas expostas no próprio item.

Indústrias de Transformação	91,1	55,2	76,9	74,1	92,8	98,5	0,7	8,5	2,3	72,5	16,1
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo Não-durável	29,8	36,2	42,2	21,8	25,2	45,3	0,9	12,0	1,7	61,1	24,4
Predominantemente Produtora de Bens Intermediários	46,6	53,2	49,7	19,6	49,0	37,6	0,9	9,0	1,0	76,2	13,0
Predominantemente Produtora de Bens de Capital e de Consumo Durável	23,6	10,6	8,1	58,6	25,8	17,1	0,3	2,9	5,7	79,5	11,6
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo	43,9	46,2	46,6	76,5	40,6	52,8	0,8	9,0	4,0	67,0	19,3
Predominantemente Produtora de Bens de Produção	56,1	53,8	53,4	23,5	59,4	47,2	0,7	8,1	1,0	76,7	13,5

Fonte: Caiado, 2002: 187

Tabela 07
Estrutura e Participação Regional das Indústrias Geral e de Transformação - Brasil 1998

Divisões da Indústria e Categorias de Uso	Estrutura da Indústria Geral e de Transformação						Participação na Indústria Geral do Brasil (Brasil=100)				
	Brasil	CO	NE	NO	SD	SU	CO	NE	NO	SD	SU
TOTAL Indústria Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,5	7,1	4,0	68,5	17,9
Indústrias Extrativas	6,3	61,9	7,8	34,3	3,8	1,0	25,1	8,9	21,6	41,4	3,0
Extração de Carvão Mineral	0,1	0,0	0,0	1,8	0,0	0,4	0,0	0,1	46,4	0,1	53,3
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	1,8	1,0	4,6	11,8	1,3	0,1	1,4	18,6	26,7	52,1	1,1
Extração de Minerais Metálicos	1,5	4,0	1,2	1,2	1,9	0,0	6,7	5,8	3,0	84,3	0,2
Extração de Minerais Não-Metálicos	2,9	56,9	2,1	19,5	0,6	0,5	50,6	5,1	27,0	14,3	2,9
Indústrias de Transformação	93,7	38,1	92,2	65,7	96,2	99,0	1,0	7,0	2,8	70,3	18,9
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo Não Duráveis	33,5	28,8	45,6	14,5	29,3	47,6	0,9	9,6	1,2	61,5	26,8
Predominantemente Produtora de Bens Intermediários	42,4	66,3	47,5	36,9	44,1	33,9	1,6	7,9	2,4	73,1	15,1
Predominantemente Produtora de Bens de Capital e Duráveis de Consumo	24,1	4,9	6,9	48,6	26,6	18,5	0,2	2,0	5,6	77,6	14,5
Predominantemente Produtora de Bens de Consumo	50,7	32,9	49,8	60,6	48,8	57,6	0,7	6,9	3,3	67,7	21,4
Predominantemente Produtora de Bens de Produção	49,3	67,1	50,2	39,4	51,2	42,4	1,4	7,2	2,2	73,0	16,2

Fonte: Caiado, 2002: 187

Podemos observar pela Tabela 08, que realmente o estado do Pará passou a ser mais importante que Minas Gerais na produção de minérios como bauxita e alumínio primário.

Tabela 08
Brasil: Produção de Bauxita e Alumínio Primário (em mil ton), 1999

Estados	Empresas	Bauxita	%	Alum.Primário	%
Bahia	Alcan	-	-	52,7	4,22
Maranhão	Alcan, Alcoa, Billiton	-	-	367,4	29,42
Minas Gerais	Alcan, Alcoa	1.093,90	7,9	141	11,29
Pará	Albrás, MRN, Alunorte	10.552,60	76,25	361,2	28,92
Rio de Janeiro	Valesul	-	-	93,4	7,48
São Paulo	CBA	1.750,00	12,65	233,9	18,73
Outros		442,3	3,2		0
Total		13.838,80	100,00	1.249,00	100,00

Fonte: Associação Brasileira de Alumínio - ABAL.

No entanto, Araújo adverte que essas explorações recentes no campo da mineração não foram de caráter industrializante, como ocorreu em Minas Gerais com o surgimento de um complexo siderúrgico–metalúrgico–mecânico e de produção de material de transporte associado à mineração. O que ocorre com as novas áreas de exploração é a especialização na produção voltada para exportação, tendendo a constituir um modelo mais próximo de um enclave. (Araújo, 1999)

A região Sul também teve sua participação ampliada, mas em proporção bem menor, de 2,5% para 3,0%. Teve destaque nessa região a desconcentração na Extração de Carvão Mineral, passando de 100% em 1985 para 53,3% e 1998, posição perdida principalmente para a região Centro-Oeste, como vimos anteriormente. Na região Sul, o estado do Rio Grande do Sul foi o que mais ampliou sua participação, seguido dos estados do Paraná e Santa Catarina.

As regiões Nordeste e Sudeste tiveram grande perda de participação nas Indústrias Extrativas de 25,9% para 8,9% e de 57,3% para 41,4%, respectivamente. Na primeira região, os estados da Bahia e Sergipe foram os principais responsáveis por tal redução, enquanto na segunda região apenas o estado do Rio de Janeiro teve sua participação reduzida, já que todos os três estados restantes aumentaram sua participação, principalmente Minas Gerais. Ambas regiões perderam participação, notadamente, na Extração de Petróleo e Serviços Correlatos (concentração nas regiões Centro-Oeste e Norte) e na Extração de Minerais Não-Metálicos (concentração na região Norte). A região Sudeste, no entanto, aumentou ainda mais a concentração de Extração de Minerais Metálicos, de 82,5% para 84,3% no período.

Para as Indústrias de Transformação, apenas as regiões Norte e Sul aumentaram suas participações de 2,3% para 2,8% e de 16,1% para 18,9%, respectivamente. As reduções nas participações das outras regiões não foram muito significativas.

Analisando a Indústria de Bens de Consumo Não Duráveis, a região Sudeste elevou sua participação de 61,1% para 61,5%, apresentando, indubitavelmente,

grande peso neste grupo comparativamente às demais regiões. Tal elevação foi resultado, principalmente, do aumento de participação no setor de Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas de 55,7% para 62,2% (elevação das participações de SP e MG). A segunda maior participação foi da região Sul, 26,8%, também superior àquela apresentada pela mesma no ano de 1985, de 24,4%. Para esta região houve um surpreendente aumento da participação em Fabricação de Produtos do Fumo de 11,5% para 51,5% de todos os estados. A região Centro-Oeste manteve sua participação (apesar da queda da participação em Fabricação de Produtos do Fumo de 7,1% para 1,6%), enquanto as regiões Nordeste e Norte tiveram as suas participações diminuídas em razão principalmente da queda no setor Fabricação de Produtos do Fumo de 9,1% para 2,0% no caso do Nordeste e de 23,7% para 2,2% no caso da região Norte. A queda brusca das participações das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte naquele setor parece encontrar explicação no enorme aumento de participação relativa da região Sul.

O setor de Fabricação de Produtos Têxteis desconcentrou-se a favor dos estados de SC e CE, com perda de participação de SP e RJ. Em decorrência da pressão competitiva das importações de produtos têxteis, após a valorização cambial, as empresas catarinenses também passaram por um processo de atualização tecnológica e organizacional. Este movimento ocorreu em consonância com as mudanças do setor têxtil em nível mundial, referentes à maior utilização de matérias-primas químicas, à automação de etapas do processo produtivo e à terceirização da produção nas fases em que a automação é inviabilizada pelos baixos custos salariais. Como consequência do ajuste produtivo, houve uma melhoria nos níveis de produtividade e qualidade resultando no aumento da competitividade das empresas instaladas em SC. Porém, isto ocorreu mediante uma drástica redução do número de empregos, principalmente no segmento de confecções.

O ajuste produtivo das empresas têxteis de SC implicou numa maior especialização tanto em termos da produção, mediante a focalização nos segmentos de maior competitividade (malharia, cama, mesa e banho) como em

termos de processo, através da transferência de etapas do processo produtivo, tendo por base a contratação de pequenas empresas e cooperativas locais. Neste estado, estão localizadas as empresas dos segmentos de maior competitividade da indústria têxtil nacional como Buettner, Artex, Karsten, Teka, que estão entre as principais empresas exportadoras do País.

No setor de Couros, Artigos de Viagem e Calçados também houve desconcentração a favor do RS, CE e PB, com diminuição de participação de SP, PE e SC.

Durante a segunda metade dos anos 80 e durante a década de 90, houve uma reorganização produtiva do setor de calçados, mais voltada para o sistema de produção flexível. Iniciou-se um amplo processo de realocização geográfica da indústria no sentido das regiões Sul/Sudeste, para o Nordeste (principalmente para o estado do CE e também para PB, BA e SE) (Galvão, 1999).

Para o pesquisador, dentre os fatores que tornam as empresas nordestinas competitivas estão: novas tecnologias, incentivos fiscais e arranjos trabalhistas (subcontratação e terceirização) que exploram a mão-de-obra barata e de fraca ou inexistente organização sindical. Além disso, operam com claras características de flexibilidade, ao contrário das enormes plantas das regiões de origem.

De modo geral, apesar de alguns investimentos na integração da cadeia produtiva do complexo calçadista, como a instalação de empresas fornecedoras de componentes, os impactos locais se restringiram aos empregos diretos gerados e aos desdobramentos sobre o comércio local. Mesmo assim, é preciso atentar para a qualidade destes empregos, uma vez que, a mão-de-obra além de ser mais barata em relação à das outras regiões, também é contratada mediante as práticas de flexibilização das relações de trabalho. Os investimentos realizados na integração da cadeia produtiva, ainda não têm sido suficientes para induzir à formação de aglomerações setoriais, nas quais estivessem presentes desde os curtumes e fornecedores de máquinas e equipamentos até centros de pesquisa e de treinamento de mão-de-obra, similares às das regiões Sul e Sudeste.

O RS aumentou sua participação no VTI nacional de 49,9% em 1985 para 57% em 1998 e continua sendo responsável por mais de 80% das exportações brasileiras de calçados. (Tabela 09)

A expansão da produção do complexo coureiro-calçadista no RS ocorreu nos anos 70-80 com base na consolidação de uma aglomeração setorial regional. Concentram-se nessa região praticamente quase todos os segmentos inter-relacionados ao complexo coureiro-calçadista, como a produção de couro e componentes, de máquinas e equipamentos e os segmentos da produção final de calçados. As atividades do setor calçadista estão concentradas no Vale dos Sinos, onde se destacam os municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, localizados na parte norte da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Tabela 09
Brasil: Exportações de calçados, segundo Principais Estados Produtores (US\$ milhões) – 1998/2000

Estados	1998		1999		2000	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Bahia	-		2	0,16	5	0,32
Ceará	65	4,89	71	5,56	81	5,24
Espírito Santo	1	0,08	-		1	0,06
Minas Gerais	3	0,23	3	0,23	6	0,39
Paraná	10	0,75	16	1,25	17	1,10
Paraná	-		1	0,08	1	0,06
Pernambuco	-		-		1	0,06
Rio Grande do Sul	1.144	86,02	1.085	84,9	1.292	83,52
Santa Catarina	5	0,38	6	0,47	6	0,39
São Paulo	99	7,44	90	7,04	135	8,73
Sergipe	2	0,15	2	0,16	-	-
Outros Estados	1	0,08	-		-	-
Brasil	1.330	100	1.278	100	1.547	100

Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Calçados – Abicalçados.

Ao se analisar o grupo de Bens Intermediários, nota-se elevação das participações das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul e redução das participações das regiões Nordeste e Sudeste. Os incrementos relativos da região Norte devem-se principalmente ao aumento das participações nos setores de Fabricação de Produtos de Madeira, de 1,7% para 8,9%, e de Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos, de 0,6% para 6,1%, ambas graças aos aumentos de participações do PA. A elevação da participação da região Sul, por sua vez, está

relacionada aos aumentos observados em todos os setores – exclusive Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel - notadamente nos setores de Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool (14,7% para 18,1%), de Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico (14,2% para 19,1%), cujo aumento está diretamente relacionado ao aumento do setor anteriormente citado e de Fabricação de Produtos de Metal – exclusive Máquinas e Equipamentos (14,7% para 18,7%) graças ao aumento de participação do estado de SC.

A redução da participação da região Nordeste deve-se, sobretudo, a sua redução na Fabricação de Produtos Químicos de 17,1% para 11,3% (principalmente da BA) que foi perdida para a região Sudeste, que ampliou sua participação neste setor de 72,9% para 78,8% (aumento do estado de SP). A despeito dessa elevação, a região Sudeste teve sua participação reduzida graças, notadamente, à redução na Fabricação de Produtos de Metal - exclusive Máquinas e Equipamentos, de 81,2% para 74,3% pelos estados de SP e RJ (participação perdida para as regiões Norte e Sul).

Apesar da desconcentração regional da indústria petroquímica, o mesmo não ocorreu com a indústria de transformação de plásticos e de segmentos finais do complexo químico (química fina e de especialidades). Devido à distância desses pólos em relação ao principal mercado consumidor de produtos petroquímicos, os segmentos de maior complexidade da indústria química continuaram concentrados em SP.

Um dos principais motivos para a manutenção da concentração está relacionado à inexistência de mercados (segmentos da indústria de transformação de plásticos) nestas regiões (BA e RS) em escala compatível para competir com as fábricas já existentes na Região Sudeste. SP concentra 60% das empresas de transformação de plásticos do País, enquanto na BA estão presentes apenas 2,3% deste total (Tabela 10). A não implementação de projetos de adensamento da cadeia produtiva do setor químico também está relacionada à estrutura de oferta dos segmentos finais do complexo químico (farmacêuticos, defensivos agrícolas, etc.) que, por sua vez, são liderados por empresas filiais de grupos

internacionais. De modo geral, as estratégias globais de atuação desses grupos não coincidem, necessariamente, com os interesses de desenvolvimento do país/regiões onde estabelecem suas bases produtivas.

Tabela 10
Distribuição das Empresas de Transformação de Plásticos, segundo os Estados
Brasileiros (1997)

Estados	%
São Paulo	60,0
Rio Grande do Sul	10,0
Rio de Janeiro	8,5
Paraná	5,0
Bahia	2,3
Outros	14,2

Fonte: Gazeta Mercantil – Panorama Setorial da Indústria de Plásticos, 1997.

Informações recentes (Tabela 11) corroboram a afirmativa anterior de que a indústria de Transformação de Plásticos na BA não está apresentando bom desempenho, apesar da disponibilidade de matérias-primas no pólo Petroquímico de Camaçari. A Produção Física deste setor reduziu-se em 43,7% comparando-se os meses de outubro de 2001 e 2000. No acumulado do ano (comparação entre os meses de 2000 e 2001, de janeiro a outubro) a perda foi de 15,7%.

Tabela 11
Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros
Bahia – Outubro/2001

Classes e Gêneros	(Em %)			
	Out01/Set01	Out01/Out00	Acumulado no Ano*	Últimos 12 meses**
Indústria Geral	4,3	-1,5	-0,4	-1,3
Indústria de Transformação	4,1	-1,1	-0,2	-1,4
Minerais não-metálicos	15,8	-33,8	-12,6	-8,7
Metalurgia	33	-0,4	7,4	8
Mat. Eletr.e de Comunicações	3,8	-23,5	-20,5	-18,7
Papel e Papelão	12,4	28,5	24,2	23,1
Borracha	9,3	-12,7	-8,1	-9,4
Química	1	3,4	0,2	-2
Perf. Sabões e Velas	13,9	0,6	-17,2	-15,5
Prod. Matérias Plásticas	-18,9	-43,7	-15,7	-10,5
Têxtil	-11,3	-9,5	-0,2	-1
Produtos Alimentares	-7,9	-21,7	-7,4	-5,9
Bebidas	10,5	-14,2	-4,8	-2,1

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: *Em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Em relação aos doze meses anteriores

Na década de 90, contribuíram para a perda de dinamismo relativo das atividades da indústria química na BA a concorrência com as importações de petroquímicos do Extremo-Oriente e o fato de que grande parte dos investimentos em expansão de capacidade produtiva do setor petroquímico, induzidos pelo crescimento pós-Plano Real, ocorreu no pólo de Triunfo/RS. Esta tendência de perda de investimentos é confirmada pela localização dos novos projetos de investimentos do setor petroquímico que têm se destinado preferencialmente aos Estados da Região Sudeste.

Para o grupo de Bens de Capital e Duráveis de Consumo, somente a região Sul ampliou sua participação de 11,6% para 14,5%, enquanto todas as demais regiões tiveram suas participações reduzidas. Embora tenha reduzido sua participação de 23,2% para 11,8% na Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática (participação perdida para as regiões Sudeste - SP e MG - e Nordeste - BA), a região Sul teve aumentos em diversos setores que foram suficientes para que ela aumentasse sua participação nesse grupo no período. Os

principais setores são: Fabricação de Máquinas e Equipamentos, graças à perda de participação da região Sudeste (SP e RJ); Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (perda de participação da região Norte principalmente); Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações (aumento de participação de PR e SC e perda de participação de AM⁴, RJ, PE e RS, devido principalmente às mudanças na Lei de Informática, descritas no capítulo anterior); e Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios (perda de participação da região Sudeste, dos estados de SP e MG).

No setor de Fabricação de Máquinas e Equipamentos, houve redução na participação dos principais estados produtores (SP, RJ e RS) e concentração da produção na região Sul, verificada pelo aumento das participações de PR e SC. Fatores como a crise da agricultura baseada na pequena propriedade rural deflagrada pela abertura comercial e pela maior integração com os países do Mercosul explicam a perda de dinamismo do setor no RS. Por outro lado, também está relacionada à diminuição das possibilidades de expansão das lavouras de grãos e a reestruturação da indústria de alimentos que implicaram em efeitos negativos sobre a produção de grãos e carnes.

No setor de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias houve queda de participação das regiões Sudeste (87,0% para 85,6%) graças a SP, já que MG⁵ e RJ⁶ aumentaram suas participações, e Nordeste (0,6% para 0,2%) e aumento de participação das regiões Norte (3,1% para 4,3%) e Sul (9,1% para 9,9%) graças ao RS. Deve-se ressaltar que em 1998⁷ as montadoras do PR ainda não haviam sido inauguradas, portanto, não se constatou aumento de participação desse estado.

⁴ A cidade de Manaus, geograficamente isolada pela distância e pela deficiência do sistema de comunicações terrestre, transformou-se num "enclave", sustentado por incentivos fiscais e com crescimento industrial especializado em bens eletrônicos de consumo, baseado em componentes importados e em incentivos fiscais. Não se criou, assim, integração produtiva local na cidade. Atualmente, o que se observa é o custo social dos incentivos, a abertura da economia brasileira e a previsão de término dos incentivos previstos pela Constituição Brasileira para o ano de 2013, indicando que Manaus não tem futuro industrial (Diniz, 1999).

⁵ Atração de novas montadoras para o estado como Iveco/Fiat Spa, em Sete Lagoas – Sul de MG.

⁶ Instalação da Volkswagen no estado fluminense em 1995.

⁷ Último ano analisado na tabela presente no Anexo Estatístico por nós utilizada e que é baseada na PIA.

Analisando a indústria predominantemente produtora de Bens de Consumo como um todo, notamos reconcentração nas regiões Sudeste e Sul. Já na análise das indústrias predominantemente produtoras de Bens de Produção, vemos leve desconcentração em direção às regiões Centro-Oeste, Norte e Sul. Devemos, lembrar, no entanto, que, enquanto a primeira indústria apresentou crescimento no período de 8,4%, a segunda apresentou redução em seu crescimento de 16,9%⁸.

Assim, podemos dizer, como já o fez Wilson Cano (1998), que a desconcentração no período 1985/98 para a indústria de Bens de Produção foi mais de caráter estatístico do que real, já que o aumento das participações das outras regiões se deu mais pela retração da participação do Sudeste (São Paulo) maior que a retração média do Brasil. Tal retração maior da região Sudeste pode ser explicada pelo fato da “economia paulista, por ter grau de exposição mais elevado que a média e estar mais voltada para o mercado interno é mais pró-cíclica que os outros estados e regiões” (Caiado: 2002, 157). Ou seja, São Paulo sente mais fortemente os efeitos das crises da economia nacional que o resto do país, por ter relações mais intensas com os outros estados.

A importância da economia paulista no intercâmbio comercial com os outros estados brasileiros pode ser observada na tabela abaixo: ela é responsável por 50,1% de todas as entradas interestaduais em outros estados. Além disso, adquire dos demais estados 41,2% de todas as vendas realizadas.

⁸ Rever tabela 05 – “Crescimento Real do Valor da Transformação Industrial da Indústria Geral, Brasil: 1985, 1996, 1997 e 1998”.

Tabela 12
Balança Comercial Interestadual e Internacional – Brasil, por Regiões e Unidades da Federação
1999

(Em R\$ milhões correntes)

Regiões e Unidades da Federação	Brasil <i>Versus</i> Brasil			Brasil <i>Versus</i> Resto do Mundo			Saldo Total A+B
	Saídas	Entradas	Saldo Interestadual (A)	Saídas	Entradas	Saldo Internacional (B)	
Total das saídas	454.748	454.748	-	86.180	90.092	(3.911)	(3.911)
Norte	20.180	19.486	694	4.926	5.701	(775)	(82)
AC	144	631	(487)	2	1	1	(485)
AP	67	579	(513)	83	41	42	(471)
AM	15.422	6.541	8.881	790	5.291	(4.501)	4.380
PA	2.479	7.030	(4.551)	3.930	314	3.616	(935)
RO	1.219	2.401	(1.182)	102	9	93	(1.089)
RR	102	536	(434)	3	3	0	(434)
TO	747	1.768	(1.021)	15	41	(27)	(1.047)
Nordeste	41.099	65.423	(24.324)	6.174	6.497	(323)	(24.647)
AL	1.657	3.316	(1.659)	414	111	303	(1.356)
BA	15.692	17.306	(1.614)	2.909	2.709	200	(1.414)
CE	6.334	10.561	(4.227)	683	1.055	(372)	(4.599)
MA	1.520	4.475	(2.955)	1.220	676	544	(2.411)
PB	2.742	4.912	(2.170)	115	236	(121)	(2.291)
PE	8.136	14.472	(6.335)	489	1.353	(864)	(7.199)
PI	818	2.809	(1.991)	90	24	67	(1.924)
RN	2.054	4.298	(2.244)	212	155	57	(2.186)
SE	2.145	3.274	(1.129)	40	179	(138)	(1.267)
Sudeste	271.657	232.501	39.156	51.542	61.219	(9.677)	29.478
ES	13.501	13.463	38	4.503	4.819	(317)	(279)
MG	48.773	50.857	(2.083)	11.743	5.400	6.343	4.259
RJ	40.635	50.372	(9.738)	3.019	8.090	(5.071)	(14.809)
SP	168.747	117.808	50.939	32.277	42.909	(10.632)	40.307
Sul	95.506	95.824	(319)	21.158	14.472	6.685	6.367
PR	42.107	37.544	4.563	7.236	6.808	428	4.991
RS	29.385	31.129	(1.744)	9.198	6.041	3.156	1.412
SC	24.014	27.151	(3.138)	4.724	1.623	3.101	(37)
Centro-Oeste	26.308	41.514	(15.207)	2.382	2.202	180	(15.027)
DF	2.326	10.262	(7.936)	17	1.226	(1.210)	(9.145)
GO	11.148	15.619	(4.470)	600	586	13	(4.457)
MT	7.264	8.846	(1.582)	1.364	284	1.079	(503)
MS	5.569	6.788	(1.218)	402	105	296	(922)

Fonte: Caiado, 2002: 158.

Obs.: Os valores de exportação e importação das unidades da Federação com o resto do mundo foram transformados para moeda nacional a partir de uma taxa média anual de câmbio de 1,84 (R\$/US\$). Essa taxa foi obtida pela média aritmética das taxas de câmbio mensais médias de 1999, fornecidas pelo Banco Central do Brasil. Os valores entre parênteses representam déficit na balança comercial interestadual.

Pudemos observar a partir da análise das tabelas, realizada anteriormente, que houve o deslocamento e realocação de plantas industriais, ou a implantação de novas fábricas em estados com pouca tradição industrial. Caiado (2002) atribui tal movimento a alguns fatores específicos, dentre eles: redução de custo de produção, diferenças salariais inter-regionais e benefícios concedidos pelos estados (Guerra Fiscal) em impostos, taxas, preços públicos, incentivos fiscais e

benefícios. Afirmar que os benefícios conseguidos pelas empresas superaram o incremento dos gastos de transporte, já que este foi reduzido graças à diminuição relativa nos custos de transporte, pela *containerização*, redução de volume e peso dos produtos e maior disseminação dos meios de transportes.

Os deslocamentos e localizações de novas plantas em estados e regiões com pouca tradição industrial se deram em contexto caracterizado pela atitude defensiva das empresas em meio ao acirramento da concorrência pela entrada de novos concorrentes e pela ampliação dos produtos importados ofertados no mercado. Sem contar a Guerra Fiscal que se faz presente e contribui para que o movimento de deslocamento e realocação obedeça a fatores determinados pela lógica de localização industrial das empresas e não por políticas de desenvolvimento regional.

Dessa forma, a reestruturação produtiva do Brasil de meados da década de 80 até o final da década de 90 foi marcada por ampliação da área de localização industrial com incorporação de novos espaços produtivos (região Centro-Oeste e determinados estados do Nordeste) e pela consolidação de outros (Sul do país, MG, ES, PA e AM). Não pode ser caracterizada, portanto, pelo surgimento de novas regiões industriais e pelo declínio das regiões industriais tradicionais, já que o Estado de São Paulo continua sendo o núcleo dinâmico da indústria.

Há um movimento de concentração dos setores intensivos em mão-de-obra naquelas regiões periféricas em que os salários são mais baixos que as regiões centrais e que a qualidade é menor, como o setor Têxtil no CE e SC; Couro e Calçados no CE, PB e RS; Alimentos e Bebidas no AM, GO, MS e MT; Confeções em SC, PR, GO e MG.

A tendência de localização recente das empresas de gêneros industriais mais intensivos em mão-de-obra, como calçados e confeções, seria a região Nordeste para competir com concorrentes externos – notadamente após a abertura comercial – aproveitando-se da grande disponibilidade de mão-de-obra a baixos salários, bem como da possibilidade de flexibilização das relações de trabalho (subcontratação, por exemplo) naquela macrorregião (Araújo, 1999).

Já para os setores industriais que são intensivos em tecnologia e que necessitam de mão-de-obra qualificada ou aqueles voltados para o mercado consumidor de maior renda, nota-se reconcentração em SP e em alguns estados vizinhos.

Tabela 13
Diferenças Regionais da Renda Média por Habitante
Índice do PIB per Capita, por Regiões e Estado de São Paulo
1985 - 1998

Regiões e Estado de São Paulo	1985	1990	1995	1996	1997	1998
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	66,28	73,01	67,10	65,96	65,57	66,43
Nordeste	46,49	45,25	43,72	43,66	43,40	44,77
Sudeste	137,15	136,12	138,07	140,42	140,73	139,37
Sul	114,01	110,86	111,16	106,14	105,97	106,45
Centro Oeste	91,38	109,05	107,70	105,09	104,74	105,25
São Paulo	170,53	162,31	171,15	173,10	173,00	169,65

Fonte: Caiado, 2002: 163.

Pela tabela acima podemos observar que SP continua com a maior renda média por habitante, seguido pela região Sudeste. Tais informações confirmam nossa afirmativa de que os setores industriais voltados para o mercado consumidor de mais alta renda – setor de Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas, por exemplo, com aumento do *mix* de produtos e lançamento de produtos mais sofisticados - concentram-se em SP e em certos estados vizinhos que possuem os maiores níveis de renda per capita do país.

Podemos dizer, resumidamente, que houve ampliação do espaço produtivo industrial do país, mas com acentuação da seletividade, ou seja, as novas áreas incorporadas às já tradicionais estão focadas na produção de determinados produtos – geralmente destinados à exportação – quer por incentivos e benefícios concedidos pelos governos locais (Guerra Fiscal)⁹, quer por atratividades específicas, como mão-de-obra barata e abundância de matérias-primas, de tal forma que o núcleo industrial mais sofisticado tecnologicamente continua concentrado no Estado de São Paulo e estados vizinhos.

⁹ Podemos dizer que houve uma transformação da natureza dos mecanismos utilizados pelos estados, principalmente após 1994, para atrair as inversões privadas, o que levou ao acirramento da Guerra Fiscal. Passou-se a utilizar os fundos públicos, diretamente vinculados aos orçamentos estaduais, com renúncia fiscal prevista, e aprovados pelas assembleias legislativas estaduais. Acirramento do conflito federativo: uso do financiamento do ICMS, através de operações triangulares, com uso dos bancos públicos como agentes financeiros dos fundos criados.

Segundo Galvão (1999) a “guerra fiscal” resulta não apenas de uma simples competição por recursos, mas como resposta à ausência de uma coerente política nacional de desenvolvimento do governo central, que não revela sério comprometimento explícito com a desconcentração industrial, redução das desigualdades regionais e melhoramento das condições sociais das regiões mais atrasadas.

Araújo (1999) também cita o caráter espacialmente seletivo dos investimentos industriais, já que privilegiam certos espaços específicos nas diversas regiões, tornando-as bastante heterogêneas, no sentido em que não se difundem pelo restante dos espaços regionais. Observa que o se constata no momento é a ausência de políticas regionais explícitas do Governo Federal, o que abriu espaço para a deflagração da “guerra fiscal” entre Estados e Municípios que lutam por consolidar alguns “focos de dinamismo” em suas áreas de atuação. Enquanto isso, grandes áreas do País são deixadas à margem. Essas, são chamadas pela autora de “espaços não-competitivos”.

Há ainda o aspecto da limitada dimensão da desconcentração das décadas de 70 e 80, pois não alterou substancialmente a antiga divisão regional do trabalho, que concentrou no Sudeste a parte mais relevante da base produtiva nacional e, principalmente, dos segmentos industriais estratégicos. Além disso, o processo de desconcentração ocorreu num quadro econômico e político no qual a economia nacional iniciava seu processo de desaceleração (segunda metade dos anos 70), chegando na crise e instabilidade dos anos 80 e 90 e, ao lado disso, o Estado nacional passava a viver uma das maiores crises fiscal e financeira da sua história.

Os estudos recentes sugerem, então, o esgotamento do processo de desconcentração que é relativamente curto quando comparado com o longo período de concentração, que vai do início da industrialização brasileira até o auge da fase expansiva do “milagre econômico”, no final da primeira metade dos anos 70. De acordo com Araújo, a inserção do Brasil na economia mundial globalizada tende a ser amplamente diferenciada, o que tende a acentuar as históricas e profundas desigualdades regionais (Araújo, 1999).

Enquanto Pacheco (1998) fala da possibilidade de existência de “fragmentação da nação”, Araújo denomina tal possibilidade de “desintegração competitiva”, o que poderia ser contornado por meio de uma nova e ativa política nacional de desenvolvimento regional, para que as históricas e profundas desigualdades regionais não se aprofundem.

Pensando, então, nessa disparidade de condições para atração de investimentos entre as diferentes regiões brasileiras, resolvemos analisar um dos programas do governo federal que se diz voltado para o desenvolvimento das regiões menos dinâmicas do país. Tratam-se dos Fundos Constitucionais no Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO)¹⁰.

Num contexto em que há um novo paradigma tecnológico e produtivo, baseado na microeletrônica e centrado na produção flexível, com crescente hegemonia do movimento de globalização (financeira, produtiva, tecnológica e mercantil), novos elementos de atração de investimentos se fazem presentes como mão-de-obra qualificada, presença de Centros de Ensino e Pesquisa Científica e Tecnológica, existência de “bom clima de negócios” (empresários locais abertos a parcerias e alianças estratégicas e atores públicos locais ativos), existência de massa crítica de fornecedores locais de componentes e serviços, etc.

Tratam-se, portanto, de fatores locacionais não-tradicionais que fazem com que o potencial locacional do Sul-Sudeste para atrair esses novos investimentos seja maior que o das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As cidades médias localizadas próximas a eixos de transportes com boas condições de acessibilidade também têm forte poder de atração desses novos investimentos.

O programa do Ministério da Integração Nacional apresenta como sua missão a de promover a integração nacional, através do desenvolvimento econômico e social e da redução das disparidades regionais, a qual inclui a

¹⁰As informações aqui utilizadas foram obtidas no site do Ministério da Integração Nacional www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/publicacoes/index.shtml (consulta em 17/julho/2002). As tabelas aqui disponibilizadas, bem como as do Anexo Estatístico, foram obtidas do *Sistema de Informações Gerenciais – SIG* – Edição de junho/2002, arquivo pdf, disponível no site citado anteriormente.

criação de mecanismos e a avaliação permanente dos meios que possibilitem um crescimento regional sustentável.

Também fazem parte das tarefas do Ministério da Integração Nacional definir diretrizes e prioridades e dinamizar os mecanismos institucionais que garantam o propósito de crescimento permanente. As novas normas operacionais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão inseridas nesse contexto, e são apresentados como valiosos instrumentos para o desenvolvimento das três regiões.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento contam com uma fonte permanente de recursos, proveniente de 3% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados. Esses recursos são repassados decendialmente pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Ministério da Integração Nacional, que os transfere para os bancos operadores (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil). É observada a seguinte distribuição entre os três Fundos: 0,6% para o FCO; 1,8% para o FNE; e 0,6% para o FNO.

Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são utilizados para promover o desenvolvimento de atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, comercial e de serviços das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, podendo ser obtidos por: Pessoas Físicas, Pessoas Jurídicas, Firms Individuais e Associações e Cooperativas de Produção.

A área de atuação do FCO é a região Centro-Oeste, a do FNE é a região Nordeste e municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, incluídos na área de atuação da extinta SUDENE, e a do FNO é a região Norte.

Podemos observar pela tabela abaixo, que os repasses anuais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) são idênticos para as regiões Centro-Oeste e Norte e que esses valores aumentaram aproximadamente 397% entre 1989 e 2001. A região Nordeste, por sua vez, tem um repasse bastante superior ao das duas outras regiões. Tal repasse aumentou no mesmo montante verificado para as regiões Centro-Oeste e Norte no período referido anteriormente.

Tabela 14
Repasse Anuais da Secretaria do Tesouro Nacional - STN – Comparativo
Valores Atualizados - 1989/2001

R\$ mil				
Fundo	FCO	FNO	FNE	Total
Ano				
1989	122.656	122.656	367.964	613.276
1990	380.729	380.729	1.142.185	1.903.643
1991	306.395	306.395	919.200	1.531.990
1992	288.441	288.441	865.320	1.442.202
1993	366.194	366.194	1.098.590	1.830.978
1994	346.062	346.062	1.038.191	1.730.315
1995	355.517	355.517	1.066.553	1.777.587
1996	334.052	334.052	1.002.171	1.670.275
1997	344.763	344.763	1.034.299	1.723.825
1998	350.518	350.518	1.051.546	1.752.582
1999	361.170	361.170	1.083.507	1.805.847
2000	402.826	402.826	1.208.490	2.014.142
2001	486.725	486.725	1.460.171	2.433.621
Total	4.446.048	4.446.048	13.338.187	22.230.283

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN e SPOA do Ministério da Integração Nacional. Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2001.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Pela Tabela 05 do Anexo Estatístico, podemos observar a variação do Número de Operações (OP) Industriais para a região Centro-Oeste. Em todo o período analisado – 1989/2001 – o OP Industrial é sempre pequeno na região, comparativamente a outros programas como o PAPRA e o Rural, revelando o menor empenho do programa com a industrialização, que já é pouco significativa na região.

O OP Industrial reduz-se de 10,4% no período 1989/1993 para 1,3% em 2001.

Uma comparação entre os estados (Tabela 15) da região Centro-Oeste para o ano de 2001 mostra que o estado de Goiás é o que vem recebendo a maior quantidade de operações industriais na região e o estado de Mato Grosso do Sul o que tem a menor quantidade de operações neste setor.

Tabela 15
Número de Operações (OP) e Valores Contratados (VC)
por Programa e Unidade Federativa
Valores Nominais - Janeiro a Dezembro de 2001

Programa \ UF	DF		GO		MT		MS		Total		VC em R\$. mil	
	OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	VC
PRONAF - RA	0	0	3.135	9.943	5.723	18.381	3.375	10.371	12.233	38.695	55,9	4,0
PRONAF	6	59	853	6.641	472	3.368	341	2.670	1.672	12.738	7,6	1,3
PRONATUREZA	0	0	0	0	1	1.878	1	374	2	2.252	0,0	0,2
Rural / Integração	33	2.834	2.655	208.039	2.464	273.345	1.853	146.204	7.005	630.422	32,0	64,4
Industrial	46	12.959	129	107.860	47	14.032	23	11.482	255	146.333	1,2	14,9
Infra-Estrutura	1	100	5	2.652	1	15.335	6	51.283	13	69.370	0,1	7,1
Turismo	3	1.629	4	462	5	2.036	4	1.285	16	5.412	0,1	0,6
Comércio e Serviço	87	18.570	210	18.931	167	18.877	87	12.728	551	69.106	2,6	7,2
Giro/Custeio	11	893	110	2.931	14	681	19	716	154	5.221	0,7	0,5
Total	187	37.044	7.101	357.459	8.894	347.933	5.719	237.113	21.901	979.549	100,0	100,0

Fonte: Informações Gerenciais do FCO, fornecidas pelo Banco do Brasil.

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO

Para a região Norte a análise do OP Industrial (Tabela 06, Anexo) mostra que a porcentagem de operações industriais realizadas com recursos do FNO reduziu-se até 1999, mas passou a aumentar a partir de então, de forma que, comparando-se o período 1989/1993 ao ano de 2001, o OP Industrial da região diminuiu pouco em relação ao observado para a região Centro-Oeste, passando de 2,6% para 2,3%. Mesmo assim, os programas industriais financiados pelo FNO representam apenas 1% do total, quando considerado todo o período 1989/2001. A maior representatividade é dos programas rurais.

Os programas agroindustriais passaram a fazer parte do FNO apenas em 2000, mas o OP deste setor é reduzidíssimo.

Fazendo uma análise por estados (Tabela 16), Tocantins e Rondônia são os que absorvem a maior parte dos fundos destinados à agroindústria. No que concerne ao setor industrial, o estado do Pará retém praticamente todos os recursos do FNO, seguido por Tocantins e Rondônia. O estado do Amazonas, considerado o mais industrializado da região, não recebe tantos recursos do FNO, provavelmente porque os investimentos em tal estado (Zona Franca de Manaus)

ocorrem por parte de grandes empresas, as quais, geralmente, não recorrem a tal tipo de financiamento para realizar novos investimentos ou para realizar expansões da capacidade produtiva de empresas já instaladas, porque contam com capital da matriz ou porque são empresas de capital aberto que recorrem ao aumento do capital social (emissão de ações, por exemplo) para conseguir recursos financeiros.

Tabela 16
Número de Operações (OP) e Valores Contratados (VC)
por Programa e Unidade Federativa
Valores Nominais - Janeiro a Dezembro de 2001

Programa UF		Pronaf-A		Pronaf-Prorural		Pronaf-Prodex		Outros Rural		Agroindustrial	
		OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	VC
VC em R\$ mil											
Acre		185	1.449	541	4.890	60	136	57	18.690	0	0
Amapá		209	1.717	275	2.001	0	0	10	317	0	0
Amazonas		212	1.366	197	2.322	121	687	65	4.172	2	1.639
Pará		892	7.716	2.826	28.464	228	858	600	111.859	5	2.762
Rondônia		103	642	240	2.743	0	0	242	18.697	1	44
Roraima		0	0	34	446	0	0	30	1.992	1	160
Tocantins		479	3.786	307	3.825	0	0	1.807	114.224	6	2.699
Total		2.080	16.676	4.420	44.711	409	1.681	2.811	269.951	15	7.304

Programa UF		Industrial		Turismo		Com.Serviço		Total	
		OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	VC
VC em R\$ mil									
Acre		2	348	2	292	0	0	847	25.805
Amapá		2	298	0	0	2	98	498	4.431
Amazonas		12	5.943	2	12.900	7	1.701	618	33.730
Pará		150	74.616	12	3.644	3	1.656	4.716	231.595
Rondônia		21	3.236	1	196	2	178	610	25.736
Roraima		7	531	0	0	0	0	72	3.129
Tocantins		31	3.406	6	738	9	625	2.645	129.303
Total		225	91.378	23	17.770	23	4.258	10.006	453.729

Fonte: Informações Gerenciais do FNO, fornecidas pelo Banco da Amazônia.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

Analisando os fundos destinados ao Nordeste e aos estados de MG e ES no período 1989/2001 (Tabela 07, Anexo), percebemos que aqueles destinados à agroindústria reduzem-se quando consideramos o Número de Operações (OP), de 10,4% em 1994 para 0% em 2001 e que os Valores Contratados (VC) reduzem-se de 8,5% entre 1989/1993 para 1,1% em 2001. Os estados que mais recorreram aos fundos foram Pernambuco, Sergipe e Bahia (Tabela 17).

Em relação à indústria, há um salto no OP em 1995, mas, a partir daí, passa a declinar até chegar em 1,3% em 2001. Os estados que possuem maior OP são, respectivamente, Ceará e Maranhão, mas os que possuem maior VC são Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. Essa diferença pode ser resultante do fato dos investimentos no Ceará e Maranhão serem destinados a pequenas empresas – daí o elevado número de operações – enquanto aqueles da Bahia e Sergipe serem destinados a empresas de maior porte, que absorvem uma quantidade maior de recursos.

Quanto à porcentagem total destinada à agroindústria no período todo, vemos que esta representa uma parte muito pequena do total. Quanto ao setor Industrial, temos que a porcentagem de VC no período é a segunda maior (29,8%), atrás apenas de Outros Programas (43,7%), diferentemente do que havíamos observado para o FCO e FNO.

Tabela 17

Número de Operações (OP) e Valores Contratados (VC) por Programa e Unidade Federativa
Valores Nominais - Janeiro a Dezembro de 2001

VC em R\$ mil										
Programa	Da terra PRONAF A		Rural		Especiais Rural		Industrial		Agroindustrial	
	OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	VC
UF										
AL	464	4.367	449	4.627	11	80	5	3.705	2	474
BA	254	2.274	1.528	17.532	35	310	18	107.786	2	787
CE	600	5.428	641	7.056	15	68	32	6.511	0	0
ES	0	0	537	18.016	0	0	10	960	0	0
MA	280	1.686	394	4.237	2	23	25	475	3	24
MG	642	4.161	1.055	11.475	3	21	9	152	0	0
PB	1.188	7.613	1.086	6.928	0	0	11	4.170	2	248
PE	135	1.151	2.160	14.399	20	207	10	310	2	3.574
PI	107	637	731	6.523	3	22	5	93	0	0
RN	2.022	13.612	455	4.252	3	17	23	7.848	2	111
SE	340	1.509	1.112	8.750	14	65	18	9.019	2	996
Total	6.032	42.438	10.148	103.795	106	813	166	141.029	15	6.214

Programa		VC em R\$ mil							
		Turismo		Especiais Industriais		Comercial		Totais	
		OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	VC
UF									
AL		0	0	9	255	2	19	942	13.527
BA		2	204	2	135	0	0	1.841	129.028
CE		2	430	5	562	21	331	1.316	20.386
ES		0	0	0	0	0	0	547	18.976
MA		0	0	1	245	4	145	709	6.835
MG		0	0	0	0	8	206	1.717	16.015
PB		0	0	0	0	7	176	2.294	19.135
PE		0	0	0	0	2	3.924	2.329	23.565
PI		3	239	0	0	5	80	854	7.594
RN		2	880	27	21	4	186	2.538	26.927
SE		1	89	1	1	8	129	1.496	20.558
Total		10	1.842	45	1.219	61	5.196	16.583	302.546

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil.

Podemos chegar a algumas conclusões sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento, alertando para o fato de que os mesmos por empresas de menor porte, visto que as empresas de maior porte não recorrem, como chamamos a atenção anteriormente, a esse tipo de financiamento. Tais fundos são destinados principalmente às empresas de porte Mini/Micro e Pequeno, como pode ser observado no conjunto de tabelas disponibilizado pelo Ministério da Integração Nacional¹¹.

Se os Fundos forem analisados sob a ótica de promover o maior desenvolvimento industrial das regiões que são consideradas menos industrializadas que as Sudeste e Sul, podemos dizer que eles não atingem tal objetivo, posto que esse setor recebeu poucos recursos e teve um pequeno número de operações se comparado ao setor Rural, por exemplo, nas regiões Centro-Oeste e Norte. Isso pode nos levar a crer que tais regiões são pouco atrativas para a realização de investimentos industriais, mesmo por parte de pequenos empresários, que podem considerá-las regiões de maior risco que as demais, principalmente em cenários de recessão econômica, como o que tem ocorrido com a economia brasileira nos últimos anos.

Apenas a região Nordeste, juntamente aos estados de MG e ES, pareceu atrair um número maior de recursos para o setor industrial comparativamente às outras duas regiões que recebem recursos dos Fundos. Os estados da Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará foram os que se destacaram nos Valores Contratados. MG e ES, por sua vez, não absorveram muitos recursos, apesar de serem industrializados, talvez pelo fato de tais estados atraírem um número maior de empresas de grande porte por contarem com parque industriais mais desenvolvidos em determinados setores que aqueles estados citados anteriormente.

Assim, se os Fundos Constitucionais têm por objetivo promover a integração nacional, através do desenvolvimento econômico e social, bem como promover a

¹¹As tabelas sobre o porte das empresas que recorrem aos recursos dos Fundos Constitucionais podem ser obtidas no *Sistema de Informações Gerenciais – SIG* – Edição de junho/2002, arquivo pdf, disponível no site www.integracao.gov.br/fundos/fundos_constitucionais/publicacoes/index.shtml

redução das disparidades regionais, a qual inclui a criação de mecanismos e a avaliação permanente dos meios que possibilitem um crescimento regional sustentável, podemos dizer que não está alcançando tais metas já que vem reafirmando as especializações regionais presentes anteriormente, notadamente nas atividades rurais, não logrando promover maiores investimentos no setor industrial. A exceção é o FNE que alavancou uma quantidade razoável de recursos para o setor Industrial.

2.2.3 - Análise da Indústria Paulista no período 1985/98¹²

Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo

Em relação às Indústrias Extrativas, houve aumento da participação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ao se comparar os anos de 1985 e 1998. No entanto, de 1996 para 1998, houve queda de participação da mesma, de 2,5% para 2%. O Município de São Paulo apresentou o mesmo comportamento. A Extração de Minerais Não-Metálicos é o setor que mais contribui em participação para o grupo comparativamente aos demais.

Analisando as Indústrias de Transformação, verifica-se a queda de participação tanto da RMSP quanto do Município de São Paulo nessas indústrias. Dentre os setores analisados, apenas o de Edição, Impressão e Reprodução de Gravações; Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool; Fabricação de Produtos Químicos; e Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática apresentaram aumento de participação na RMSP e o setor de Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios quase não apresentou alteração. Todos os demais setores apresentaram queda de participação.

Para o Município de São Paulo, o setor de Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool ficou estagnado, enquanto apenas os setores de Fabricação de Produtos Químicos e Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática

¹² As análises realizadas neste item se deram com base nas tabelas 08, 09, 10 e 11 do Anexo Estatístico.

apresentaram aumento de participação. Os demais setores apresentaram redução de participação.

Apesar desses aspectos negativos, a cidade de São Paulo possui condições para atrair vários segmentos de alta tecnologia, notadamente nos segmentos leves, como microeletrônica e informática. A cidade conta com disponibilidade de recursos de pesquisa, mercado de trabalho profissional, a mais avançada rede universitária do país e a maior dimensão de mercado (Diniz, 1999).

Apesar da diminuição da participação do município de São Paulo em muitos setores, entre 1985 e 1998, não se pode deixar de ressaltar que sua produção industrial total é a segunda maior do país, comparativamente ao total da produção de todos os estados da federação, atrás somente da produção do estado de SP. Mais ainda, sua produção industrial (11,6%) é superior à soma da produção industrial dos 16 estados das regiões Norte e Nordeste (10,4%), para o ano de 1998.

Com o que foi constatado acima, podemos dizer que as conhecidas deseconomias de aglomeração, presentes no município de São Paulo devido ao seu alto grau de ocupação territorial e urbana, não conformaram um fator de desconcentração industrial determinante. Outros fatores positivos como as sinergias provenientes da proximidade entre empresas e rede, a existência de grandes centros de pesquisa e o mercado metropolitano de grande escala (em contexto de forte concentração da renda per capita), foram mais que suficientes para cobrir os possíveis, e muito prováveis, custos adicionais das deseconomias de aglomeração.

Região Metropolitana de São Paulo exclusive a Capital

Analisando as Indústrias Extrativas observa-se, diferentemente da análise para a RMSP e Município de São Paulo, aumento da participação da RMSP exclusive Capital. Tal aumento se deve sobretudo ao setor de Extração de Carvão Mineral, que teve aumento de participação de 0,5% para 1,1%.

Quando se observa a Indústria de Transformação, a RMSP exclusive a Capital também aumenta sua participação entre os anos de 1985 e 1998, de

14,1% para 14,4%, diferentemente do que foi observado para a RMSP e para o Município de São Paulo. Os setores que aumentam sua participação são: Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas (de 3,5% para 4,3%); Fabricação de Produtos Têxteis (de 9,9% para 12,7%); Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios (de 5,3% para 6,0%); Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel (de 18,2% para 20,3%); Edição, Impressão e Reprodução de Gravações (de 5,2% para 15,6%); Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool (de 2,9% para 7,8%); Fabricação de Produtos Químicos (de 21,8% para 25,5%); Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos; Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática (de 7,6% para 11,9%); Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (de 22,5% para 24,7%); Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações (de 14,9% para 23,3%); e, finalmente, Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte (de 2,7% para 2,8%).

Podemos concluir que a RMSP exclusive a Capital aumentou sua participação, tanto na Indústria Extrativa, quanto na Indústria de Transformação o que demonstra que as deseconomias de aglomeração não se constituíram em fator negativo determinante para que houvesse uma possível desconcentração industrial no período analisado, assim como observamos para o município de São Paulo.

Na verdade, o desempenho da RMSP quando excluída a Capital é superior ao observado quando a mesma está incluída, o que nos leva a crer que os possíveis impactos sofridos pelo parque industrial da Capital de 1985 a 1998 foram maiores que aqueles sofridos pela RMSP exclusive a Capital.

Interior do Estado de São Paulo

Até 1985, a indústria localizada no interior de SP era bastante diferenciada daquela localizada na RMSP, pois ainda mantinha seus maiores vínculos com atividades ligadas à agroindústria. No entanto, quando aprofundou-se ainda mais o processo de interiorização – após 1985 -, novos setores tornaram-se

importantes, fazendo com que sua estrutura industrial se aproximasse daquela presente na RMSP.

Apenas para melhor esclarecer o processo de interiorização da indústria paulista ocorrido entre 1970 e 1985, apresentaremos resumidamente os fatores principais apontados nos trabalhos do Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR, do Instituto de Economia da UNICAMP – que são: fatores relacionados a políticas públicas ou investimentos diretos realizados pelo poder público; fatores relacionados às deseconomias de aglomeração presentes na metrópole; existência de agricultura moderna; e existência de rede urbana bem estruturada.

Analisando-se primeiramente as Indústrias Extrativas, observa-se que houve aumento da participação do Interior do Estado de São Paulo, de 21% para 24,4%, com ampliação da participação tanto do setor de Extração de Carvão Mineral quanto do de Extração de Minerais Não-metálicos.

Em relação à Indústria de Transformação também observa-se aumento de participação do Interior, de 22,7% para 25,2%. Apenas três setores apresentaram redução em suas participações. São eles: Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios; Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados; e Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool (substituição da produção de álcool por açúcar devido ao aumento nos preços do açúcar no mercado externo e pela redução da demanda por álcool anidro). Em relação a esse último setor, observamos que em contrapartida à perda de participação do Interior, houve ganho de participação da RMSP exclusive Capital (conforme mostrado no item anterior), mostrando que ocorreu reconcentração desse setor na RMSP exclusive Capital.

Dentre os setores que se destacaram no aumento de participação estão:

- Fabricação de Produtos de Madeira: 14,4% para 20,2%;
- Fabricação de Produtos de Metal – Exclusive Máquinas e Equipamentos: 11,6% para 18,9%;
- Fabricação de Máquinas e Equipamentos: 23,0% para 31,1%;

- Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática: 5,3% para 14,4%;
- Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos: 21,6% para 28,6%;
- Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações: 19,1% para 32,9%;
- Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios: 11,6% para 23,6%;
- Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias: 32,4% para 39,6%;
- Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte: 25,1% para 38,0%;
- Reciclagem: 3,0%¹³ para 34,1%.

Como visto acima, houve aumento da complexidade da estrutura industrial do interior, com redução de participação de setores tradicionais como Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios; e Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados e ampliação da participação dos setores mais intensivos em tecnologia.

Analisando a participação regional da Indústria de Transformação da RMSP e das Regiões Administrativas (RA) no período 1985/98, observa-se redução apenas da RMSP e das RA Central e de Santos. A RA de Registro não apresentou alteração de sua participação no ano de 1998 relativamente ao ano de 1985.

Dentre as RA que apresentam maior participação na Indústria de Transformação estão, respectivamente: RA de Campinas (17,5% para 20,3%), RA de São José dos Campos (6,4% para 9,3%), RA de Sorocaba (4,9% para 5,7%) e RA de Ribeirão Preto (1,6% para 2,5%). Juntas concentram 37,8% de todo o Valor Adicionado Fiscal (VAF) do interior (esse valor era de 30,4% em 1985), o que mostra que o processo de interiorização não ocorre em todo o território, mas que

¹³ Dado de 1996, já que não há referência para o ano de 1985.

privilegia determinadas regiões dotadas de melhor infra-estrutura e localizadas próximas à capital.

Assim, o processo de interiorização seguiu os grandes eixos viários que partem da RMSP rumo ao interior e ao RJ. Tais eixos são formados pelas rodovias Anhangüera/Bandeirantes, com ramificação para a Washington Luiz; Castelo Branco/Raposo Tavares e Presidente Dutra/Aírton Sena/Carvalho Pinto.

Vejam rapidamente a distribuição regional dos investimentos anunciados nos últimos cinco anos para o estado de São Paulo. A RMSP é, de longe, a região mais atrativa seguida pelas RAs de Campinas, São José dos Campos, Santos, Sorocaba e Central. No entanto, o novo fluxo de investimentos privilegia o interior de SP, dando continuidade ao processo de interiorização do desenvolvimento.

A RA de Campinas é a mais privilegiada quando considera-se a localização industrial no interior, principalmente para o setor de alta tecnologia. A região conta com o tradicional eixo de localização industrial formado pela Anhangüera (onde estão as cidades de Americana, Hortolândia, Sumaré, Valinhos e Vinhedo), pela rodovia Campinas – Mogi Mirim (Jaguariúna) e pela Santos Dumont (Indaiatuba, Salto e Itu). Esta última tende a formar um eixo industrial promovendo a articulação entre Campinas e Sorocaba.

A RA de Sorocaba é uma das que se utiliza de incentivos municipais para atrair empresas. Graças a um projeto de isenção lançado pela prefeitura, aliado a outro de desenvolvimento adotado a partir de 1997 com a implantação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a cidade já recebeu 23 novas empresas nos últimos quatro anos. O exemplo mais recente de empresa atraída por tais benefícios é o do grupo alemão Edscha, um dos maiores fabricantes mundiais de dobradiças com mola, alavancas e capotas conversíveis. A empresa centralizou as operações em Sorocaba, transferindo a única planta da empresa no Brasil, que funcionava desde 1998 em Curitiba (PR). A prefeitura concedeu para a empresa as isenções previstas em lei e que valem para todas as novas investidoras: liberação do pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) em 100% por 12 anos, do ISS (Imposto Sobre Serviços) em 85% por 12 anos, mais taxas de emolumentos e construção, cobradas uma única vez, como

forma de facilitar a instalação. Um dos principais motivos para a transferência é o de que, apesar da capital paranaense ser bastante desenvolvida, ainda carece de mão-de-obra mais preparada para o setor de autopeças, o que levou a matriz a buscar uma nova localização. Além disso, o que motivou a escolha de Sorocaba foi a proximidade que a cidade tem dos seus principais fornecedores e clientes.

Apesar dos grandes fluxos de investimentos para o interior, não significa que esteja ocorrendo a desindustrialização da metrópole paulista pois, com o parque industrial que possui, continua como a cidade brasileira de maior produção industrial. Além da importância industrial da capital paulista, devemos destacá-la também como o maior centro financeiro e terciário do país.

Deve-se ressaltar, no entanto, que no caso da Indústria de Bens Intermediários, há uma maior rigidez locacional, em razão do porte das plantas industriais ser grande (indústria química, de materiais plásticos, borracha, etc) e pela necessidade de transportar enormes volumes de matérias-primas (indústria de papel e celulose, de artigos e artefatos de madeira, de produtos minerais não-metálicos e cimento, etc.).

Capítulo III

Análise Regionalizada dos Investimentos Realizados no Período Pós-1996

Realizaremos inicialmente uma breve análise das intenções de investimento anunciadas nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999. Segundo informações disponíveis em Rodrigues (2000) para o setor industrial, temos que os investimentos vêm diminuindo sua participação no total anunciado: 53,9% em 1996, 44% em 1997, 41,9% em 1998 e 38% em 1999. Procuraremos questionar ao longo do capítulo, em termos muito gerais, se tais intenções se concretizaram ou não, buscando levantar as principais tendências das estruturas produtivas das diversas regiões brasileiras.

Tabela 18
Intenções de Investimento, segundo Setores, Anunciadas em 1996, 1997, 1998 e 1999

Setores	Anúncios de Investimentos (%)				Taxa de Crescimento (%)		
	1996	1997	1998	1999	1997/96	1998/97	1999/98
Telecomunicações	9,2	7,0	17,2	29,7	-13,4	116,8	87,2
Infra-Estrutura	25,2	38,1	26,0	25,3	72,2	-41,0	7,1
Mecânica/Metalúrgica	14,5	10,0	11,2	12,0	-21,2	3,4	10,3
Petroquímica	8,4	9,1	10,4	8,4	24,6	0,0	-11,1
Indústria: Diversos	2,6	3,1	3,6	3,5	34,4	2,4	5,5
Alimentos, Bebidas e Fumo	8,9	5,5	4,8	3,3	-29,3	-23,2	-25,7
Turismo, <i>Shopping</i> e Lazer	3,8	3,3	5,5	3,0	-0,7	43,3	-39,2
Siderurgia	5,5	4,9	4,2	2,8	0,5	-24,1	-27,5
Química, Plásticos, Fertilizantes e Farmacêutico	3,5	3,4	3,4	2,6	20,5	-13,1	-15,9
Mineração	2,5	1,4	1,8	2,0	-34,7	9,9	19,8
Papel e Celulose	3,8	3,9	2,1	2,0	17,3	-47,0	2,9
Financeiro	2,7	2,0	0,6	1,5	-13,6	-75,3	182,6
Eletroeletrônica	3,5	1,8	1,4	1,4	-40,7	-31,8	6,3
Comércio	1,8	2,9	1,6	1,4	7,0	-50,9	-14,6
Serviços	2,7	1,6	1,8	0,8	-33,3	0,0	-51,7
Transportes	0,6	1,0	4,1	0,3	77,4	255,5	-93,2
Têxtil e Confecções	0,6	0,8	0,1	0,1	40,8	-87,2	-6,8
Agropecuária	0,1	0,0	0,1	0,1	-53,0	63,6	12,2
Calçados	0,1	0,1	0,1	0,0	6,2	-43,2	-71,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	13,9	-12,2	8,5

Fonte: Rodrigues, 2000: 115. *Elaboração própria.*

No ano de 1996, destacaram-se as intenções de investir nos segmentos produtores de bens de consumo, com as indústrias mecânica, eletrônica e de alimentos e bebidas, o que é resultado, notadamente, do “surto de consumo” da população proporcionada nos primeiros anos do Plano Real pela estabilização da economia. Em 1997, por sua vez, as intenções de investir concentraram-se nas indústrias petroquímica, química, de siderurgia e de celulose e papel, principalmente planejava-se expansão de capacidade produtiva.

O ano de 1998 foi marcado pela inauguração de algumas plantas, como resultado de decisões de investimento do miniciclo de crescimento 1995/96. Dentre os maiores investimentos estão: a unidade de automóveis da Renault, na região metropolitana de Curitiba (PR), a unidade de carrocerias da associação Fiat e Stola, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), a unidade de motores da Volkswagen em São Carlos (SP), a unidade farmacêutica da Glaxo Wellcome na região metropolitana do Rio de Janeiro (RJ), a unidade de centrais de comutação da Lucent em Campinas (SP) e a unidade de refrigerantes em lata da Vonpar na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Ou seja, todos os exemplos dados de grandes plantas inauguradas em 1998 concentram-se na região Centro-Sul do país.

O setor petroquímico aumentou sua participação no total de intenções de investimentos industriais (de 15,6% em 1996, passou para 22,2% em 1999), devido principalmente ao programa de investimentos da Petrobras, que se reflete também no Estado do Rio de Janeiro, com a ampliação da Refinaria Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e a exploração de petróleo na Bacia de Campos (RJ). De acordo com Rodrigues, "a perspectiva do fim do monopólio na exploração de novos campos petrolíferos também incentivou as intenções de investir de outros grupos em 1998 e 1999, como o Amenada Hess, o consórcio Exxon e Texaco, a Shell, a YPF e a Mobi, em várias bacias como as de Campos, de Santos e da Amazônia, assim como a construção de nova refinaria pelo grupo Thyssen, em Pecém (CE). Também o projeto de implantação da Rio Polímeros, um complexo gás-químico no Estado do Rio de Janeiro, tem amadurecido, apesar de toda complexidade de montagem da engenharia societária e de captação de recursos financeiros." (Rodrigues, 2000: 123). No entanto, a própria autora adverte para o fato da reestruturação da cadeia petroquímica ser bastante complexa, devido à grande quantidade de interesses presentes na constituição acionária das centrais petroquímicas, o que impede que as decisões estratégicas tenham livre curso, além de promover a fragilidade financeira do setor, por conta da estrutura de mercado extremamente fragmentada, com firmas de pequeno porte em termos internacionais e pouco integradas. O setor, dadas suas características principais de plantas monoprodutoras e de ausência de verticalização, torna-se impedido de crescer e ganhar eficiência na cadeia, o que torna-o pouco competitivo.

No setor siderúrgico brasileiro está havendo um processo de reestruturação profunda iniciada com a privatização do setor (de 1988 a 1993), mas que passa pelo acirramento da concorrência internacional com a abertura econômica, o aumento da escala de produção e a necessidade de reduzir custos. Antes da reestruturação, as empresas eram beneficiadas por proteção de mercado simultaneamente a um sistema de administração de preços que absorvia os altos custos e a ineficiência. Assim, para ganhar competitividade o setor reduziu custos com reestruturações administrativas e financeiras e aumentou a produtividade e a eficiência.

A partir de 1996, o setor pôde iniciar uma programação de investimentos, obedecendo à lógica internacional de especializar a produção. Os anúncios de investimentos foram, em grande parte, para as novas linhas de produção, de modernização tecnológica e de melhorias ambientais, porém decresceram em 1998 e 1999, em relação a 1997. Duas novas unidades foram anunciadas, a Galvasud (CSN), uma usina de galvanização de aço em Porto Real (RJ), e uma nova siderúrgica com tecnologia *minimill*¹⁰ em Pecém (CE), também da CSN. No entanto, tal como no setor petroquímico, a composição acionária da siderurgia brasileira é constituída por participações cruzadas que inibem o posicionamento estratégico das empresas (Rodrigues, 2000). O setor de celulose e papel apresentou queda significativa em seus anúncios de investimentos em 1998 e 1999 relativamente a 1997. De acordo com Rodrigues (2000), nenhum projeto de implantação foi anunciado em 1999, e somente a Aracruz fez anúncios expressivos de expansão. Em grande parte, isso foi influenciado pela crise asiática ocorrida no final de 1997 que provocou, em 1998, queda no consumo mundial de papel de imprimir/escrever, de imprensa e de embalagem. Porém, segundo a autora, o maior empecilho talvez seja a baixa capacidade de alavancagem financeira, dada uma estrutura de produção de modo geral fragmentada.

Analisaremos quais foram as variações nas intenções de investimento anunciadas entre 1996/99 para os estados brasileiros, com base na tabela abaixo, para que possamos ter uma idéia da tendência de localização dos investimentos recentes, no sentido de reconcentração ou desconcentração em relação à região Centro-Sul e, principalmente, em relação ao estado de São Paulo.

Tabela 19
Intenções de Investimento, segundo Estados, Anunciadas em 1996, 1997, 1998 e 1999

Estados	Anúncios de Investimentos(US\$ Milhões)				Taxa de Crescimento (%)			
	1996	1997	1998	1999	1997/96	1998/97	1999/98	1999/96
SP	23.681	24.534	19.154	19.418	3,6	-21,9	1,4	-18,0
RJ	7.407	10.650	12.915	10.319	43,8	21,3	-20,1	39,3
MG	12.935	11.451	8.583	6.088	11,5	-25,0	-29,1	-52,9
PR	5.119	13.116	4.092	4.751	156,2	-68,8	16,1	-7,2
RS	5.164	8.420	7.930	2.188	63,1	-5,8	-72,4	-57,6
<i>Subtotal</i>	<i>54.306</i>	<i>68.171</i>	<i>52.674</i>	<i>42.764</i>	<i>25,5</i>	<i>-22,7</i>	<i>-18,8</i>	<i>-21,3</i>
BA	3.858	7.270	5.791	4.883	88,4	-20,3	-15,7	26,6
PA, RO, RR,								
AC e TO	3.099	219	214	3.506	92,9	-2,3	1538,3	13,1
CE	1.915	2.382	3.702	2.067	24,4	55,4	-44,2	7,9
ES	2.770	845	1.734	1.970	69,5	105,2	13,6	-28,9
SC	4.104	768	662	869	-81,3	-13,8	31,3	-78,8
PE	1.948	440	1.160	824	-77,4	163,6	-29,0	-57,7
AL, MA, PB,								
SE e RN	1.510	569	903	792	-62,3	58,7	-12,3	-47,5
GO e DF	1.061	1.037	1.791	698	-2,3	72,7	-61,0	-34,2
MT e MS	1.231	915	1.961	624	-25,7	114,3	-68,2	-49,3
AM	1.319	2.125	424	446	61,1	-80,0	5,2	-66,2
<i>Subtotal</i>	<i>22.815</i>	<i>16.570</i>	<i>18.342</i>	<i>16.679</i>	<i>-27,4</i>	<i>10,7</i>	<i>-9,1</i>	<i>-26,9</i>
Total	77.121	84.741	71.016	59.443	9,9	-16,2	-16,3	-22,9

Fonte: Rodrigues, 2000:126. *Elaboração própria.*

O estado de SP apresentou um bom desempenho em 1997, relativamente a 1996, mas apresentou queda nas intenções de investimento comparando-se 1998 a 1997. Em 1999, o estado paulista recupera-se novamente. O estado paulista continuou sendo o centro dos investimentos no Brasil, pelos fatores largamente conhecidos como escala de mercado e condições de infra-estrutura econômica e social.

Além do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, também o Rio de Janeiro e o Ceará sofreram quedas expressivas nos anúncios de investimentos em 1999 comparativamente a 1998 (-20,1% e -44,2%, respectivamente). Ambos os estados tiveram seu melhor momento em 1998. O Rio de Janeiro, assim como em 1998, garantiu em 1999 a segunda colocação em atratividade. Os setores mais expressivos foram: siderúrgico (Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e Galvasud em Porto Real); petroquímico (Refinaria Duque de Caxias e Rio Polímeros em Duque de Caxias e associação Shell/Royal para exploração de óleo em Campos); farmacêutico (Knell, Servier e Smithkline Beechan no Rio de Janeiro); serviços e infraestrutura de telecomunicações; mecânico e autopeças (Michelin e

Pirelli na Grande Rio de Janeiro e Peugeot e Volkswagen em Porto Real e Resende, respectivamente). (Rodrigues, 2000)

Parte importante das pequenas modificações existentes nas participações relativas no total do PIB brasileiro se deve à Extração de Petróleo. As perspectivas de melhoria da situação econômica do RJ e de alguns municípios localizados no litoral norte deste Estado (Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras) surgiram com o aumento da arrecadação de *royalties* e das participações especiais¹. A importância destes recursos pode ser verificada na tabela a seguir pela participação expressiva do RJ no total nacional da produção marítima de petróleo ao longo dos anos 90.

Tabela 20
Produção Nacional de Petróleo, segundo as Unidades da Federação (1990-1999)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Mar	70,23	71,42	70,57	71,58	73,11	73,81	74,73	76,30	78,17	80,09
Ceará	2,05	2,08	2,27	2,09	1,95	1,93	1,51	1,43	1,17	1,03
Rio Grande do Norte	2,14	1,95	2,08	1,79	1,63	1,65	1,20	0,99	0,84	1,22
Alagoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,06	0,06	0,07
Sergipe	1,80	1,61	1,47	1,34	1,30	1,24	1,06	0,88	1,08	1,23
Bahia	0,51	0,35	0,37	0,30	0,23	0,28	0,29	0,24	0,17	0,05
Espírito Santo	0,40	0,41	0,35	0,39	0,30	0,36	0,12	0,09	0,06	0,04
Rio de Janeiro	63,33	64,98	63,71	65,16	66,11	67,59	68,62	70,98	73,60	75,77
São Paulo	0,00	0,00	0,00	0,28	0,62	0,55	0,65	0,49	0,35	0,46
Paraná	0,00	0,04	0,32	0,23	0,92	0,22	1,29	1,15	0,84	0,23
Santa Catarina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Alguns setores, contudo, que já foram importantes no RJ, não retomaram seus projetos de investimentos, como o da indústria naval, que tem passado por forte crise de financiamento e de demanda, e o financeiro, que mudou instâncias decisórias importantes para o município de São Paulo nos anos recentes. Aparentemente, estaria ocorrendo uma reconversão do estado com base em setores de alta tecnologia de produção e de engenharia, como o farmacêutico, a Petrobrás e seu conjunto de fornecedores e os serviços de telecomunicações.

O Rio Grande do Sul conseguiu, em 1997, o melhor resultado em seus esforços de atrair novos empreendimentos. Fortemente concentrados na região

¹ Compensações financeiras concedidas aos Estados e aos municípios pela exploração e produção de petróleo e gás natural, estabelecidas pela Lei 9.478/97. A participação especial é concedida nos casos em que o poço apresenta grande volume de produção ou alta rentabilidade. No Brasil, somente os campos de exploração de petróleo de Albacora (Campos dos Goytacazes, Quissamã e Carapebus) e Marlim (Macaé e Rio das Ostras) localizados no Estado do Rio de Janeiro pagam participações especiais.

metropolitana de Porto Alegre, destacaram-se os setores siderúrgico (Grupos Gerdau e Paratini), mecânico (Ford², General Motors e Agrale), de autopeças (Arteb, Goodyear, Pirelli e Zamproga) e de alimentos, bebidas e fumo (Elegê, Isabela, Grupo Josapar, Souza Cruz e Coca-Cola). No entanto, como vimos anteriormente, o estado perde investimentos em 1998 e 1999.

O Paraná fez um grande esforço para atrair empresas em 1996 e 1997, porém não conseguiu manter o mesmo nível nos anos seguintes. Em 1997 ocorreram anúncios significativos no setor mecânico: BMW/Chrysler (fábrica de motores), Chrysler³ (fábrica de picapes), associação Volks/Audi, Volvo (fábrica de caminhões) e Grupo Multibrás (fábrica de eletrodomésticos). Em 1999 ainda ocorreram novos anúncios nos setores mecânico (Renault e Volkswagen, em novas fábricas) e de autopeças (Volvo, para unidade de usinagem de motores, Sofedit e Iracome), em escala bem inferior aos anos anteriores, mas ainda suficiente para aumentar a produção de insumos da cadeia do setor mecânico. Praticamente todos os grandes empreendimentos foram implantados na região metropolitana de Curitiba, indicando a continuidade do caráter concentrador dos novos investimentos no estado.

A Bahia e o Ceará têm conseguido manter uma certa constância em seus anúncios. Na Bahia, o esforço de desenvolver o estado teve seu auge com o anúncio de implantação de uma fábrica de automóveis da Ford (aquela que seria instalada no Rio Grande do Sul) e de fertilizantes da Monsanto. Também houve anúncios significativos no setor de Alimentos – Avipal e Agronave, em Feira de Santana; Química – expansão e implantação de unidades no Complexo Petroquímico de Camaçari; Papel e Celulose – implantação da Vera Cruz e expansão da unidade da Bahia Sul; e Automotiva – instalação de plantas da Ásia Motors e Hyundai. No CE, foram importantes as intenções de investimento dos

² Em 1999, o governo do RS rescindiu contrato firmado entre a Ford e o governo anterior. A empresa, então, decidiu instalar-se na BA sob fortes incentivos fiscais.

³ Em setembro de 2001, a Chrysler anunciou o fechamento de suas atividades no PR. A decisão de encerrar a produção desta fábrica fez parte do programa de reestruturação do grupo Daimler-Chrysler, em reação à redução das vendas do modelo produzido nessa fábrica. A quantidade produzida durante o período de funcionamento desta empresa foi de aproximadamente 4 mil unidades, sendo que a capacidade produtiva instalada era de 12 mil unidades por ano. Com o seu fechamento, 250 funcionários da Chrysler foram demitidos, sendo que as demissões estenderam-se aos fornecedores de partes e componentes (Dana, Detroit Diesel e Lear) que se instalaram no PR exclusivamente para atender esta empresa.

setores Siderúrgico; Têxtil e Confecções; Bebidas, Alimentos e Fumo; Mecânica e Calçados e Couro, conforme a tabela abaixo.

O Estado do Amazonas também vem realizando uma política ativa, porém ainda muito pautada pelo velho paradigma, com fortes incentivos e reduzida integração das indústrias da Zona Franca de Manaus a uma rede local de fornecedores e clientes. Em 1997, todos os investimentos anunciados referiam-se à indústria eletrônica. Em 1999, as intenções de investimento para o estado eram maiores do que para 1998 em 5,2%.

O Estado de Goiás apresentou intenções de investimento significativas no período 1996/99, sendo anunciados importantes empreendimentos nos setores têxtil (Vicunha, Hering e Pingo de Gente), de alimentos (Perdigão, Parmalat, Sakura, Bombril e Unilever), mecânico e eletroeletrônico (Mitsubishi, Thermodec e Haier), de fertilizantes (Copebrás) e de serviços de turismo (Pousada do Rio Quente e White Water). O estado tornou-se particularmente atraente para os empreendimentos privados do setor agroalimentar, inclusive com desdobramentos no setor de máquinas, implementos agrícolas e fertilizantes, apontando ainda para oportunidades de investimentos no setor de logística de transporte e de armazenamento. O deslocamento da fronteira agrícola para além de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul integrou o estado de Goiás ao grupo de estados com fatores de atratividade a novos empreendimentos.

Em Santa Catarina, as empresas tradicionais do estado voltaram a anunciar investimentos, entre elas as de cerâmica (Cecrisa, Eliane e Portobello) e de motores (WEG), obedecendo ao padrão característico do estado no sentido da desconcentração espacial das empresas em relação à capital.

No estado catarinense também chama a atenção o pólo têxtil. Criado no final do século XIX a partir das pequenas tecelagens fundadas por imigrantes europeus, o pólo de produção têxtil e de vestuário de Blumenau (SC) vai manter nos próximos anos os investimentos em modernização iniciados na década de 90. Para que as empresas da região se mantenham competitivas, será preciso que elas acelerem o fluxo de informações e conhecimento entre si e de encadeamento intrasetorial, além de promoverem uma especialização cada vez maior nas etapas produtivas, da fiação e tecelagem até o trabalho de consolidação das marcas. O núcleo produtivo de têxteis e vestuário engloba nove municípios do Vale do Rio Itajaí e Alto Vale, com

destaque para empresa como Hering, Teka e Karsten, além de pequenas cooperativas de costureiras que vivem da terceirização de serviços.

Finalmente, o Estado do Pará, tanto pela retomada dos anúncios de investimentos da Companhia Vale do Rio Doce em mineração quanto dos relacionados à energia hidrelétrica de Tucuruí, Cana Brava e Lajeado.

Podemos dizer que as inaugurações de fábricas em 1998 resultaram de decisões de 1995 e 1996, provavelmente de vários setores que vinham trabalhando suas expectativas de mercado para os anos futuros e que estavam com limite de capacidade esgotado. Mesmo com as crises asiática, russa e depois a brasileira, poucos investimentos anunciados foram interrompidos. Provavelmente ocorreu algum retardamento em relação aos investimentos em fase de decisão. Por isso, seria de fundamental importância que a "crise brasileira" não se prolongasse muito, para não afetar as decisões de 1999 e de 2000 e para afastar o temor de que os investimentos realizados após a instituição do Plano Real se constituam em um mero *miniboom* de investimentos. No entanto, com a crise que a economia brasileira enfrentou em 1999/2001 e continua enfrentando em 2002, as intenções de investimento certamente foram afetadas negativamente, com desistência por parte de muitas empresas.

Pudemos observar, portanto, que a tendência dos investimentos no setor industrial como um todo após o início da crise da economia brasileira e, principalmente com o agravamento da mesma em 1999, foi de concentrar-se nas regiões mais desenvolvidas do país – Centro-Sul – ao invés de localiza-se nos estados com menor tradição industrial.

Analisando as taxas de crescimento da indústria regional, podemos observar que os estados das regiões Sul e Sudeste também são aqueles que apresentam os melhores desempenhos, notadamente em 2001, quando a economia brasileira encontrava-se em recessão econômica. As exceções são os estados de MG, ES e RS.

Tabela 21
Desempenho Industrial Regional
Taxas Reais de Crescimento (Base: Igual Período do Ano Anterior = 100)

Estados	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Ceará	10,3	7,9	-0,5	2,5	1,9	4,0	8,8	-7,3
Pernambuco	4,6	6,0	-10,1	2,1	-7,9	0,1	-3,5	0,9
Bahia	3,5	-0,9	4,1	1,3	5,9	0,3	-3,1	0,4
Minas Gerais	8,4	3,0	4,9	4,4	-4,1	1,1	6,9	-0,3
Espírito Santo	9,0	-1,2	4,1	2,2	1,8	9,2	6,7	-0,3
Rio de Janeiro	4,3	0,3	4,2	1,8	7,2	6,1	6,7	1,6
São Paulo	8,7	1,7	-1,3	4,8	-2,5	-4,3	6,5	2,5
Paraná	9,0	-5,6	3,7	5,7	3,4	-1,5	-1,0	3,2
Santa Catarina	5,4	5,7	2,7	6,3	-2,3	1,9	4,2	3,7
Rio Grande do Sul	7,6	-7,2	0,0	8,9	-3,8	2,2	8,8	-1,1
Brasil	7,7	1,9	1,0	4,2	-2,0	-0,7	6,5	1,5

Fonte: IBGE/Departamento de Indústria

Em 1999, a tendência de aumento dos investimentos para os estados menos desenvolvidos reduz-se em comparação a 1998 (-9,1% comparados aos 10,7%), sinalizando a perda de confiança das empresas no cenário de crescimento sustentável que havia sido proposto anteriormente e levando à melhora das intenções de investimento para os estados mais desenvolvidos (SP, RJ, MG, PR e RS) no mesmo período (-18,8% comparados aos -22,7%).

No término do ano de 1997 a Secretaria de Política Industrial (SPI) do Ministério da Indústria Ciência e Tecnologia (MICT) traz a público a versão mais recente do "Levantamento de Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento Industrial no Brasil 1997-2000". Os dados desse levantamento referem-se a projetos com investimento fixo igual ou superior a US\$ 5 milhões.

As principais dificuldades encontradas na tabulação dos dados foram a caracterização segura do investimento como fixo, a classificação do estágio do investimento e do período de implantação do investimento. É importante ressaltar que a heterogeneidade das fontes de informação implica diferentes metodologias de coleta e formas de apresentação dos dados, dificultando as comparações e totalizações.

Foi possível identificar 942 projetos com investimentos fixos previstos superiores a US\$ 5 milhões de dólares por projeto. Observa-se uma grande concentração das intenções de investimento em 5 dos 24 segmentos da indústria de transformação considerados, que por ordem de importância decrescente são os seguintes: produtos químicos (23,8%); produtos alimentícios e bebidas (12,2%);

metalurgia básica (11,9%); fabricação e montagem de veículos (11,6 %); e celulose e papel (11,3%).

No que se refere à distribuição regional dos novos projetos de investimento em celulose de mercado, não indicaram mudanças relevantes na configuração regional da produção. Na Região Sul, merece destaque o investimento em ampliação da capacidade produtiva da Riocell na Região Metropolitana de Porto Alegre. (Quadro II)

Quadro II
Celulose de Mercado: Distribuição Regional dos Projetos Previstos em Expansão de Capacidade Produtiva (1996/2000)

Projetos	Região
Aracruz	Aracruz (ES)
VCP	Jacareí (SP)
Bahia-Sul	Mucuri (BA)
Riocell	Guaíba (RS)
Cenibra	Belo Oriente (MG)
Veracel	Mucuri (BA)

Fonte: Associação Brasileira de Celulose e Papel - BRACELPA.

Os segmentos mencionados participavam em 1996 com 51,2% do valor agregado bruto da indústria de transformação, frente a 70,8% nos investimentos previstos, diferença que parece ir além da que se justificaria simplesmente pela maior intensidade relativa no uso de capital. Destacam-se neste aspecto, produtos químicos e celulose e papel, cuja participação percentual nos investimentos previstos representa mais do dobro da participação no valor agregado da indústria.

À exceção das indústrias têxtil e de produtos de matérias plásticas que, também, apresentam planos de investimento que superaram sua participação no valor agregado bruto da indústria, os 17 segmentos industriais restantes mostram volumes de investimento aquém dos necessários para manter sua participação no valor agregado da indústria de transformação.

É importante destacar que cerca de 43% dos investimentos totais previstos situam-se na categoria de "decisão de investimento", considerada a mais avançada em termos de materialização dos projetos.

Quando foi elaborado o levantamento de intenções de investimento do MICT, em 1997, acreditava-se que a economia brasileira estava numa fase de estabilização e de retomada do crescimento econômico. Porém, a partir daí, houve alterações no quadro macroeconômico do país (fim da paridade do real com o dólar, início da desestabilização de preços, etc.), de forma que as intenções e

oportunidades de investimentos, as quais estão sujeitas a revisões, podem ter se alterado e o que foi efetivamente realizado no âmbito dos investimentos foi inferior ao anunciado no levantamento.

Cabe alertar para a ainda insuficiente cobertura regional das informações obtidas, decorrente da precariedade dos dados, não obstante o esforço de pesquisa realizado junto aos órgãos públicos regionais e estaduais e às entidades privadas empresariais. Recomenda-se, portanto, o uso cauteloso das informações no nível dos Estados, pois devem haver dados de investimento que não foram computados.

Realizaremos, primeiramente, uma análise interregional considerando os diferentes setores para que possamos identificar quais regiões apresentam o maior montante previsto de investimentos (em US\$ Milhão). Em seguida, realizaremos uma análise intraregional para que possamos identificar quais setores são mais relevantes dentro de cada região e tenhamos uma breve noção de especialização ou não das regiões em determinados setores.

Na comparação interregional, a região Sudeste aparece, indubitavelmente, como a principal região para os novos investimentos, já que apresenta os maiores montantes para todos os setores das Indústrias Extrativas e para 70% dos setores das Indústrias de Transformação. A região Sul apresenta os maiores montantes para a Fabricação de Produtos do Fumo. A região Nordeste apresenta os maiores montantes para Fabricação de Produtos Têxteis; Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios; Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados; Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel; Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool; e Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas.

Para a região Norte, os setores em que possui maior participação são Metalurgia Básica; Fabricação de Material Elétrico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações (Zona Franca de Manaus); e Extração de Minerais Não-Metálicos (região de Carajás/PA).

Na região Nordeste, os setores que apresentavam as maiores previsão de investimentos entre 1997/2000 eram Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel; Fabricação de Produtos Químicos (Pólo Petroquímico de Camaçari/BA)); e Fabricação de Produtos Têxteis (CE).

Na região Centro-Oeste, destacam-se os setores de Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas (agroindústria/GO); e Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel.

No Sudeste, os setores de maiores participações na atração de investimentos são: Fabricação de Produtos Químicos; Metalurgia Básica; Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias; e Extração de Petróleo e Serviços Correlatos (Bacia de Campos/RJ e Pólo Petroquímico de Paulínia/interior SP).

Finalmente, na região Sul os setores de destaque são Fabricação de Produtos Químicos; Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel; Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias; e Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas.

No setor de Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel, destaca-se a atuação de grandes empresas do ramo de papéis de embalagem e de imprensa no PR (Klabin, em Telêmaco Borba; Pisa em Jaguariaíva; e Inpacel, em Arapoti) e de papéis de embalagem em SC (Klabin, em Correia Pinto e Lages; Igaras, em Otacílio Costa e Itajaí; e Rigesa, em Três Barras e Blumenau) e de celulose de mercado no RS (Riocell, em Guaíba). Os encadeamentos intersetoriais dessas empresas com a economia da região em que estão instaladas são reduzidos. Em grande parte, estão restritos apenas à produção de madeira de reflorestamento.

No setor de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias, ocorreram mudanças em função da instalação de novas montadoras automobilísticas no RS (GM, em Gravataí) e no PR (Renault e VW-Audi, em São José dos Pinhais e Chrysler⁴, em Campo Largo) e pela expansão da capacidade de produção de unidades já existentes (Volvo, em Curitiba).

Faremos, então, uma análise das previsões de investimentos nas diferentes regiões segundo os diferentes setores para o período posterior a 2000, com base em tabelas por nós elaboradas para que possamos ter uma idéia das tendências de

⁴ Em setembro de 2001, a Chrysler anunciou o fechamento de suas atividades no PR. A decisão de encerrar a produção desta fábrica fez parte do programa de reestruturação do grupo Daimler-Chrysler, em reação à redução das vendas do modelo produzido nessa fábrica. A quantidade produzida durante o período de funcionamento desta empresa foi de aproximadamente 4 mil unidades, sendo que a capacidade produtiva instalada era de 12 mil unidades por ano. Com o seu fechamento, 250 funcionários da Chrysler foram demitidos, sendo que as demissões estenderam-se aos fornecedores de partes e componentes (Dana, Detroit Diesel e Lear) que se instalaram no PR exclusivamente para atender esta empresa.

localização dos investimentos após a crise da economia brasileira de 1999, já que as previsões até então analisadas foram realizadas em 1997 (SPI/MICT), quando a economia entrava no período recessivo e 1999 (Rodrigues, 2000), quando a economia ainda estava relativamente estabilizada.

Cabe ressaltar que nossas tabelas foram organizadas segundo fontes de informação diferentes daquelas utilizadas pela Secretaria de Política Industrial e por Rodrigues (2000). Portanto, a comparação entre as previsões de investimento realizadas anteriormente nos itens 1 e 2 e as que serão mostradas a seguir devem ser feitas com cautela.

3.1 - Distribuição Regional das Oportunidades de Investimento Industrial no Brasil em 2001

A idéia de construir as tabelas surgiu da possibilidade de organizar os dados publicados diariamente nos meios de comunicação impressos, acerca dos investimentos industriais em vias de implementação ou já concretizados em toda a extensão territorial brasileira. Não consideramos, portanto, as intenções de investimento como faz o levantamento que analisamos anteriormente da SPI e de Rodrigues (2000). Dessa forma, as informações que procuramos disponibilizar em nossas tabelas referem-se aos investimentos que foram ou serão de fato implementados no país no ano de 2001.

As tabelas foram construídas a partir de dados obtidos no Jornal Gazeta Mercantil durante o período de novembro/2000 a fevereiro/2002, tratando-se de uma análise muito mais detida aos dados qualitativos do que quantitativos, já que o interesse de tal pesquisa é tentar mostrar a localização dos investimentos industriais com destaque para os setores e regiões e daí lançar algumas conclusões a respeito da atual concentração dos investimentos, bem como, dos encadeamentos que tais investimentos geram com outros setores industriais. Não buscou-se, portanto, uma interpretação com preocupação em mostrar especificamente os montantes dos investimentos, já que as tabelas foram construídas tomando como base apenas uma fonte, passível de omissões de certos casos de investimentos. Apesar desse ressalva, não se pode descartar a validade que tais informações reúnem para uma análise da distribuição dos investimentos industriais em determinadas regiões ou estados brasileiros no período considerado.

As 5 macrorregiões analisadas foram Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Abriu-se uma exceção para o Estado de São Paulo que foi analisado separadamente da região Sudeste devido ao grande destaque em volume de investimentos que apresenta comparativamente aos demais Estados do Brasil e porque o processo de concentração/desconcentração é analisado, notadamente, comparando-se este estado com os demais.

As tabelas foram organizadas de forma a disponibilizar informações a respeito do setor de investimento, da empresa que realiza o investimento, da localização da empresa (cidade e estado), do montante investido, do período do referido investimento e, finalmente, das características principais do mesmo, como motivos para construção da planta em determinada região – ou mesmo transferência de uma região para outra –, principal produto da empresa, mercado que atende (nacional ou internacional), capacidade produtiva, etc.

Cada tabela referente a cada macrorregião foi dividida em três grupos industriais: Grupo I – Indústrias predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis; Grupo II – Indústrias predominantemente Produtoras de Bens Intermediários; e Grupo III – Indústrias predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis, de acordo com a divisão dos setores industriais realizada por Wilson Cano (1998).⁵

Dessa forma, nossa análise considerará esses três grupos e suas diferentes características que influenciam distintamente a articulação intersetorial e intrasetorial, bem como possuem reação diversa em relação às variações no nível de atividade econômica.

Como dito anteriormente, a interpretação das tabelas tem como preocupação principal a análise da localização dos investimentos e dos setores. Isto é, analisou-se quais são os setores que predominam em quais regiões, pois um dos intuitos de tal pesquisa é mostrar que determinadas regiões destacam-se por atrair novos investimentos, mas não geram encadeamento produtivo com demais indústrias, já que tratam-se de investimentos em determinados setores que não trazem consigo o desenvolvimento produtivo da região.

⁵ Ver Apêndice Estatístico/ Notas Metodológicas, página 376.

Isto pode ser justificado pelo fato de serem setores que utilizam-se de matérias-primas pouco ou nada sofisticadas, que podem ser adquiridas localmente ou simplesmente importadas de outras regiões, por serem setores de pouca ou nenhuma sofisticação tecnológica e que não necessitam, portanto, de outras indústrias ao seu redor para o suprimento de matérias-primas ou de serviços especializados e por serem intensivos em mão-de-obra não qualificada, fator abundante em determinadas regiões do País, notadamente no Nordeste.

O montante do investimento, apesar de ter sido fornecido para cada empresa, não foi alvo de nossa análise. Exceção feita para os casos em que o montante era bastante grande e que chamava a atenção, pelo setor ou pela região em que a empresa se encontrava.

3.1.1 - Os Principais Resultados Regionais/Setoriais do Levantamento

A – Região Centro-Oeste

A.1 – Grupo I⁶

Os estados que se destacaram na atração de investimentos nesse grupo foram Mato Grosso e Goiás. O estado do Mato Grosso do Sul contabilizou apenas um investimento da empresa Mabel, de Produtos Alimentícios e o Distrito Federal não contabilizou investimento. Como havíamos observado na análise realizada anteriormente, a região Centro-Oeste tem grande destaque em investimentos de Produtos Alimentícios e Bebidas.

Mato Grosso

O estado mato-grossense atraiu investimentos nos setores de Frigoríficos, Produtos Alimentícios (maior número de empresas) e Produtos Têxteis.

Destacam-se os investimentos em Produtos Alimentícios em unidades de beneficiamento de arroz, devido ao crescimento da produção de arroz no estado, bem como de vantagens tributárias, incentivos governamentais e melhoramentos logísticos.

Para aproveitar incentivos fiscais e interessadas na produção de arroz do Mato Grosso, a segunda maior do País, empresas do Sul começaram a instalar unidades

⁶ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 15 do Anexo Estatístico.

de beneficiamento na região. É o caso das catarinenses Urbano Agroindustrial e Sularroz, que optaram pela cidade de Sinop. A primeira iniciou suas operações em outubro de 2001 e a segunda em fevereiro de 2002. Outra que anunciou investimento no estado é a gaúcha SantaLúcia Alimentos, que tem projeto de R\$ 20 milhões para Cuiabá, com previsão de iniciar as obras no final de 2001.

A Sularroz, sediada em Massaranduba (SC), construiu uma fábrica em Sinop, com capacidade para produzir 110 mil fardos em três anos. A escolha pela cidade tomou por base os mesmos aspectos que levaram a Urbano e a Santa Lúcia ao Mato Grosso: crescimento da produção de arroz no Centro-Oeste e incentivos do governo, entre eles destaca-se o Programa de Desenvolvimento Industrial (Prodei) do governo estadual, que posterga o pagamento do ICMS, e da prefeitura, que se responsabilizou pelo acesso rodoviário e infra-estrutura. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a produção de arroz no Mato Grosso apresenta tendência de alta, apesar da queda na safra de 2001. (Gazeta Mercantil, 03/setembro/2001).

O investimento em Produtos Têxteis deu-se no parque de beneficiamento de algodão, incentivado pela expansão da cultura no estado.

Goiás

Destacam-se os investimentos de empresas do setor de Bebidas e Líquidos Alcoólicos, principalmente cerveja, que contaram com incentivos fiscais e outros benefícios aprovados pela Comissão Executiva do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir).

No setor de Produtos Alimentícios, há o exemplo da empresa Mabel que transferiu seu centro administrativo de Ribeirão Preto (SP) para Aparecida de Goiânia (GO), além da expansão desta planta.

A.2 - Grupo II⁷

Neste grupo quase 85% dos investimentos ocorreram em Goiás e o restante em Mato Grosso. Não houve participação do estado do Mato Grosso do Sul, nem do Distrito Federal na atração de novos investimentos.

⁷ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 16 do Anexo Estatístico.

Goiás

A cidade de Catalão destacou-se pela atração de investimentos de empresas do setor de fertilizantes, devido à grande intensidade da atividade agrícola na região.

O estado destaca-se também no setor de Metalurgia, especificamente de níquel, devido à abundância da matéria-prima na região. Apenas uma empresa, a Anglo American, está investindo US\$ 750 milhões no município de Barro Alto em 2002 para expandir a produção para 40 mil toneladas/ano de níquel.

A.3 – Grupo III⁸

Publicou-se, de acordo com a fonte por nós utilizada, apenas um investimento neste grupo para a região Centro-Oeste: trata-se da empresa Indústria de Máquinas Fankhauser Ltda., do setor de Máquinas Agrícolas, que instalou-se em Rondonópolis (MT), aproveitando-se dos últimos benefícios fiscais concedidos pela Sudam, antes dela ser extinta em 04/maio/2001. A produção é voltada para exportação de plantadeiras, pulverizadores e carretos graneleiros e, provavelmente, também deve atender à região ao redor da cidade que destaca-se na agricultura.

B - Região Nordeste

B.1 – Grupo I

Neste grupo, os estados da Bahia e Pernambuco foram, respectivamente, os que mais atraíram investimentos, o que havia sido constatado para o período 1997/2000 analisado anteriormente. Também houve atração de investimentos por parte dos estados do Ceará, Alagoas, Maranhão e Piauí, mas em menor quantidade que os estados mencionados a princípio.

Não publicou-se investimentos no estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.

Os setores que receberam mais investimentos foram os de Bebidas e Líquidos Alcoólicos, Calçados, Produtos Alimentícios e Produtos Têxteis.

Bahia

No estado baiano foram contabilizados investimentos no setor de Bebidas e Líquidos Alcoólicos, no setor de Calçados e no setor de Produtos Alimentícios. Um

⁸ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 18 do Anexo Estatístico.

dos investimentos do setor de Produtos Alimentícios, no município de Luiz Eduardo Magalhães pelo Grupo Mauricéia, contou com benefícios concedidos pela prefeitura.

Pernambuco

Neste estado, todos os investimentos publicados pelo Jornal Gazeta Mercantil deram-se no setor de Bebidas e Líquidos Alcoólicos no município de Lagoa Grande, na produção de vinhos, uma atividade que era tradicionalmente localizada nos municípios do estado do Rio Grande do Sul.

O município de Lagoa Grande, a 666 km do Recife, é considerado o indutor do processo de consolidação da vitivinicultura regional e concentra as indústrias do setor. O clima quente e seco, que garante até 2,5 safras anuais contra apenas uma no Sul do país, a possibilidade de colher em apenas dois anos após o plantio e a irrigação já atraíram projetos cujos investimentos superam R\$ 45 milhões. Espera-se que em dois anos as viníferas se espalhem por 1,5 mil hectares, produzindo 30 milhões de litros de vinhos finos, quase a metade da atual produção nacional, gerando diretamente cerca de R\$ 15 milhões.

O governo também está implantando o Centro Tecnológico da Uva e do Vinho, em parceria com o centro produtor de Bento Gonçalves (RS), com objetivo de trazer *know-how*, novas técnicas de produção, qualidade e, assim, garantir o espaço do produto local. Atualmente, três estrangeiras, Ducos (França), Prospecta Fruit (Itália) e Dom Teodósio (Portugal); e as nacionais, Georges Aubert, Miolo, Lovara e Bella Fruta, sem contar as próprias vinícolas locais, plantam suas marcas no vale do São Francisco. (Relatório Gazeta Mercantil Pernambuco, Dezembro de 2001).

Cabe, posteriormente, após a análise da região Sul, concluir algo a respeito de uma possível desconcentração das empresas vinícolas do estado do Rio Grande do Sul para o estado pernambucano.

Alagoas

O estado atraiu investimentos no setor de Produtos Alimentícios, notadamente utilizando-se de peixe como matéria-prima, como a produção de peixe em conserva e farinha de peixe. Tais investimentos estão, provavelmente, atrelados ao aumento da criação de peixe no estado alagoano.

Para atrair pescueiros, o governo de Alagoas transformará a Estação de Piscicultura da Codevasf no Centro de Referência Tecnológica em Aqüicultura, base para o pólo de aqüicultura que abrangerá 49 municípios alagoanos e 27 sergipanos. Essa área, conhecida como baixo São Francisco, tem potencial para produzir até 300 mil toneladas de pescado por ano – quase metade do que é produzido atualmente em todo o país (700 mil t.) – e gerar receita de US\$ 300 milhões. No entanto, a produção de peixes na região é ainda ínfima, em comparação com essa capacidade – somam-se apenas mil hectares de viveiros, produzindo cinco toneladas por hectare a cada ano. Em cinco anos, a expectativa é de que o pólo atingirá 80 mil toneladas anuais de pescado, principalmente de tilápia. (Gazeta Mercantil Latino-Americana, 19 a 27/fevereiro/2001).

Ceará

Realizaram-se investimentos nos setores de Calçados e Produtos Têxteis, mas sem nenhuma característica que mereça maior destaque.

Maranhão

Houve investimentos no setor de Bebidas e Líquidos Alcoólicos (produção de cerveja, refrigerantes e água mineral) e no setor de Produtos Têxteis. Neste último setor, destaca-se a instalação de um parque beneficiador de algodão no município de Balsas, onde o custo de produção de algodão chega a ser 30% inferior ao custo das lavouras localizadas no estado do Mato Grosso, importante produtor. Esse fator tende a aumentar a quantidade de plantas de Produtos Têxteis no estado maranhense.

Piauí

Deu-se, a partir do primeiro semestre de 2002, o investimento da Bunge Alimentos de R\$ 420 milhões em nova planta para industrialização de óleo e farelo de soja para atender os mercados das regiões Norte e Nordeste do país. Devido à fraca industrialização do estado, trata-se do maior investimento privado da história do mesmo, cujo montante equivale a cerca de 9% do PIB do estado. Além da oferta abundante de terras, o Piauí destaca-se pela logística que beneficia tanto o acesso

em relação a áreas produtoras de soja, como em relação aos mercados consumidores.

Sergipe

Investimento no setor de Calçados pela Azaléia, que está expandindo sua planta na região e investindo em tecnologia e desenvolvimento de novos produtos.

B.2 – Grupo II⁹

Neste grupo, o estado da Bahia apresenta, indiscutivelmente, a maior quantidade de investimentos. Os outros estados também atraíram novos investimentos, mas em muito menor quantidade comparativamente à Bahia. Apenas os estados de Alagoas e Maranhão não contabilizaram investimentos.

Bahia

A maior parte dos investimentos neste grupo no estado estão localizados em Camaçari. Entre eles estão os seguintes setores:

- Acrílicos;
- Materiais de Construção: a nova planta foi atraída pelas facilidades do Programa Bahiaplast;
- Material Plástico: atenderá ao mercado de drenagem de águas pluviais, importante no estado. A combinação de incentivos governamentais e fornecimento *just in time* de matérias-primas, assegurada pelas indústrias petroquímicas de Camaçari, está dando forma ao parque de transformação plástica da Bahia. Em três anos, o estado já conseguiu atrair 20 unidades transformadoras e viabilizar 10 projetos de ampliação, graças ao seu programa Bahiaplast, ativado em 1999. Os projetos aprovados – já executados ou em curso – somam investimentos da ordem de US\$ 157,5 milhões, com uma renúncia fiscal do estado correspondente a US\$ 258 milhões. As novas unidades estão voltadas, em grande parte, à produção de filmes, sacos, sacarias e outras embalagens plásticas. Há, também, fabricantes de tubos, peças e conexões em PVC, brinquedos, utilidades domésticas, aditivos

⁹ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 19 do Anexo Estatístico.

plásticos e embalagens PET. A Copene também está colaborando, de forma que as empresas integrantes do segmento de transformação plástica terão prioridade no suprimento da energia elétrica que produz em sua planta de cogeração. (Gazeta Mercantil, 06/agosto/2001)

- Metalurgia: produção de painéis de alumínio destinados à construção civil;

- Produtos Químicos: investimento de US\$ 204 milhões pela Copene em uma linha adicional de eteno, na criação de infra-estrutura para importação de nafta e outros produtos, na ampliação da produção de gasolina de 30 para 50 milhões de litros/mês e no início da produção de GLP. A Monsanto investiu US\$ 550 milhões para a fabricação das matérias-primas básicas do herbicida Roundup.

Considerando as outras localidades, também houve investimento:

- no setor de Cerâmica, pois o mercado do Nordeste vem crescendo a taxas superiores às do mercado nacional, em 2000 e 2001, e possui grande oferta de matéria-prima, além de oferecer terreno grátis, isenção de impostos, mão-de-obra abundante e gás natural barato. Esses são os principais chamarizes utilizados por estados nordestinos para atrair à região a indústria cerâmica catarinense e os estados que demonstram maior agressividade na oferta de vantagens são a Bahia, a Paraíba e o Rio Grande do Norte; (Gazeta Mercantil, 13/agosto/2001)

- no setor de Cimento, pois a região apresenta a segunda colocação no consumo de cimento (19%), apesar de bem inferior ao consumo da região Sudeste (53,5%);

- no setor de Produtos de Plástico, com incentivos do governo baiano, pela mão-de-obra abundante e pela proximidade da cidade de Salvador do pólo petroquímico de Camaçari, que fornece a matéria-prima;

- no setor de Siderurgia, na cidade de Vitória pela Belgo-Mineira.

Sergipe

Neste estado, no setor de Materiais de Construção, a empresa Corona, abriu uma nova planta na cidade de Aracaju para onde serão transferidas todas as linhas de produtos populares que antes eram produzidos na planta de Guarulhos (SP).

No setor de Produtos Minerais Não-Metálicos, a Companhia Vale do Rio Doce, está investindo US\$ 67 milhões entre 2001 e 2006 para aumentar a capacidade da mina de Rosário do Catete de 600 mil toneladas para 850 mil toneladas anuais, motivada pelas perspectivas de crescimento da demanda nacional de fertilizantes.

Ceará

Investimento no setor de Embalagens, com aumento da produção de latas de aço a partir de setembro de 2001.

Paraíba

Investimento no setor de Cimento, impulsionado pelo aumento no consumo do produto na região Nordeste.

Pernambuco e Piauí

Investimento no setor de Produtos de Borracha para ampliação da produção de borrachas sintéticas.

Rio Grande do Norte

Investimento no setor de Cerâmica pela Cecrisa no município de Mossoró. É a primeira empresa a instalar-se no que está sendo considerado um futuro pólo cerâmico do estado. A empresa interessou-se principalmente pelas vantagens oferecidas pelos poderes públicos estadual e municipal, que deverão investir R\$ 2,8 milhões em infra-estrutura incluindo obras viárias, hídricas e elétricas.

B.3 – Grupo III¹⁰

Os investimentos neste grupo não são muito expressivos no Nordeste, destacando-se o estado da Bahia e, com menor intensidade, os estados do Ceará e Pernambuco.

¹⁰ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 20 do Anexo Estatístico.

Bahia

O investimento mais importante deu-se no setor Automobilístico pela Ford, no montante de US\$ 1,2 bilhão, para implantação de nova planta industrial em Camaçari com o objetivo de alcançar 95% de nacionalização na produção de veículos automotores.

Embora a Ford tenha lançado recentemente um programa mundial de reestruturação produtiva que inclui fechamento de fábricas e demissões, a fábrica de Camaçari será a única da América Latina a não ser atingida por este processo. Diante da redução das vendas de veículos para o mercado brasileiro e Mercosul e conforme as estratégias de exportação da Ford e das empresas do setor que operam no País, esta fábrica irá operar como base de exportação. É uma das maiores fábricas da Ford e tem sido apontada como uma das unidades mais produtivas e competitivas do mundo.

No setor de Autopeças, houve investimento da Bosch na produção de baterias de velas para motocicletas.

Não houve, portanto, durante o período analisado, investimentos de empresas no setor de Autopeças - que possui encadeamento com o setor Automobilístico -, e que seriam possivelmente atraídas por este setor. Pode-se dizer que a instalação da Ford na Bahia não havia criado encadeamentos com outras indústrias, seja no setor de Autopeças, no Mecânico, ou no de Equipamentos, pelo menos até o momento analisado. Grande parte das peças e componentes virá da unidade da Ford no ABC paulista, em São Bernardo do Campo.

Ceará

Investimento no setor de Equipamentos (geração de energia eólica) pela Wobben Windpower, com transferência da produção da cidade de Sorocaba (SP) para Pécem (CE). Com a nova localização, a empresa ficará mais próxima de seus clientes e dos mercados das regiões Norte e Nordeste, que estão em expansão.

Pernambuco

No setor de Material Elétrico e de Telecomunicações, houve a transferência da linha de produção de cabos de energia elétrica da cidade de São João da Boa Vista

(SP) para Catende (PE), cuja unidade já produz fios e cabos de baixa tensão para energia elétrica e telefonia.

C - Região Norte

C.1 – Grupo I

Não foi encontrada nas informações aqui analisadas nenhum investimento neste grupo na região Norte, o que confirma a tendência observada para o período 1997/2000.

C.2 – Grupo II¹¹

Os estados que receberam investimentos no período aqui analisado foram Amazonas, Pará e Tocantins e o setor de destaque foi o de Metalurgia, como havíamos percebido pelo levantamento da SPI, o qual mostrava que 53,9% dos investimentos previstos para a região Norte no período 1997/2000 eram no setor de Metalurgia Básica.

Amazonas

No setor de Material Plástico houve investimento na produção de poliestireno que será destinada, prioritariamente, às indústrias eletroeletrônicas da Zona Franca.

No setor de Metalurgia, houve investimento de US\$ 130 milhões na produção de tântalo e, ao final de 2003, a empresa Mineração Taboca deverá se consolidar como maior fornecedora do produto, capaz de abastecer cerca de 25% do mercado externo.

No setor de Produtos Químicos, o investimento busca a produção de especialidades químicas para os setores farmacêutico e cosmético.

No setor de Produtos Minerais, formou-se uma *joint-venture* entre a Codelco e a Barrick Gold Corporation para explorar em conjunto áreas mineralizadoras de cobre e ouro.

Pará

¹¹ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 21 do Anexo Estatístico.

Destaca-se o investimento da Companhia Vale do Rio Doce de US\$ 600 milhões em Carajás na revisão de um antigo estudo de exploração de uma jazida de 100 milhões de toneladas de minério e a decisão de usar a rota de recuperação pirometalúrgica do níquel.

No setor de Metalurgia, a Barrick Gold Corporation, investe em pesquisa e estudos de pré-viabilidade na região do Xingu para a compra de áreas de exploração de ouro.

Tocantins

Investimento da Companhia Níquel Tocantins no setor de Metalurgia para aumentar a capacidade de produção do níquel de 16.500 toneladas par 21.500 toneladas anuais até 2004.

C.3. – Grupo III¹²

Todos os investimentos ocorreram no estado de Manaus, devido aos incentivos e da já presença de plantas instaladas na Zona Franca. Na análise das tabelas da SPI pudemos observar que 12% dos investimentos previstos para a região entre 1997/2000 eram para o setor de Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações, atrás apenas da Metalurgia Básica. Dessa forma, vemos que permanece concentrado no estado amazonense os investimentos das indústrias predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis.

Manaus

A maior parte dos investimentos deu-se no setor de Material Elétrico e de Comunicações e no setor de Material de Telecomunicações (produção de celulares).

Houve também investimentos no setor de Equipamentos, para a produção de sistemas de ar condicionado e no setor de Produtos Mecânicos, para a produção de novos modelos de ar condicionado.

Nota-se, portanto, que grande parte da produção industrial de Manaus está voltada para o setor de Bens de Consumo Duráveis.

¹² A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 22 do Anexo Estatístico.

D – Estado de São Paulo

Como não havia informações disponíveis separadamente para o estado paulista nas tabelas da SPI do MICT, utilizamos uma tabela¹³ disponível num site¹⁴ sobre os “Investimentos anunciados para o Estado de São Paulo” entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2000. A fonte da tabela é a Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Fundação SEADE, mas a pesquisa foi realizada a partir de anúncios publicados na Gazeta Mercantil, Folha de S. Paulo, o Estado de S. Paulo, DCI e outros.

Os investimentos anunciados foram classificados por setor de atividade conforme a Classificação Nacional de Atividade – CNAE, do IBGE. Os valores divulgados em reais foram convertidos em dólares pela cotação média mensal do mês em que foi publicado o anúncio. Todos os investimentos anunciados na imprensa foram checados junto às empresas para confirmação do valor anunciado, do local e do setor de atividade.

D.1 – Grupo I¹⁵

De acordo com nossa pesquisa, o setor de Bebidas não alcoólicas, como sucos, energéticos, refrigerantes e café recebeu investimentos de muitas empresas, principalmente nas cidades de Americana e Amparo.

O setor de Calçados contou com o investimento de apenas uma empresa no município de Itapira. O município de Franca, considerado como tradicional na atração de empresas desse setor, não recebeu novos investimentos, o que talvez comprove a tendência de descentralização desse setor para outros estados e regiões como RS, CE e PB, apontados no Capítulo II na análise da PIA de 1998. Pela tabela consultada para o ano de 2000, o setor de Couro e Calçados recebeu apenas 0,08% dos investimentos anunciados para o estado.

O setor de Produtos Alimentícios recebeu muitos investimentos no estado. Entre eles, destaca-se o caso da empresa Germinal Aditivos para Alimentos, que

¹³ Tabela 23 do Anexo Estatístico.

¹⁴ O endereço do site utilizado é www.investimentos.sp.gov.br (consulta em 17/07/2002).

¹⁵ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 24 do Anexo Estatístico.

transferiu em 2000 sua unidade fabril de Diadema, na grande São Paulo, para Cabreúva, interior do estado, para poder ampliar sua capacidade produtiva em , no mínimo, cinco vezes, o que não seria possível realizar em Diadema, dada a falta de espaço físico.

Um outro investimento nesse setor deu-se pela empresa Hikari em Campina do Monte Alegre, com concessão de alguns benefícios por parte da prefeitura. A empresa Casa do Pão de Queijo, escolheu o município de Itupeva, também no interior de São Paulo, para sediar sua nova planta graças à localização privilegiada, dada a proximidade com um futuro anel viário que dará maior agilidade à distribuição de seus produtos.

Como a pesquisa do site consultado utiliza a classificação da CNAE, Alimentos e Bebidas são considerados como um único setor. Mas, apesar dessa diferença de classificação das atividades em relação às nossas tabelas, podemos observar que o número de empreendimentos em 2000 no setor foram os maiores, comparativamente aos outros setores, apesar do valor em US\$ milhões ser pequeno. Dessa forma, podemos afirmar que tal setor foi bastante importante na atração de investimentos para o estado paulista nos anos de 2000 e 2001.

Sorocaba

A cidade de Sorocaba, no interior do estado paulista, destacou-se na atração de investimentos do setor de Produtos Alimentícios. Há dois exemplos que merecem ser destacados, pelos motivos que levaram à instalação de suas plantas na cidade.

Uma delas é a Grain Mills, produtora de cereais matinais, que transferiu três unidades (duas na cidade de São Paulo e outra em Campinas) para Sorocaba, a partir de janeiro de 2001, para que pudesse ampliar a capacidade produtiva e manter-se competitiva. Contou com incentivos fiscais concedidos pela prefeitura.

A outra empresa é a Cola Dairy Products, produtora de cremes vegetais à base de coco, cujos empresários escolheram a cidade de Sorocaba para implantar a unidade fabril após uma minuciosa pesquisa que levou em conta a infra-estrutura, a logística de exportação, a qualidade de vida e os incentivos concebíveis pela prefeitura. O levantamento analisou as cidades de Jundiaí, Indaiatuba e Hortolândia, em SP, e Curitiba, São José dos Pinhais e Ponta Grossa, no Paraná.

Dessa forma, a cidade de Sorocaba se mostra importante na atração de investimentos nesse setor, levando tanto à transferência de unidades fabris, como à instalação de novas plantas, graças às qualidades que apresenta como boa infraestrutura, logística, qualidade de vida, bem como aos incentivos que a prefeitura concede nos casos de empresas que pareçam interessantes para a cidade.

Voltando à análise dos outros setores deste grupo, no setor de Produtos Farmacêuticos destacam-se os investimentos realizados em unidades produtoras de medicamentos genéricos, a maior parte delas instaladas no interior do estado. A Medley e SEM, por exemplo, dominam juntas 67% do mercado brasileiro de genéricos e investem em novos produtos e na ampliação de seu parque industrial, localizado em Campinas e Hortolândia.

Localizada em Jaguariúna, interior paulista, a Byk Química e Farmacêutica investiu US\$ 56 milhões na planta onde produzirá mais de 60 medicamentos com mais de 200 apresentações diferentes. Com isso, o laboratório desativará suas linhas de produção na Argentina em 2002 e a demanda do Mercosul passará a ser atendida pela unidade brasileira.

A Bayer S/A de São Paulo modernizou seu complexo farmacêutico, o que levou à redução na importação de 21 para 2 medicamentos e, ainda, possibilitou o aumento das exportações.

A empresa Vacuette do Brasil iniciou a construção de um centro de distribuição e produção de materiais para pesquisa biotecnológica em 2001 (término previsto para 2005) na cidade de Americana. Os executivos da empresa afirmam que a opção pela região de Campinas deveu-se ao fato de estar estrategicamente centrada num rico pólo de desenvolvimento.

Analisando-se o setor de Produtos Têxteis, chama a atenção a transferência de unidades fabris da capital paulista ou da Região Metropolitana de São Paulo para o interior do estado. Há o exemplo da Seiren Produtos Automotivos Ltda. que transferiu sua planta de Diadema para Votorantim devido aos incentivos fiscais oferecidos pelo município. Outro exemplo é o da Noitex Indústria e Comércio de Malhas que transferiu duas plantas da capital paulista para o município de Guararema, formando uma única unidade fabril de tecido sintético e fibra natural, cuja área foi doada pela prefeitura do município.

Em Sorocaba, implantou-se a primeira unidade da empresa Sealy, produtora de colchões de mola, que atenderá às demandas do Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Venezuela e Colômbia.

Em Novo Horizonte, uma *joint-venture* entre as chinesas Maiya e Tonoshi, investiu numa planta de brinquedos de pelúcia e cobertores. Os empresários foram atraídos pela diminuição da carga tributária sobre seus produtos e pela doação de terreno pela prefeitura.

Para o setor Sucroalcooleiro, 80% dos investimentos realizaram-se no município de Sertãozinho, para a co-geração de energia a partir do bagaço da cana.

D.2 – Grupo II¹⁶

Neste grupo foram contabilizados investimentos no setores de Celulose, Fundação (alumínio) e Gases Industriais, sem , no entanto, apresentar alguma característica que merecesse um comentário mais elaborado. Na pesquisa elaborada pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Fundação SEADE para o ano de 2000, os setores de Eletricidade, Gás e Água Quente com 13,58% das participações e o de Papel e Celulose com 5,37% das participações, foram o segundo e quarto mais importantes nos investimentos anunciados, conforme também mostramos em nossas tabelas para o ano de 2001, embora a classificação do setor seja diferente.

A seguir, então, estão os setores que apresentaram características interessantes para serem analisadas.

No setor de Material de Construção, o investimento da Rivoli SpA em Salto, levou em consideração a localização do município e os benefícios concedidos pela prefeitura nos mecanismos burocráticos para a instalação efetiva da unidade. Tal setor, no entanto, tanto na pesquisa disponível no site já citado, como em nossa própria pesquisa, não é de grande destaque na atração de investimentos no estado.

O setor de Material Plástico recebeu investimentos de numerosas empresas, localizadas principalmente em Jundiaí. No município de Salto instalou-se a empresa Iber-Oleff, mais uma vez com benefícios concedidos pela prefeitura. A empresa Blemme do Brasil, fabricante de brinquedos, encerrou suas operações na Argentina

¹⁶ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 25 do Anexo Estatístico.

e transferiu sua planta para o município de Lorena. Na tabela por nós consultada para o ano de 2000, o setor Borracha e Plástico foi o terceiro no número de empreendimentos, embora tenha pequena porcentagem nas participações, devido ao pequeno valor em US\$ milhões.

No setor de Metalurgia, destaca-se o investimento da Companhia Brasileira de Latas no município de Lins, na região oeste de São Paulo, onde estão instalados os principais frigoríficos exportadores, o que permitirá a redução de 10% a 15% nos gastos com transporte da empresa. Em 2000, nos investimentos anunciados para o estado de São Paulo, o setor de Metalurgia Básica era um dos destacados na comparação com outros setores.

No setor de Papel, destaca-se o investimento da Papel Salto, empresa fabricante de papel moeda e papéis de segurança – única no País – que moderniza sua fábrica com o intuito de recuperar o mercado perdido após a implantação pelo governo Fernando Henrique Cardoso de dinheiro de plástico importado da Austrália.

No setor de Papel e Embalagens, a Scholle do Brasil, escolheu o município de Vinhedo, próximo a Campinas, para instalar uma planta de embalagens flexíveis para produtos alimentícios e não alimentícios. Contribuíram para a escolha fatores como benefícios concedidos pela prefeitura e, principalmente, logística.

No setor Petrolífero, os investimentos se concentram no município de Paulínia, por conta da existência da Refinaria de Paulínia – Replan. Os montantes investidos são bastante altos, num total de US\$ 1,070 milhão e ocorrerão no período de 2001 a 2011. Haverá ampliação da capacidade instalada da refinaria para 360 mil barris/dia a partir de 2002 e passará a refinar cerca de 76% de petróleo marfim ainda em 2001, extraído na grande maioria da Bacia de Campos (RJ). A refinaria prepara-se para concorrer no mercado livre que surgirá a partir de 2002.

No setor de Produtos de Cerâmica, o Pólo Cerâmico de Santa Gertrudes recebeu, em 2001, investimentos de R\$ 60 milhões com a instalação de seis novas plantas, o que fará com que a participação do pólo no mercado nacional aumente para 45%.

O setor de Produtos Químicos também recebeu numerosos investimentos, concentrados na região de Campinas, devido principalmente à oferta de matérias-primas do Pólo Petroquímico de Paulínia. A empresa Alcoa investiu em Sorocaba na montagem de uma linha de anodização de perfis e na construção de um armazém

centralizador de estoques para atender a região Sudeste. A empresa Sovereign Speciality Chemicals transferiu sua planta de produção de adesivos de Campinas para Vinhedo.

A empresa Degussa–Hüls, fabricante de catalisadores químicos está investindo US\$ 65 milhões em Americana, entre 2001 e 2004, num processo que transformará o complexo industrial instalado em Americana na base de operações para o Brasil e América do Sul. A razão principal dessa estratégia é aproveitar a sinergia entre as unidades e a proximidade dos clientes, que estão concentrados na região. Entre eles está a Monsanto, que utiliza o catalisador D-1000 como matéria-prima para a fabricação de seu herbicida Roundup.

A pesquisa para o ano 2000, já referida anteriormente, mostra a importância dos investimentos em Produtos Químicos com 6,98% das participações, a terceira maior entre os setores analisados.

No setor de Siderurgia, a Gerdau investiu US\$ 250 milhões em 2001 em uma nova usina em Araçariguama, dedicada à produção de vergalhões para atender à crescente demanda por aço impulsionada por grandes obras de infra-estrutura rodoviária, como as previstas para serem realizadas no estado de São Paulo, entre elas a do Rodoanel.

D.3 – Grupo III¹⁷

No setor Automobilístico houve grandes investimentos no interior do estado, como a instalação da Honda em Sumaré e da Toyota em Indaiatuba. Em ambas as plantas, os investimentos mais recentes concentraram-se na elevação do índice de nacionalização de seus veículos, o que foi possível graças à presença de indústrias capazes de dar suporte àquelas empresas, revelando o encadeamento produtivo intersetorial existente na região e que não havia sido observado na BA. Além disso, a elevação do índice de nacionalização dos automotores contribui para reduzir o montante importado pelo País.

Na Grande São Paulo, a Volkswagen investiu R\$ 2 bilhões na construção de uma nova planta dentro da já existente indústria de São Bernardo do Campo, na linha de montagem do Polo, carro mundial da marca lançado na Europa. Na

¹⁷ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 26 do Anexo Estatístico.

pesquisa consultada para o ano de 2000, o setor Automobilístico é o de maior destaque entre os investimentos anunciados para o estado paulista com a maior participação (18%) entre os setores, apresentando o maior valor (US\$ 4,264.59) e o segundo maior número de empreendimentos (66).

O setor de Autopeças é bastante desenvolvido na região, o que confirma a integração produtiva e o encadeamento existente entre as diferentes indústrias no estado, notadamente na região de Campinas. Tal setor recebeu numerosos investimentos, a maior parte deles visando atender à demanda de empresas automobilísticas como Peugeot, Renault, Volkswagen, Mercedes-Benz (caminhões médios), General Motors e Toyota.

A empresa Plastic Omnium investiu R\$ 22 milhões entre 2000 e 2001, em uma planta de pára-choques e frisos de portas em Taubaté. Está estrategicamente localizada na mesma cidade que abriga a Volkswagen e próxima, tanto de São José dos Campos, onde está a GM, quanto de Porto Real (RJ), onde está a Peugeot Citroën.

A empresa, também de autopeças, DBW, transferiu sua unidade de Amparo (SP) para Itapira (SP) para garantir um padrão de qualidade internacional, reduzir custos e tornar-se mais competitiva no mercado internacional. A empresa Edscha centralizou sua produção na nova unidade de Sorocaba e encerrou suas atividades na unidade de Curitiba (PR). O motivo principal é a maior disponibilidade de mão-de-obra qualificada e a proximidade da cidade com os principais fornecedores e clientes da empresa. Em Pindamonhangaba a TRBR Indústria e Comércio, do grupo Tokai Rika, foi favorecida pelos incentivos oferecidos pela prefeitura, como isenção de impostos.

No setor de Aviação destaca-se o grande investimento realizado pela Embraer em Gavião Peixoto - município próximo a Araraquara e São Carlos - de US\$ 1,7 bilhão, entre 2001 e 2005, na melhoria dos processos de produção e no desenvolvimento de novos produtos como aviões corporativos e militares. Foram importantes para a instalação da Embraer nesta região, a proximidade com a Unesp (Araraquara) e com a UFSCar (São Carlos), a infra-estrutura de fibra óptica local e, sobretudo, os benefícios fiscais concedidos pelo governo estadual para a permanência dessa empresa no estado de SP. A Indústria Aeronáutica Neiva, subsidiária da Embraer, também investiu em Botucatu na fabricação do avião de

treinamento avançado de pilotos ALX. Essa região, certamente, centraliza os investimentos desse setor no País.

No setor de Bens de Informática, a Hewlett-Packard instalou novas plantas de servidores em Campinas e Barueri, decisão tomada após a assinatura da Nova Lei de Informática pelo Presidente FHC em janeiro de 2001, vetando o artigo que restringia benefícios ao estado de São Paulo

No setor de Equipamentos Automobilísticos, a Seiren Produtos Automotivos Ltda., instalou-se no município de Votorantim, próximo a Sorocaba, contando com isenção do pagamento de IPTU, ISS e taxas de licença e execução por cinco anos.

Os setores de Material Elétrico e de Comunicações e de Material de Telecomunicações receberam muitos investimentos no estado paulista, notadamente na região de Campinas, que se destaca no desenvolvimento de produtos de alta tecnologia e por abrigar centros de excelência como o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações).

O complexo industrial da Flextronics em Sorocaba – projeto orçado em US\$ 150 milhões e com capacidade para abrigar 11 fábricas – foi o escolhido para abrigar a produção dos aparelhos, antes fabricados no complexo da Ericsson em São José dos Campos. A decisão provocou a demissão de 830 funcionários. Apenas 70 das 900 pessoas que atuavam na linha de produção de celulares da Ericsson foram remanejadas para a Flextronics. Com a ida da fábrica de aparelhos de telefonia celular para Sorocaba, as empresas que fornecem componentes para a Ericsson juntamente com as responsáveis pela fabricação de componentes para informática, também iniciaram um processo de transferência. A primeira delas foi a Solecron, que em setembro de 2001 anunciou a transferência da linha de produção de impressoras de sua unidade de São José para a fábrica da IBM em Hortolândia.

A estratégia das empresas de buscar proximidade com os principais clientes, a fim de reduzir tempo e custos, e diferenças significativas na base salarial são dois dos principais motivos que levam à transferência de empresas do setor de telecomunicações de São José dos Campos para cidades da região de Campinas. As políticas de incentivos às empresas oferecidas por municípios do Planalto Paulista também têm influência neste processo.

Segundo informações dos sindicatos da categoria do interior paulista, a diferença entre os salários pagos na cidade do Vale do Paraíba e os dos municípios

do Planalto Paulista pode chegar a 50%. Enquanto em São José dos Campos, o salário inicial de um empregado da linha de produção situa-se entre R\$ 600 e R\$ 700 mensais, o pago para pessoas que desempenham a mesma função em Campinas ou Hortolândia é de R\$ 355. O processo de transferência das empresas tem ocorrido em cascata e foi deflagrado no início de 2001, quando a Ericsson anunciou que a Flextronics passaria a gerenciar sua produção de celulares.¹⁸

A empresa Kester Solder, instalou-se no Condomínio Empresarial Atibaia atraída por benefícios como a desobrigação de realizar grandes investimentos em infra-estrutura e na planta e poder dedicar-se, com isso, basicamente à produção. A empresa Seicon Serviços de Engenharia e Instalações S/A transferirá, de 2002 a 2004, sua unidade da cidade de São Paulo para Sorocaba motivada pela posição geográfica da cidade, que está em um dos eixos de maior desenvolvimento na área de Telecomunicações do estado, além de contar com benefícios concedidos pela prefeitura.

Pela pesquisa consultada para o ano 2000, o setor de Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação apresenta um número razoável de empreendimentos (17), mas pequena participação (1%), devido ao baixo montante de investimento, o que parece um pouco distinto da análise que pudemos realizar anteriormente para o ano de 2001, com base em nossas tabelas.

O setor de Produtos Mecânicos foi importante na atração de investimentos em 2001, distribuindo-se entre as cidades de Campinas, Piracicaba, Sorocaba, Sertãozinho, Mogi Mirim e Marília, todas no interior do estado. O destaque entre as empresas é a Eaton do Brasil, que investe o montante de R\$ 100 milhões, entre 2001 e 2003, na construção de nova planta na cidade de Mogi Mirim para produção de componentes de transmissões de caminhões médios Mercedes-Benz.

Na cidade de Sorocaba, a JC Bamford Excavators Ltda., maior fabricante européia de retroescavadeiras, recebeu isenção de pagamento de IPTU por dez anos, além de redução de 50% das taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento.

No setor de Telecomunicações, destaca-se o investimento de R\$ 116 milhões da Ericsson em Indaiatuba, entre 2000 e 2001. Trata-se de um centro de pesquisa e

¹⁸ Fonte das informações acerca da transferência de empresas de Telecomunicações de São José dos Campos para a região de Campinas: Gazeta Mercantil, 11,12 e 13/fevereiro/2002.

desenvolvimento de software que conta com acordos com dez universidades e centros de pesquisa do País. A Nova Lei de Informática, já citada anteriormente no Capítulo I, contribuiu decisivamente para a realização do investimento nessa região.

Um setor que destacou-se nos investimentos anunciados para o ano 2000 organizados pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e pela Fundação SEADE, foi o de Outros Equipamentos de Transporte com 4,55% das participações, a quinta maior entre os setores. Devido à diferença na classificação dos setores entre tal pesquisa e a nossa, não foi possível associar esse setor àqueles por nós analisados, mas consideramos importante destacar essa informação.

E – Região Sudeste (exceto SP)

E.1 – Grupo I¹⁹

As Indústrias predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis receberam poucos investimentos na região Sudeste no período analisado. Os setores que contabilizaram mais investimentos foram Bebidas (refrigerantes), Produtos Alimentícios, Produtos Farmacêuticos e Sucroalcooleiro.

No setor de Bebidas, a Coca-Cola Brasil, transferiu sua produção de refrigerantes da planta do Rio de Janeiro para a planta de Belo Horizonte, como parte do projeto de reestruturação de distribuição da empresa no País.

No setor Sucroalcooleiro, o grupo alagoano Tércio Wanderley , decidiu investir na região Centro-sul do País, mais especificamente em Campo Florido (MG), pela maior produtividade da região – 58% maior que a do Nordeste – , pela existência de canaviais ideais para mecanização da cultura e pela falta de espaço para ampliar as operações no Nordeste. Além disso, as poucas áreas disponíveis atualmente estão localizadas em regiões de topografia acidentada, o que eleva o custo de produção e diminui a competitividade. (Gazeta Mercantil, 24,25 e 26/agosto/2001)

E.2 – Grupo II²⁰

¹⁹ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 27 do Anexo Estatístico.

²⁰ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 28 do Anexo Estatístico.

As Indústrias predominantemente Produtoras de Bens Intermediários foram as que mais se destacaram na atração de investimentos na região Sudeste, comparativamente aos grupos I e III. Os setores que receberam mais investimentos foram os de Siderurgia, Metalurgia e Produtos Químicos.

No setor de Metalurgia, destacam-se as produções de chumbo, ouro e zinco no estado de Minas Gerais, pela abundância de matérias-primas presentes no mesmo.

No setor de Produtos Químicos, a maior parte dos investimentos concentra-se no estado mineiro, mas destaca-se o investimento da Rio Polímeros em Duque de Caxias (RJ), para a construção do primeiro pólo gás-químico do País, com capacidade prevista para produzir 550 mil toneladas por ano de polietileno, a partir do gás natural produzido na Bacia de Campos – o que pode explicar a localização do pólo no estado fluminense.

No setor Siderúrgico, que recebeu mais investimentos entre todos os setores do grupo II, a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN - responde pela maior parte desses investimentos, localizados em Volta Redonda e Porto Real, no estado do Rio de Janeiro. Houve, ainda, investimentos em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Outros setores que também receberam investimentos nesse grupo de indústrias foram Couros, Fibras Sintéticas, Papel e Celulose, Petrolífero e Produtos de Borracha.

No setor de Papel e Celulose, é expressiva a atuação da Aracruz no ES, especializada no segmento de celulose de mercado para exportação. Após o plano de estabilização inflacionária, não foram realizados investimentos em expansão das atividades dessa empresa. De um modo geral, neste período houve uma diminuição das exportações de celulose para atender a expansão do consumo interno de papéis de todos os tipos. Os anúncios de investimento em expansão da capacidade de produção ocorreram a partir de 1998, em função da recuperação do mercado externo após vários anos de queda dos preços internacionais.

E.3 – Grupo III²¹

²¹ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 29 do Anexo Estatístico.

As Indústrias predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis na região Sudeste não receberam muitos investimentos no período analisado.

A exceção é o setor Automobilístico, que destacou-se por conta dos investimentos da Peugeot Citröen em Porto real (RJ), da Fiat em Betim (MG), da Volkswagen (chassis de minibus, microônibus e ônibus) em Resende (RJ) e da Iveco-Fiat (caminhões e veículos comerciais leves) em Sete Lagoas (MG). Mas, apesar do montante investido no setor Automobilístico, não foram observados investimentos consideráveis no setor de Autopeças, como ocorreu na análise realizada para o estado de São Paulo. As empresas automobilísticas do Sudeste (exceto SP) podem não ter gerado, ainda, um efeito de encadeamento intersetorial, atraindo outras empresas que lhe sejam necessárias no fornecimento de autopeças, por exemplo.

Em Minas Gerais destacam-se os investimentos em Eletrodomésticos e Material Elétrico.

F – Região Sul

F.1 – Grupo I²²

Neste grupo, destacarem-se os investimentos realizados no setor de Produtos Alimentícios, pois representaram 50% do total de empresas que realizaram investimentos no período analisado. No setor de Bebidas (leite), o Grupo Vigor, investiu em uma planta em Santo Inácio (PR), motivado pela boa oferta de matéria-prima, pela proximidade com o mercado de São Paulo e pelos incentivos fiscais concedidos pelo governo paranaense.

Essa importância da região Sul no setor de Produtos Alimentícios e Bebidas já havia sido constatada na previsão dos investimentos no período 1997/2000 da SPI do MCIT, pela qual é a segunda em montante (US\$ milhão) atrás apenas da região Sudeste que, como já vimos anteriormente, confirmou-se como bastante importante no setor também em 2001.

Em relação ao setor de Bebidas e Líquidos Alcoólicos (vinho), havíamos constatado que os investimentos neste setor na região Nordeste foram bastante

²² A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 30 do Anexo Estatístico.

numerosos. No entanto, os investimentos para a região Sul no mesmo setor foram poucos numerosos. Assim, a região Sul que, até então, era tradicional nesse setor vem perdendo espaço para a região Nordeste (Pernambuco), caminhando ou já se concretizando para uma desconcentração nesse setor no país.

No setor de Frigoríficos, a empresa Agrosul está transferindo sua unidade de Caxias do Sul (RS) para São Sebastião do Caí (RS), pois com isso poderá aumentar em 60% a abate diário de aves, de 25 mil para 40 mil, nos primeiros anos e, depois, para 140 mil em cinco anos.

F.2 – Grupo II²³

Os investimentos nas Indústrias que compõem tal grupo foram bem distribuídos entre os diferentes setores na região Sul. No entanto, a distribuição entre os estados foi mais desigual, com predominância de investimentos no Rio Grande do Sul seguido por Santa Catarina e em pequena intensidade no Paraná.

Os setores investidos foram: Artigos e Artefatos de Madeira, Couros, Embalagens (alumínio), Gases Industriais, Material de Construção, Material Plástico, Metalurgia, Papel e Celulose, Produtos de Cerâmica (pisos e azulejos), Produtos de Vidro, Produtos Químicos (maior número de empresas) e Siderurgia. De acordo com o levantamento da SPI para 1997/2000, os maiores montantes na previsão dos investimentos para a região Sul neste grupo foram, por ordem decrescente: Produtos Químicos, Celulose, Papel e Produtos de Papel, Metalurgia Básica e Fabricação de Produtos de Madeira, aproximadamente os setores de maior destaque em investimentos em 2001, citados no início do parágrafo.

No setor de Artigos e Artefatos de Madeira, a empresa Boise Cascade do Brasil Ltda., instalou uma fábrica de beneficiamento de madeira em Guaíba (RS), no ano de 2001. A qualidade da madeira cultivada no estado foi um dos motivos para a instalação da empresa no Rio Grande do Sul. Na Região Sul, os pólos mais expressivos deste setor estão localizados na região norte-central do PR (Arapongas), no Vale do Rio Negro (SC) e na Região da Serra Gaúcha (RS). O pólo de SC se destaca por ser o maior exportador de móveis do País e o do RS por ser o maior produtor de móveis da Região Sul e o segundo maior do País.

²³ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 31 do Anexo Estatístico.

O pólo moveleiro do RS está concentrado nos municípios da Região da Serra Gaúcha (Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Antônio Prado, Garibaldi, São Marcos e Caxias do Sul). A especialidade está na produção de móveis retilíneos de madeira aglomerada. Esse pólo se destaca por ser o segundo maior produtor de móveis do País e, também, pela alta qualidade e design dos produtos. Assim como em SC, as atividades moveleiras são realizadas, na sua maioria, por empresas de pequeno porte apoiadas por uma rede local de fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos. Porém, a maior parte das máquinas e equipamentos é proveniente de outros Estados e do exterior.

No setor de Embalagens, a Latasa inaugurou em 2001 uma nova unidade de latas de alumínio em Gravataí (RS) voltadas ao segmento de bebidas, para atender à demanda dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No setor de Produtos de Vidro, a empresa Cebrace escolheu instalar-se na região Sul – Barra Velha (SC) – pelo fato de ser o segundo maior mercado brasileiro em consumo de vidro e também por ser o que mais cresce, impulsionado pela demanda da indústria moveleira, dos processadores de vidro, da construção civil e dos distribuidores.

F.3 – Grupo III²⁴

Neste grupo os investimentos concentraram-se nos setores Automobilístico, de Autopeças, de Equipamentos, de Material de Telecomunicações e de Produtos Mecânicos. O estado do Paraná foi o que mais atraiu investimentos, com 57% das empresas, seguido por Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Pela pesquisa da SPI para 1997/2000, os setores de maior destaque neste grupo foram, respectivamente: Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias; e Fabricação de Máquinas e Equipamentos. A discrepância maior entre essa pesquisa e aquela por nós realizada parece estar em Material de Telecomunicações que, para a SPI, não teve destaque.

Vale destacar que, ao contrário do que foi observado para a região Sudeste (excluindo-se SP), na região Sul o setor Automobilístico vem acompanhado de

²⁴ A análise aqui realizada deu-se com base na tabela 32 do Anexo Estatístico.

investimentos nos setores de Autopeças e de Produtos Mecânicos que abastecem suas indústrias.

A região Sul parece, portanto, ter conseguido criar um maior encadeamento entre as diferentes indústrias do que a região Sudeste (exclusive SP) conseguiu criar, ou, parece ter atraído empresas de Autopeças que abastecem, não apenas a Renault, instalada em São José dos Pinhais (PR), mas também empresas instaladas no Sudeste, como é o caso da PSA Peugeot Citroën de Porto Real (RJ).

Assim, o estado do Paraná, localizado próximo dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, parece ter oferecido melhores condições que o estado do Rio de Janeiro (onde estão localizadas empresas automobilísticas) para a instalação de indústrias que geram encadeamentos intersetoriais com o setor automobilístico.

Conclusão

Fazendo um balanço do período 1985/95 e, levando em consideração graves problemas estatísticos, pode-se dizer que se havia entre 1970 e 1985 uma “tendência” desconcentradora, e, a partir daí as tendências não são tão nítidas. Neste último período, variando-se anualmente os coeficientes de ponderação (atualizados pelas variações do crescimento de produção física), a participação paulista se reduz de 51,9% em 1985 para 50,2% em 1989 e para 48,9% em 1992, subindo, no entanto, para 49,8% no período 1992/95.

Esses números mostram a inflexão do processo de desconcentração regional produtiva e o início de uma possível “suave” reconcentração, notadamente após a intensificação da política de abertura comercial. Foi sobre essa possível reconcentração que tratamos nesse trabalho de iniciação científica.

Pelas tabelas que analisamos no Capítulo II utilizando o Valor da Transformação Industrial, comparando os anos de 1985 e 1998, pudemos notar algumas características de localização da produção industrial para as regiões brasileiras, segundo os diferentes setores.

No Pará, por exemplo, a produção de minérios, principalmente bauxita e alumínio primário aumentou bastante, porém não apresentou o caráter industrializante e alguma diversificação da produção como o que ocorreu a partir das fontes minerais presentes em Minas Gerais. Neste estado, a exploração mineral trouxe consigo o desenvolvimento de setores industriais como o siderúrgico e metalúrgico.

Na região Sudeste, houve aumento de participação na Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas, principalmente em MG e SP, por conta da presença de grande mercado consumidor na região com maior poder aquisitivo, já que as empresas desta região passaram pela diversificação do *mix* de produtos para atender este mercado.

Na região Sul, houve um considerável aumento na Fabricação de Produtos do Fumo.

No setor de fabricação de Produtos Têxteis, notamos a desconcentração dos tradicionais estados de SP e RJ, em direção aos estados de SC e CE.

No setor de Couros, Artigos de Viagem e Calçados, ocorreu desconcentração de SP, PE e SC em direção a RS, CE e PB.

Notamos que o estado cearense aumentou sua participação no VTI notadamente para os setores intensivos em mão-de-obra barata como o têxtil e o de calçados, revelando sua vocação para atrair empresas de setores pouco intensivos tecnologicamente e com pouco encadeamento intersetorial.

Para o grupo de Bens Intermediários, houve aumento de participação da região Norte, principalmente do estado do PA, na fabricação de Produtos de Madeira e Fabricação de Produtos Minerais Não-Metálicos. Na região Sul, houve aumento de participação em todos os setores, com exceção de Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel. A região Nordeste perdeu participação no VTI deste grupo, notadamente no setor de Produtos Químicos (BA), no qual o estado baiano tinha participação considerada importante frente aos demais estados brasileiros. A região Sudeste, por sua vez, apesar do aumento da participação de SP na fabricação de Produtos Químicos, teve sua participação diminuída no total.

A indústria de transformação de plásticos e de segmentos finais do complexo químico (química fina e de especialidades) não desconcentrou-se, apesar da desconcentração da indústria petroquímica após a implantação do Plano Real, principalmente para o Pólo de Triunfo (RS). A distância dos novos pólos em relação ao principal mercado consumidor de produtos petroquímicos fez com que os segmentos de maior complexidade da indústria química continuassem concentrados na região Sudeste, principalmente em SP. Recentemente, a maior parte dos novos investimentos do setor Petroquímico estão voltados para a região Sudeste.

Para o grupo de Bens de Capital e de Consumo Duráveis, houve aumento da participação da região Sul, principalmente nos setores de Fabricação de Máquinas e Equipamentos, com aumento dos estados do PR e SC e diminuição de SP e RJ; e Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (perda da região

Norte). No setor de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias, diminuíram as participações das regiões Sudeste (SP) e Nordeste e aumentaram as participações das regiões Norte e Sul (RS) no VTI.

Para o grupo de Bens de Consumo como um todo, houve reconcentração nas regiões Sudeste e Sul que, como dissemos anteriormente, são as regiões que apresentam a melhor renda per capita do país e, portanto, o melhor mercado consumidor para produtos que estão passando por processos de diferenciação de seu *mix*.

Para o grupo de Bens de Produção, notamos desconcentração nitidamente de caráter estatístico para as regiões Centro-Oeste e Norte, quando analisado sob a ótica do VTI. Uma das explicações para essa possível desconcentração é a de que o estado de SP sente mais fortemente os efeitos das crises da economia nacional que o resto do país, por ter relações mais intensas com os outros estados. Dessa forma, o estado paulista participaria menos no VTI nacional em 1998, relativamente a 1985, já que com a situação de estagnação econômica do país, notadamente na década de 90, SP foi mais afetado que os outros estados, que podem constituir-se em plataformas de exportação, por exemplo.

Pudemos observar a partir da análise das tabelas sobre VTI feita no Capítulo II que houve o deslocamento e realocação de plantas industriais, ou a implantação de novas fábricas em estados com pouca tradição industrial. Caiado (2002) atribui tal movimento a alguns fatores específicos, dentre eles: redução de custo de produção, diferenças salariais inter-regionais e benefícios concedidos pelos estados (Guerra Fiscal) em impostos, taxas, preços públicos, incentivos fiscais e benefícios. Afirma que os benefícios conseguidos pelas empresas superam o incremento dos gastos de transporte, já que este foi reduzido graças à diminuição relativa nos custos de transporte, pela *containerização*, redução de volume e peso dos produtos e maior disseminação dos meios de transportes.

Dessa forma, a reestruturação produtiva do Brasil de meados da década de 80 até o final da década de 90 foi marcada por ampliação da área de localização industrial com incorporação de novos espaços produtivos (região Centro-Oeste e determinados estados do Nordeste) e pela consolidação de outros (Sul do país,

MG, ES, PA e AM). Não pode ser caracterizada, portanto, pelo surgimento de novas regiões industriais e pelo declínio das regiões industriais tradicionais, já que o Estado de São Paulo continua sendo o núcleo dinâmico da indústria.

Há um movimento de concentração dos setores intensivos em mão-de-obra naquelas regiões periféricas em que os salários são mais baixos que as regiões centrais e que a qualidade é menor, como o setor Têxtil no CE e SC; Couro e Calçados no CE, PB e RS; Alimentos e Bebidas no AM, GO, MS e MT; Confeções em SC, PR, GO e MG.

A tendência de localização recente das empresas de gêneros industriais mais intensivos em mão-de-obra, como calçados e confeções, seria a região Nordeste para competir com concorrentes externos – notadamente após a abertura comercial – aproveitando-se da grande disponibilidade de mão-de-obra a baixos salários, bem como da possibilidade de flexibilização das relações de trabalho (subcontratação, por exemplo) naquela macrorregião.

Já para os setores industriais que são intensivos em tecnologia e que necessitam de mão-de-obra qualificada ou aqueles voltados para o mercado consumidor de maior renda, nota-se reconcentração em SP e em alguns estados vizinhos.

Podemos dizer, resumidamente, que houve ampliação do espaço produtivo industrial do país, mas com acentuação da seletividade, ou seja, as novas áreas incorporadas às já tradicionais estão focadas na produção de determinados produtos – geralmente destinados à exportação – quer por incentivos e benefícios concedidos pelos governos locais (Guerra Fiscal), quer por atratividades específicas, como mão-de-obra barata e abundância de matérias-primas, de tal forma que o núcleo industrial mais sofisticado tecnologicamente continua concentrado no Estado de São Paulo e estados vizinhos.

O caráter espacialmente seletivo dos investimentos industriais faz com que se privilegiem certos espaços específicos nas diversas regiões, tornando-as bastante heterogêneas, no sentido em que não se difundem pelo restante dos espaços regionais.

Fazendo uma análise da evolução do VTI entre 1985 e 1998 para o estado de SP, notamos para as Indústrias Extrativas e de Transformação, a desconcentração da RMSP e município de SP em direção à RMSP, exclusive a Capital, principalmente para o setor de extração de Carvão Mineral, no caso da primeira indústria.

Pudemos observar que a RMSP exclusive a Capital aumentou sua participação, tanto na Indústria Extrativa, quanto na Indústria de Transformação, o que mostra que as deseconomias de aglomeração não foram um fator negativo determinante para que houvesse uma possível desconcentração industrial no período analisado, assim como observamos para o município de São Paulo.

Na verdade, o desempenho da RMSP quando excluída a Capital é superior ao observado quando a mesma está incluída, o que nos leva a crer que os possíveis impactos sofridos pelo parque industrial da Capital de 1985 a 1998 foram maiores que aqueles sofridos pela RMSP exclusive a Capital.

Para o Interior do estado paulista, houve aumento de participação nas Indústrias Extrativas e de Transformação. Podemos afirmar que se deu o aumento da complexidade da estrutura industrial do interior, com redução de participação de setores tradicionais como Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios; e Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados e ampliação da participação dos setores mais intensivos em tecnologia.

O interior de SP conseguiu consolidar-se como a segunda região mais industrializada do País e, se continuar no mesmo ritmo de ampliação da concentração deverá, dentro de poucos anos, tornar-se a região de maior concentração industrial, à frente da RMSP.

Apesar dos grandes fluxos de investimentos para o interior, não significa que esteja ocorrendo a desindustrialização da metrópole paulista pois, com o parque industrial que possui, continua como a cidade brasileira de maior produção industrial. Além de sua importância industrial, devemos destacá-la também como o maior centro financeiro e terciário do país.

Na análise realizada com base nas tabelas por nós construídas, observamos para a região Centro-Oeste que os estados que se destacaram na atração de

investimentos no grupo de Bens de Consumo Não Duráveis (Grupo I) foram MT e GO. Como havíamos observado na análise realizada sobre o levantamento da SPI, a região Centro-Oeste tem grande destaque em investimentos de Produtos Alimentícios e Bebidas. No grupo de Bens Intermediários (Grupo II) quase 85% dos investimentos ocorreram em GO (fertilizantes e metalurgia) e o restante em MT. Para o grupo de Bens de Capital e de Consumo Duráveis (Grupo III), apenas o estado do MT contabilizou investimento no setor de Máquinas Agrícolas. Podemos dizer, portanto, que a região Centro-Oeste teve seus investimentos concentrados em setores pouco intensivos em tecnologia e concentrados nos estados de MT e GO.

Na região Nordeste para o Grupo I, os estados da BA e PE foram, respectivamente, os que mais atraíram investimentos. Também houve atração de investimentos por parte dos estados do CE, AL, MA e PI, mas em menor quantidade que os estados mencionados a princípio. No Grupo II, o estado da BA apresenta, indiscutivelmente, a maior quantidade de investimentos em diversos setores como Acrílicos, Materiais de Construção, Material Plástico, Metalurgia e Produtos Químicos. Os outros estados também atraíram novos investimentos, mas em muito menor quantidade comparativamente à BA. Apenas os estados de AL e MA não contabilizaram investimentos. Os investimentos no Grupo III não são muito expressivos no Nordeste, destacando-se o estado da BA (setores Automobilístico e Autopeças), e, com menor intensidade, os estados do Ceará e Pernambuco.

Na região Norte, os estados que receberam investimentos no período aqui analisado para o Grupo II foram AM, PA e TO e o setor de destaque foi o de Metalurgia, como havíamos percebido pelo levantamento da SPI, o qual mostrava que 53,9% dos investimentos previstos para a região Norte no período 1997/2000 eram no setor de Metalurgia Básica. No Grupo III, todos os investimentos ocorreram no estado de Manaus, devido aos incentivos e da já presença de plantas instaladas na Zona Franca. Na análise das tabelas da SPI pudemos observar que 12% dos investimentos previstos para a região entre 1997/2000 eram para o setor de Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações, atrás apenas da Metalurgia Básica. Dessa forma, vemos que

permanece concentrado no estado amazonense os poucos novos investimentos das indústrias predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis da região Norte.

No estado de SP para o Grupo I, houve investimentos principalmente nos setores de Bebidas Não Alcoólicas, Produtos Alimentícios, Produtos Farmacêuticos (genéricos) e Produtos Têxteis (desconcentração da RMSP em direção ao Interior). O setor de Calçados contou com o investimento de apenas uma empresa no município de Itapira. O município de Franca, considerado como tradicional na atração de empresas desse setor, não recebeu novos investimentos, o que talvez comprove a tendência de descentralização desse setor para outros estados e regiões como RS, CE e PB, apontados no Capítulo II na análise da PIA de 1998. Pela tabela consultada para o ano de 2000 (Tabela 23, Anexo), o setor de Couro e Calçados recebeu apenas 0,08% dos investimentos anunciados para o estado.

Para o Grupo II, os setores que mais atraíram investimentos foram Produtos Químicos, Material Plástico, Material de Construção, Metalurgia, Papel e Celulose, Petrolífero e Siderúrgico. Ou seja, há grande variedade de setores neste grupo para o estado de SP, o que mostra a importância industrial do estado frente aos demais no período analisado. Para o Grupo III, os setores que destacaram-se foram Automobilístico, Autopeças, Aviação, Bens de Informática, Equipamentos Automobilísticos, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Telecomunicações (desconcentração de São José dos Campos para a região de Campinas) e Produtos Mecânicos. Novamente, observamos a importância de SP na atração de investimentos em setores intensivos em tecnologia, mais relevantes do que em qualquer outro estado analisado, o que corrobora nossas afirmações de que o estado paulista continua como o mais importante e dinâmico do país na atração de novos investimentos, embora tenha passado por perda de posição na produção industrial como um todo durante as décadas de 80 e 90.

Para a região Sudeste (exceto SP), as Indústrias do Grupo I receberam poucos investimentos no período analisado. Os setores que contabilizaram mais investimentos foram Bebidas (refrigerantes), Produtos Alimentícios, Produtos

Farmacêuticos e Sucroalcooleiro. As indústrias do Grupo II foram as que mais se destacaram na atração de investimentos na região Sudeste, comparativamente aos Grupos I e III. Os setores que receberam mais investimentos foram os de Siderurgia, Metalurgia e Produtos Químicos. As indústrias do grupo III não receberam muitos investimentos no período analisado, a exceção é o setor Automobilístico, que destacou-se por conta dos investimentos da Peugeot Citröen em Porto real (RJ), da Fiat em Betim (MG), da Volkswagen (chassis de minibus, microônibus e ônibus) em Resende (RJ) e da Iveco-Fiat (caminhões e veículos comerciais leves) em Sete Lagoas (MG). Mas, apesar do montante investido no setor Automobilístico, não foram observados investimentos consideráveis no setor de Autopeças, como ocorreu na análise realizada para o estado de SP. As empresas automobilísticas do Sudeste (exceto SP) podem não ter gerado, ainda, um efeito de encadeamento intersetorial, atraindo outras empresas que lhe sejam necessárias no fornecimento de autopeças, por exemplo.

Para a região Sul, no Grupo I destacaram-se os investimentos realizados no setor de Produtos Alimentícios, pois representaram 50% do total de empresas que realizaram investimentos no período analisado. Em relação ao setor de Bebidas e Líquidos Alcoólicos (vinho), havíamos constatado que os investimentos neste setor na região Nordeste foram bastante numerosos. No entanto, os investimentos para a região Sul no mesmo setor foram poucos numerosos. Assim, a região Sul que, até então, era tradicional nesse setor vem perdendo espaço para a região Nordeste (PE), caminhando ou já se concretizando para uma desconcentração nesse setor no país. Os investimentos nas Indústrias que compõem o Grupo III foram bem distribuídos entre os diferentes setores na região Sul. No entanto, a distribuição entre os estados foi mais desigual, com predominância de investimentos no RS seguido por SC e em pequena intensidade no PR. Os setores investidos foram: Artigos e Artefatos de Madeira, Couros, Embalagens (alumínio), Gases Industriais, Material de Construção, Material Plástico, Metalurgia, Papel e Celulose, Produtos de Cerâmica (pisos e azulejos), Produtos de Vidro, Produtos Químicos (maior número de empresas) e Siderurgia.

No Grupo III, os investimentos concentraram-se nos setores Automobilístico, de Autopeças, de Equipamentos, de Material de Telecomunicações e de Produtos Mecânicos. O estado do PR foi o que mais atraiu investimentos, com 57% das empresas, seguido por SC e RS. Vale destacar que, ao contrário do que foi observado para a região Sudeste (excluindo-se SP), na região Sul o setor Automobilístico vem acompanhado de investimentos nos setores de Autopeças e de Produtos Mecânicos que abastecem suas indústrias. A região Sul parece, portanto, ter conseguido criar um maior encadeamento entre as diferentes indústrias do que a região Sudeste (exclusive SP) conseguiu criar, ou, parece ter atraído empresas de Autopeças que abastecem, não apenas a Renault, instalada em São José dos Pinhais (PR), mas também empresas instaladas no Sudeste, como é o caso da PSA Peugeot Citröen de Porto Real (RJ). Assim, o estado do PR, localizado próximo dos mercados de SP e RJ, parece ter oferecido melhores condições que o estado do RJ (onde estão localizadas empresas automobilísticas) para a instalação de indústrias que geram encadeamentos intersetoriais com o setor automobilístico.

Procuramos, portanto, mostrar nesta conclusão os principais resultados que havíamos encontrado ao longo de nossa pesquisa desenvolvida nos três capítulos anteriores. Acreditamos que tenhamos atendido à proposta de nosso projeto e tenhamos sido claros o bastante para o entendimento da distribuição dos novos investimentos industriais, bem como da evolução dos ganhos e perdas dos estados brasileiros na participação da produção industrial no atual contexto brasileiro de breves e débeis surtos de crescimento econômico.

Bibliografia

- ARAÚJO, Tânia B. (1999). Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 30(2): 144-161, abril-junho.
- AZEVEDO, Paulo F. & TONETO Jr, Rudnei (1999). Fatores Determinantes da Relocalização Industrial no Brasil na Década de 90. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVII, Belém, 1999. Anais... Belém: ANPEC, V.2
- AZZONI, Carlos Roberto (1986). Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Ensaio Econômico* – IPE/USP, São Paulo. n. 58
- BRASIL. MPO. *Programa "Brasil em Ação"*.
- BRASIL. MPO. *Plano Plurianual – PPA*.
- CAIADO, Aurílio Sérgio Costa (2002). *Integração e Solidariedade Versus Seletividade e Bloqueio: a Dinâmica Regional Brasileira nos Últimos 30 Anos*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP – IE. (mimeo)
- CANO, Wilson (1995). Auge e Inflexão da Desconcentração Econômica Regional no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXIII, Salvador, 1995. Anais... Salvador: ANPEC, V.2
- CANO, Wilson (1998). *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930/95*. Campinas, UNICAMP – IE.
- CNI-CEPAL. (1999). *Investimentos na Indústria Brasileira - 1995/1999 – Características e Determinantes*, Brasília.
- CNI (1998). *Políticas Estaduais de Apoio à Indústria – 1998*, Brasília.
- CNI (1998). *Economia Brasileira – Comparações Regionais*, Brasília.
- DINIZ, Clélio C. (1999a). A Nova Configuração Urbano-Industrial Brasileira. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVII, Belém, 1999. Anais... Belém: ANPEC, V.2
- DINIZ, Clélio C. (2001). A Nova Geografia Econômica do Brasil. In: REIS VELLOSO, João Paulo. *Brasil 500 Anos*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- DINIZ, Clélio C. (1993). *Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem Desconcentração, nem Contínua Polarização*. Nova Economia, 3(1). Belo Horizonte.

- GALVÃO, Olímpio. J. (1999). Globalização, Novos Paradigmas Tecnológicos e Processos de Reestruturação Produtiva no Brasil e no Nordeste. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVII, Belém, 1999. Anais... Belém: ANPEC, V.2
- GUIMARÃES NETO, Leonardo (1996a). *Dinâmica Regional Brasileira*, Brasília: IPEA(mimeo)
- GUIMARÃES NETO, Leonardo (1996b). Ciclos Econômicos e Desigualdades Regionais no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXIV, Campinas, 1996. Anais... Campinas: ANPEC, V.2
- IPEA/NESUR/IBGE. (1999). *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Campinas. (mimeo).
- NASSER, Bianca (2000). *Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento*. Revista do BNDES, (14). Rio de Janeiro
- PACHECO, Carlos A. (1998a). *Fragmentação da Nação*. Campinas, UNICAMP.IE.
- PACHECO, Carlos A. (1998b). *Novos Padrões de Localização Industrial?: Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial*. Campinas, IE-UNICAMP, mimeo.
- RODRIGUES, Denise A. (1997). *Cenários de Desenvolvimento Regional*. Revista do BNDES, (7). Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Denise A. (1998a). *Os Novos Investimentos no Brasil: Aspectos Setoriais e Regionais*. Revista do BNDES, (9). Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Denise A. (1998b). *O Papel dos Governos Estaduais na Indução do Investimento: A Experiência dos Estados do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais*. Revista do BNDES, (10). Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Denise A. (1999). *Os Novos Investimentos Regionais*. Revista do BNDES, (11). Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Denise A. (2000). *Os Investimentos no Brasil nos anos 90: Cenários Setorial e Regional*. Revista do BNDES, (13). Rio de Janeiro.
- SABÓIA, João (1999). Desconcentração Industrial no Brasil nos anos 90: um Enfoque Regional. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXVII, Belém, 1999. Anais... Belém: ANPEC, V.2

Anexo Estatístico

Capítulo II

Tabela 01
Estrutura e Participação Regional da Indústria de Transformação - Brasil
1985

Divisões da Indústria de Transformação, segundo Categorias de Uso	Estrutura da Indústria de Transformação						Participação na Indústria de Transformação do Brasil (Brasil=100)				
	Brasil	CO	NE	NO	SD	SU	CO	NE	NO	SD	SU
Indústrias de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,7	8,5	2,3	72,5	16,1
Bens de Consumo Não Duráveis	29,8	36,2	42,2	21,7	25,1	45,3	0,9	12,0	1,7	61,1	24,4
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	11,5	0,0	20,0	0,7	8,9	21,2	0,0	14,7	0,1	55,7	29,5
Fabricação de Produtos do Fumo	0,5	4,8	0,5	5,3	0,3	0,4	7,1	9,1	23,7	48,5	11,5
Fabricação de Produtos Têxteis	6,4	2,6	11,3	0,3	6,2	5,6	0,3	15,0	0,1	70,4	14,2
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	3,3	1,7	5,2	0,4	2,9	4,5	0,4	13,5	0,3	63,5	22,3
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	2,8	10,8	2,3	12,9	1,3	8,1	2,9	6,9	10,6	32,9	46,7
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	2,2	16,2	1,3	2,1	2,4	1,0	5,5	5,1	2,2	79,8	7,4
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	3,2	0,0	1,6	0,1	3,2	4,4	0,0	4,2	0,1	73,1	22,6
Bens Intermediários	46,6	53,2	49,7	19,7	49,1	37,6	0,9	9,0	1,0	76,2	13,0
Fabricação de Produtos de Madeira	1,2	0,6	1,0	0,9	0,6	4,5	0,4	6,5	1,7	33,0	58,4
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	3,2	6,0	1,3	1,5	3,1	4,4	1,4	3,4	1,1	71,7	22,4
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	8,2	4,1	7,9	1,8	8,6	7,5	0,4	8,2	0,5	76,2	14,7
Fabricação de Produtos Químicos	11,9	1,0	24,2	4,3	12,0	6,7	0,1	17,1	0,8	72,9	9,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	4,4	25,9	2,1	5,4	4,6	3,9	4,4	4,1	2,8	74,6	14,2
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	4,8	9,7	5,3	1,2	5,0	4,0	1,5	9,3	0,6	75,1	13,5
Metalurgia Básica	8,2	3,0	6,4	2,6	9,9	2,3	0,3	6,6	0,7	87,8	4,5
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	4,6	2,8	1,5	1,9	5,2	4,2	0,5	2,8	0,9	81,2	14,7
Reciclagem	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	1,0	0,0	95,5	3,6
Bens de Capital e Duráveis de Consumo	23,6	10,6	8,1	58,6	25,8	17,1	0,3	2,9	5,7	79,5	11,6
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	9,5	0,6	3,8	3,9	10,4	9,6	0,1	3,4	0,9	79,3	16,3
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,8	1,4	0,3	1,5	0,7	1,1	1,4	3,2	4,5	67,7	23,2
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	4,1	4,1	2,6	35,7	3,7	1,9	0,7	5,4	20,0	66,2	7,6
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	1,8	0,1	0,5	5,6	2,1	0,9	0,0	2,5	6,9	83,1	7,5
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,7	1,0	0,1	0,1	0,9	0,4	1,1	1,3	0,4	88,1	9,1
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	5,1	0,7	0,4	6,9	6,1	2,9	0,1	0,6	3,1	87,0	9,1
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	1,6	2,7	0,4	4,9	1,9	0,3	1,2	2,1	7,0	87,1	2,5

Fonte: Caiado, 2002: 247.

Tabela 02
Estrutura e Participação Regional da Indústria de Transformação - Brasil
1998

Divisões da Indústria de Transformação, segundo Categorias de Uso	Estrutura da Indústria de Transformação						Participação na Indústria de Transformação do Brasil (Brasil=100)					
	Brasil	CO	NE	NO	SD	SU	CO	NE	NO	SD	SU	
Indústrias de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	7,0	2,8	70,3	18,9	
Bens de Consumo Não Duráveis	33,528,8		45,6	14,5	29,3	47,6	0,9	9,6	1,2	61,5	26,8	
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	16,7	0,0	27,0	0,0	14,8	23,4	0,0	11,4	0,0	62,2	26,4	
Fabricação de Produtos do Fumo	1,0	1,6	0,3	0,8	0,6	2,9	1,6	2,0	2,2	42,7	51,5	
Fabricação de Produtos Têxteis	3,3	3,9	6,6	0,1	2,9	3,6	1,3	14,3	0,1	63,4	20,9	
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	2,3	1,6	3,2	0,2	1,9	3,9	0,7	9,7	0,3	57,0	32,3	
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	2,2	8,3	4,1	7,4	0,7	6,2	3,9	13,2	9,2	21,0	52,6	
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	5,6	13,3	3,3	6,0	6,4	3,3	2,4	4,1	2,9	79,4	11,1	
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	2,4	0,0	1,0	0,0	2,1	4,3	0,0	3,1	0,0	62,4	34,5	
Bens Intermediários	42,466,3		47,5	36,9	44,1	33,9	1,6	7,9	2,4	73,1	15,1	
Fabricação de Produtos de Madeira	1,0	1,0	0,4	3,2	0,5	2,9	1,0	2,6	8,9	32,5	54,9	
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	3,8	12,8	3,0	4,3	3,6	4,5	3,5	5,5	3,1	66,1	21,8	
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	5,3	13,6	7,0	3,6	5,2	5,1	2,6	9,2	1,9	68,2	18,1	
Fabricação de Produtos Químicos	13,4	3,3	21,5	3,3	15,0	6,4	0,3	11,3	0,7	78,8	9,0	
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	4,6	22,3	2,7	2,7	4,6	4,7	5,0	4,1	1,6	70,3	19,1	
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	4,3	6,5	5,7	9,3	4,0	3,8	1,6	9,4	6,1	66,0	16,9	
Metalurgia Básica	5,8	3,8	5,1	6,4	6,8	2,4	0,7	6,2	3,1	82,3	7,8	
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	4,1	3,0	2,1	4,0	4,4	4,1	0,8	3,6	2,7	74,3	18,7	
Reciclagem	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	7,1	0,0	79,6	13,3	
Bens de Capital e Duráveis de Consumo	24,1	4,9	6,9	48,6	26,6	18,5	0,2	2,0	5,6	77,6	14,5	
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	6,9	0,8	2,7	2,5	7,1	8,5	0,1	2,7	1,0	72,8	23,3	
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,5	0,5	0,7	0,9	0,5	0,3	1,0	9,4	4,8	73,0	11,8	
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	3,9	0,1	2,6	23,3	3,5	2,9	0,0	4,8	16,7	64,1	14,4	
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	2,3	0,1	0,0	4,7	2,7	1,4	0,1	0,1	5,7	82,5	11,6	
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,9	0,8	0,2	0,6	1,0	0,7	0,9	1,9	1,8	80,7	14,6	
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	8,7	0,4	0,3	13,4	10,6	4,5	0,0	0,2	4,3	85,6	9,9	
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,9	2,2	0,4	3,2	1,1	0,1	2,5	2,8	9,6	83,2	1,9	

Fonte: Caiado, 2002: 248.

Tabela 03
Distribuição do Valor da Transformação Industrial, Segundo Gêneros da Indústria
Unidades Federativas do Brasil
1985

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
TOTAL Indústria Geral	0,2	0,7	0,2	0,2	6,9	3,7	4,3	47,8	13,2	1,5	8,6	4,4	0,9	0,4	1,8	0,4	1,0	0,9	0,1	0,3	0,0	0,0	0,7	0,0	1,8	0,0	0,2
Indústrias Extrativas	0,0	0,8	0,2	0,1	0,7	1,6	0,4	1,5	45,7	4,7	10,2	12,3	7,4	0,0	0,1	0,1	7,8	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	2,4	0,0	2,9	0,0	0,8
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-	19,5	77,2	3,4	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	0,0	0,0	-	0,0	62,2	3,4	-	15,0	10,2	-	-	-	9,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,2	0,5	0,6	0,7	0,0	0,2	0,1	0,0	11,1	47,1	5,7	-	0,0	-	0,3	0,6	0,1	-	0,0	0,0	0,5	12,6	-	15,3	-	4,4
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,1	11,1	0,9	0,5	2,9	2,5	4,2	21,2	9,7	1,9	19,7	4,6	0,6	0,6	1,5	0,6	14,4	1,7	0,2	0,7	0,0	-	0,3	-	0,0	-	0,1
Indústrias de Transformação	0,2	0,7	0,2	0,2	7,4	3,9	4,6	51,9	10,3	1,2	8,4	3,7	0,3	0,4	1,9	0,4	0,4	1,0	0,1	0,3	0,0	0,0	0,6	0,0	1,7	0,0	0,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	0,3	2,3	0,7	0,7	12,3	6,3	9,5	36,7	5,8	1,7	7,4	3,2	0,5	1,5	4,8	0,5	0,5	2,6	0,3	0,6	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,1
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	0,1	0,0	0,0	12,2	0,1	3,9	15,6	13,7	0,0	37,6	2,9	0,2	0,0	9,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	0,0	0,3	0,0	0,2	2,5	8,6	2,9	50,5	7,0	0,8	10,2	2,5	1,7	0,4	3,2	2,0	1,3	3,6	0,3	0,0	-	-	0,6	-	1,2	-	0,0
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,1	0,5	0,0	0,0	6,1	14,9	1,8	43,2	13,2	1,0	5,7	1,1	0,3	0,0	2,8	0,2	2,9	4,9	1,0	0,1	0,0	0,0	0,1	-	0,1	-	0,0
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,0	0,4	0,1	0,0	49,9	2,4	1,4	30,0	1,5	0,6	5,4	1,0	0,1	0,0	3,7	1,2	0,2	1,2	0,4	0,0	-	-	0,3	0,0	0,1	-	0,0
Fabricação de Produtos de Madeira	0,1	0,2	3,5	1,3	7,5	16,6	20,7	20,1	1,3	3,0	2,2	1,6	0,1	0,1	0,5	0,1	0,1	0,3	0,2	2,0	0,1	0,5	8,7	0,1	2,7	0,6	5,8
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,0	0,1	0,0	0,0	6,2	7,0	9,8	57,3	4,6	5,0	5,6	1,0	0,0	0,0	1,6	0,3	0,1	0,1	0,0	0,3	-	-	0,9	-	0,1	-	0,0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,1	0,7	0,2	0,3	4,4	1,1	2,3	48,6	29,8	0,5	4,1	1,6	0,1	0,2	1,8	0,4	0,2	0,7	0,1	0,2	0,0	0,0	0,8	0,0	0,5	0,1	0,2
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	0,0	0,8	0,1	0,5	4,4	0,2	9,8	54,4	12,1	0,2	9,5	5,9	0,0	0,5	0,2	0,4	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	-	0,0	-	0,6	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Químicos	0,0	0,2	0,0	0,0	6,1	0,6	2,1	54,9	14,5	0,3	3,4	13,8	0,3	0,9	1,8	0,0	0,0	0,3	0,1	0,3	0,0	-	0,1	-	0,2	-	0,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,0	0,1	0,0	0,0	7,0	5,4	2,4	66,5	9,7	0,1	2,6	1,5	0,0	0,0	1,1	0,5	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	-	1,3	0,3	0,3
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	0,8	2,3	0,5	0,6	3,0	4,5	5,3	34,9	23,7	1,9	11,0	2,0	0,6	0,4	2,5	0,9	0,9	1,0	0,3	0,5	0,0	0,0	2,0	0,0	0,2	0,0	0,2
Metalurgia Básica	0,0	0,8	0,0	0,0	2,0	1,8	0,6	37,3	13,4	5,2	31,8	4,5	0,0	0,1	0,9	0,0	0,0	0,1	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	-	0,3	-	0,0
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	0,1	0,2	0,1	0,1	11,2	1,9	1,7	62,6	9,6	0,3	8,1	0,6	0,0	0,0	1,2	0,1	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,0	0,3	0,0	1,2	0,0	0,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0,1	0,1	0,0	0,0	10,9	4,1	3,1	69,2	5,4	0,2	3,8	1,7	0,0	0,2	0,6	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	-	0,0	0,1	-	0,2	-	0,0
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,6	-	-	0,0	5,9	-	15,4	49,4	14,8	-	0,3	0,1	-	-	2,8	-	-	0,0	-	-	-	-	0,0	-	10,7	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,0	0,3	0,0	0,0	3,4	3,7	2,6	71,5	6,7	0,6	3,6	2,1	0,0	0,0	4,0	0,0	0,0	0,3	-	0,0	-	-	0,1	-	0,9	-	0,0
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	1,1	0,0	0,0	0,0	2,2	0,5	2,4	55,7	4,7	0,0	1,7	0,0	0,0	-	1,3	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	-	0,0	-	30,3	-	-
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,1	0,0	-	-	3,9	3,6	0,7	59,4	7,8	0,0	7,4	0,0	0,0	-	0,1	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	-	-	0,0	-	16,4	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,0	0,1	0,0	0,0	4,3	0,8	3,5	81,8	1,1	0,0	7,8	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,0	0,1	0,2	0,0	0,6	1,3	0,4	42,7	40,6	1,1	1,6	0,4	0,0	-	0,6	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	-	0,0	0,5	-	8,7	-	0,1
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,2	0,3	0,1	0,1	11,0	5,3	6,5	58,0	6,7	0,5	3,9	0,9	0,1	0,1	1,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,2	0,0	0,0	0,4	0,1	2,8	0,0	0,1
Reciclagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Caiado, 2002: 249.

Notas: (x) sigilo estatístico

- inexistente

Tabela 04
Distribuição do Valor da Transformação Industrial Segundo Gêneros da Indústria
Unidades Federativas do Brasil
1998

Divisões	DF	GO	MT	MS	RS	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	BA	SE	AL	PE	PB	RN	CE	PI	MA	TO	AP	PA	RR	AM	AC	RO
TOTAL Indústria Geral	0,3	1,3	0,5	0,5	8,1	4,6	5,2	49,4	8,2	1,5	9,4	2,6	0,3	0,5	1,3	0,4	0,4	1,2	0,1	0,3	0,0	0,0	1,2	0,0	2,6	0,0	0,1
Indústrias Extrativas	0,0	2,3	0,2	0,6	1,2	2,4	1,0	5,0	23,6	10,2	25,4	5,3	2,6	0,1	0,0	0,2	5,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	12,3	0,0	2,1	0,0	0,0
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	(x)	(x)	65,8	(x)	(x)	(x)	-	(x)	(x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	(x)	-	-	(x)	-	6,7	5,4	(x)	-	-	12,4	-	-	-	-	-	-	(x)	-	5,2	-	-
Extração de Minerais Metálicos	(x)	0,1	0,0	1,3	(x)	(x)	(x)	(x)	0,1	18,7	49,6	4,5	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	-	-	-	24,3	-	(x)	-	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	0,1	11,5	0,9	(x)	2,8	2,9	5,0	25,5	9,3	(x)	(x)	5,3	4,3	(x)	1,5	(x)	(x)	1,3	0,0	0,9	0,2	-	(x)	-	(x)	(x)	0,1
Indústrias de Transformação	0,3	1,2	0,5	0,5	8,4	4,7	5,3	51,2	7,6	1,2	8,7	2,5	0,2	0,5	1,4	0,4	0,2	1,2	0,1	0,3	0,0	0,0	0,7	0,0	2,6	0,0	0,1
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	0,6	3,9	1,7	1,9	10,2	5,4	7,6	39,0	5,8	1,3	8,3	2,2	0,3	1,5	2,7	0,5	0,5	1,8	0,2	0,3	0,1	0,0	0,9	0,0	3,1	0,0	0,2
Fabricação de Produtos do Fumo	(x)	0,0	0,0	(x)	28,4	9,2	15,9	4,0	0,6	-	39,8	1,0	0,4	0,7	-	0,0	-	(x)	-	0,0	-	(x)	-	(x)	(x)	(x)	-
Fabricação de Produtos Têxteis	0,0	0,4	0,0	0,1	2,2	15,0	3,8	47,9	3,8	0,7	11,1	1,2	1,7	0,4	1,0	1,6	1,6	6,7	0,0	0,2	(x)	-	0,2	-	0,5	-	-
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,1	1,6	0,0	0,0	5,4	22,4	4,1	39,4	8,9	1,3	6,9	1,1	0,1	0,0	1,5	1,1	1,3	3,7	0,8	0,0	0,0	(x)	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	0,0	0,3	0,2	0,3	56,8	1,3	1,8	16,3	2,4	0,6	4,6	0,7	0,4	0,0	0,7	3,3	0,2	9,4	0,2	(x)	0,0	-	0,2	-	(x)	-	0,0
Fabricação de Produtos de Madeira	0,3	0,3	6,2	0,4	7,0	16,5	22,6	22,7	1,3	0,4	2,9	0,7	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,0	0,9	0,0	0,0	11,4	0,0	1,3	0,1	4,3
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,0	0,2	0,0	0,0	6,7	7,3	8,8	55,2	2,7	5,1	5,9	4,3	0,0	0,0	0,9	0,1	0,0	0,3	0,0	0,0	(x)	(x)	1,8	-	0,2	(x)	0,0
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	1,1	0,9	0,2	0,1	4,7	1,0	5,6	59,2	16,7	0,5	3,7	1,2	0,1	0,2	1,2	0,3	0,2	0,6	0,1	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	1,8	0,0	0,0
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	-	1,0	0,8	0,8	(x)	0,0	7,3	51,4	(x)	0,2	6,7	5,3	(x)	0,8	0,8	0,6	(x)	0,9	(x)	0,2	(x)	-	0,0	-	(x)	-	-
Fabricação de Produtos Químicos	0,1	0,9	0,1	0,0	5,7	0,7	2,5	62,1	11,9	0,2	3,9	7,7	0,1	1,1	1,5	0,0	0,0	0,5	0,1	0,2	0,0	(x)	0,1	(x)	0,6	(x)	0,0
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	0,0	0,6	0,1	0,1	8,4	7,6	3,8	62,1	6,9	0,2	3,9	1,9	0,1	0,3	0,9	0,3	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	(x)	0,0	-	1,9	0,0	0,0
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,7	1,9	0,8	1,1	4,3	7,2	5,5	38,8	7,6	3,8	16,2	1,6	1,0	0,3	2,4	1,7	0,5	1,1	0,2	0,6	0,1	0,0	0,8	0,0	0,8	0,0	0,1
Metalurgia Básica	0,0	1,0	0,1	0,0	3,2	3,1	1,4	27,1	18,1	6,3	29,3	2,4	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,2	0,0	2,7	(x)	-	4,2	-	0,2	-	(x)
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	0,1	0,6	0,1	0,2	11,2	3,1	4,1	55,8	5,7	0,5	11,0	0,9	0,0	0,0	1,7	0,1	0,0	0,7	0,0	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	3,5	0,0	0,0
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	0,3	0,2	0,0	0,0	9,9	7,9	5,3	63,9	3,8	0,3	4,1	0,8	(x)	0,2	0,6	0,0	0,0	1,0	0,1	0,0	(x)	-	0,1	-	1,5	-	(x)
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	1,3	(x)	(x)	(x)	5,9	0,5	4,3	63,5	(x)	0,1	2,5	7,9	(x)	(x)	0,3	-	-	(x)	(x)	(x)	-	-	(x)	-	12,1	-	-
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,0	0,1	0,0	0,0	6,3	6,7	4,0	68,2	4,1	0,2	3,8	1,7	0,0	(x)	3,4	0,0	(x)	0,5	0,0	0,0	(x)	-	0,0	(x)	0,8	-	-
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,0	0,0	-	0,0	2,1	0,9	6,4	63,6	1,8	(x)	1,9	0,0	-	-	0,0	(x)	(x)	0,0	(x)	-	-	(x)	-	-	23,1	-	-
Fabric. De Equip. de Instrument. Médico-Hospit., Instrum. De Precisão e Ópticos, Equip. para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,1	0,0	(x)	0,0	5,5	2,6	5,1	55,8	12,2	0,0	4,2	0,3	(x)	0,0	0,1	0,2	0,0	1,1	(x)	-	-	-	(x)	-	12,8	-	-
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8	1,2	3,2	71,6	4,0	0,2	13,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	-	0,0	(x)	0,2	(x)	0,0
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,0	0,3	(x)	0,1	(x)	0,8	0,4	51,2	10,1	0,7	2,8	0,3	(x)	(x)	1,4	(x)	0,1	0,3	(x)	0,1	-	-	1,6	-	29,5	-	(x)
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	0,2	0,5	0,1	0,1	14,6	6,9	11,4	44,5	5,5	0,6	9,0	0,5	0,2	0,0	1,0	0,1	0,3	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	3,3	0,0	0,1
Reciclagem	-	(x)	-	-	5,3	4,0	4,0	41,4	17,8	(x)	16,1	4,0	-	-	(x)	-	(x)	0,9	-	(x)	-	-	-	-	(x)	-	-

Fonte: Calado, 2002: 250.

Notas: (x) sigilo estatístico

- inexistente

Tabela 05
Número de Operações (OP) e Valores Contratados (VC)
Por Programa
Valores Atualizados – 1989/2001

Programa	1989/1993				1994				1995			
	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%
PAPRA	9.751	37,5	32.704	2,8	10.551	52,3	35.889	12,2	8.739	73,4	24.564	13,8
PRONAF		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
PRONAF-RA		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Rural	13.175	50,5	792.064	67,5	2.154	16,8	184.779	52,9	2.935	24,6	111.309	62,5
Industrial	2.698	10,4	278.758	23,7	104	0,9	68.349	23,2	211	1,8	38.973	21,8
Infra-Estrutura	395	1,5	66.818	5,7	2	0,0	2.769	0,9	11	0,1	729	0,4
Giro/custeio		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Turismo	16	0,1	3.454	0,3	4	0,0	2.276	0,8	10	0,1	2.687	1,5
PRONATUREZA		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Total	26.035	100,0	1.173.798	100,0	12.825	100,0	294.062	100,0	11.906	100,0	178.262	100,0

Programa	1996				1997				1998			
	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%
PAPRA	9.320	61,4	24.615	10,9	14.342	57,7	40.237	13,0	21.407	70,4	45.808	12,0
PRONAF	316	2,1	4.556	2,0	6.147	24,6	77.761	25,2	3.275	10,9	39.147	10,3
PRONAF-RA		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Rural	5.453	35,9	174.434	77,4	4.290	17,3	173.370	56,1	5.577	18,3	281.331	73,6
Industrial	75	0,5	18.205	8,1	64	0,3	12.360	4,0	123	0,4	11.517	3,0
Infra-Estrutura	1	0,0	67	0,0	10	0,0	2.676	0,9	7	0,0	512	0,1
Giro/custeio		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Turismo	14	0,1	3.505	1,6	14	0,1	2.541	0,8	11	0,0	3.946	1,0
PRONATUREZA		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Total	15.179	100,0	225.382	100,0	24.867	100,0	308.945	100,0	30.400	100,0	382.261	100,0

Programa	1999				2000				2001			
	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%
PAPRA	17.013	89,5	63.719	36,6		0,0		0,0	-			0,0
PRONAF	647	3,4	5.332	3,1	1.157	9,0	8.335	2,8	1.672	7,6	12.958	1,3
PRONAF-RA		0,0		0,0	7.911	61,0	46.597	15,8	12.233	55,9	38.844	3,9
Rural	1.262	6,6	81.055	46,4	3.565	27,5	168.337	57,1	7.005	32,0	635.836	64,4
Industrial	50	0,3	21.166	12,2	281	2,2	68.158	23,1	255	1,3	147.582	15,0
Infra-Estrutura	1	0,0	109	0,1	2	0,0	1.208	0,4	13	0,0	69.566	7,0
Turismo	9	0,0	1.166	0,7	17	0,1	1.195	0,4	16	0,0	5.185	0,5
PRONATUREZA		0,0		0,0	1	0,0	153	0,1	2	0,0	2.257	0,2
Com.Serviço									551	2,5	69.353	7,0
Giro/custeio	33	0,2	1.610	0,9	29	0,2	977	0,3	154	0,7	5.260	0,5
Total	19.015	100	174.157	100,0	12.963	100,0	294.950	100,0	21.901	100,0	987.041	100,0

Programa	TOTAL			
	Op	%	VC	%
PAPRA	91.133	52,0	267.636	6,7
PRONAF	13.214	7,5	147.989	3,7
PRONAF-RA	20.144	11,5	85.441	2,1
Rural	45.416	25,9	2.602.515	64,7
Industrial	3.861	2,2	664.958	16,5
Infra-Estrutura	442	0,3	144.454	3,6
Turismo	111	0,1	26.255	0,7
PRONATUREZA	3	0,0	2.410	0,1
Com.Serviço	551	0,3	69.353	1,7
Giro/custeio	216	0,2	7.847	0,2
Total	175.091	100,0	4.018.868	100,0

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil
Valores Atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2001

Tabela 06
Número de Operações (OP) e Valores Contratados (VC)
Por Programa
Valores Atualizados – 1989/2001

VC em R\$ mil												
Ano	1989/1993				1994				1995			
Programa	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%
PROCERA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
PRONAF		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Rural	5.916	34,9	443.672	63,5	8.243	39,9	250.720	53,5		0,0		0,0
Industrial	439	2,6	161.043	23,0	66	0,3	57.220	12,2	83	0,6	36.939	11,2
Agroindustrial		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Especial	10.573	62,5	94.522	13,5	12.365	59,8	160.696	34,3	10.902	80,5	134.888	40,9
Turismo		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Outros Rural		0,0		0,0		0,0		0,0	2.548	18,8	157.976	47,9
Total	16.928	100,0	699.237	100,0	20.674	100,0	468.636	100,0	13.533	100,0	329.803	100,0

VC em R\$ mil												
Ano	1996				1997				1998			
Programa	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%
PROCERA	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7.867	50,3	39.742	21,6
PRONAF		0,0		0,0		0,0		0,0	1	0,0	18	0,0
Rural		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Industrial	51	0,4	13.995	7,4	34	0,5	5.790	8,2	94	0,6	26.867	14,6
Agroindustrial		0,0		0,0		0,0		0,0	6	0,0	3.166	1,7
Especial	11	0,1	4.216	2,2		0,0		0,0		0,0		0,0
Turismo		0,0		0,0	2	0,0	873	1,2	1	0,0	220	0,1
Outros Rural	14.424	99,5	170.914	90,4	6.699	99,5	63.660	90,6	7.660	49,1	114.012	62,0
Total	14.486	100,0	189.126	100,0	6.735	100,0	70.323	100,0	15.629	100,0	184.025	100,0

VC em R\$ mil												
Ano	1999				2000				2001			
Programa	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%
PROCERA	2.725	11,8	13.773	3,7		0,0		0,0	0	0,0	0	0,0
PRONAF-A	1.310	5,7	6.504	1,8	10.014	32,0	66.928	9,3	2.080	20,9	16.885	3,7
PRONAF-Especial									4.420	44,2	45.388	9,9
PRONAF-Especial									409	4,1	1.704	0,4
Rural	18.935	81,8	252.624	68,3		0,0		0,0	0	0,0	0	0,0
Industrial	167	0,7	82.784	22,3	380	1,2	175.454	24,4	225	2,3	92.678	20,2
Agroindustrial	9	0,0	7.219	1,9	25	0,1	6.140	0,9	15	0,1	7.416	1,6
Especial		0,0		0,0		0,0		0,0	0	0,0	0	0,0
Turismo	10	0,0	7.225	2,0	24	0,1	7.208	1,0	23	0,2	18.056	3,9
Outros Rural		0,0		0,0	20.855	66,6	462.534	64,4	2.811	28,1	273.230	59,4
Com./Serviço									23	0,2	4.266	0,9
Total	23.156	100,0	370.329	100,0	31.298	100,0	718.260	100,0	10.006	100,0	459.623	100,0

VC em R\$ mil												
Ano	TOTAL											
Programa	OP	%	VC	%								
PROCERA	10.592	7,0	53.515	1,5								
PRONAF-A	13.405	8,8	90.333	2,6								
PRONAF-Especial	4.420	2,9	45.388	1,3								
PRONAF-Especial	409	0,3	1.704	0,0								
Rural	33.094	21,7	947.216	27,2								
Industrial	1.539	1,0	652.771	18,7								
Agroindustrial	55	0,0	23.941	0,7								
Especial	33.851	22,2	394.322	11,3								
Turismo	60	0,0	23.580	1,0								
Outros Rural	54.997	36,1	1.242.325	35,6								
Com.Serviço	23	0,0	4.266	0,1								
Total	152.445	100,0	3.489.362	100,0								

Fonte: Relatórios do Banco da Amazônia.
Valores Atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2001

Tabela 07
Número de Operações (OP) e Valores Contratados (VC)
Por Programa
Valores Atualizados – 1989/2001

Programa	1989/1993				1994				1995			
	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%
Programa da Terra	9.792	6,8	59.854	1,4	9.960	15,4	45.864	5,4	8.879	10,3	42.921	4,6
Rural		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Especiais		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Outros Programas	110.538	76,6	2.012.178	46,2	43.387	67,1	576.089	68,3	46.712	68,8	667.683	72,3
Subtotal Rural	120.330	83,4	2.072.032	47,7	53.347	82,5	621.953	73,7	53.691	79,1	710.604	76,9
Agroindustrial		0,0	370.513	8,5	6.707	10,4	25.036	3,0	229	0,3	30.773	3,3
Industrial	17.740	12,3	1.902.084	43,8	4.588	7,1	192.960	22,9	13.924	20,5	166.777	18,1
Turismo	6.246	4,3		0,0	10	0,0	3.173	0,4	44	0,1	15.459	1,7
Total	144.316	100,0	4.344.629	100,0	64.652	100,0	843.122	100,0	67.882	100,0	923.613	100,0

Programa	1996				1997				1998			
	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%
Programa da Terra	18.152	22,5	97.595	8,4	24.612	46,9	116.554	14,5	35.185	25,5	108.664	12,9
Rural		0,0		0,0		0,0		0,0	5.299	3,8	153.540	18,3
Especiais		0,0		0,0		0,0		0,0	94.802	68,8	457.917	54,6
Outros Programas	52.877	65,6	833.024	72,0	24.556	46,8	483.453	60,2		0,0		0,0
Subtotal Rural	71.029	88,1	930.619	80,4	49.168	93,7	600.007	74,7	135.286	98,1	720.121	85,8
Agroindustrial	152	0,2	30.288	2,6	88	0,2	22.009	2,7	63	0,0	9.590	1,1
Industrial	9.355	11,6	171.796	14,8	3.128	6,0	154.588	19,2	2.347	1,9	104.429	12,5
Turismo	90	0,1	24.744	2,2	61	0,1	27.044	3,4	24	0,0	5.100	0,6
Total	80.616	100,0	1.157.447	100,0	52.445	100,0	803.648	100,0	137.720	100,0	839.240	100,0

Programa	1999				2000				2001			
	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%	OP	%	VC	%
Programa da Terra	41.798	48,5	92.286	13,9	16.222	34,1	68.659	11,7	0	0,0	0	0,0
Rural	4.580	5,3	88.364	13,3	26.832	56,4	306.754	52,3	6.032	36,4	42.886	14,0
Pronaf-A									10.148	61,2	105.115	34,2
Especiais	37.742	43,8	340.633	51,2	3.209	6,7	32.000	5,5	106	0,6	828	0,3
Outros Programas		0,0		0,0	0	0,0		0,0	0	0,0	0	0,0
Subtotal Rural	84.120	97,6	521.263	78,4	46.313	97,2	407.413	69,5	16.286	98,2	148.829	48,5
Agroindustrial	369	0,4	5.646	0,8	36	0,1	5.617	1,0	15	0,0	6.281	2,0
Industrial	1.735	2,0	122.984	18,5	1.233	2,6	158.800	27,0	211	1,3	144.921	47,2
Turismo	28	0,0	15.452	2,3	39	0,1	14.553	2,5	10	0,1	1.870	0,6
Com.Serviço									61	0,4	5.208	1,7
Total	86.252	100,0	665.345	100,0	47.621	100,0	586.383	100,0	16.583	100,0	307.009	100,0

Programa	TOTAL			
	OP	%	VC	%
Programa da Terra	162.700	23,3	632.377	6,0
Rural	6.032	0,9	42.886	0,4
Pronaf-A	46.909	6,7	663.773	6,3
Especiais	135.859	19,5	831.378	8,0
Outros Programas	278.070	39,8	4.572.427	43,7
Subtotal Rural	629.570	90,2	6.732.841	64,4
Agroindustrial	7.653	1,1	505.753	4,8
Industrial	54.261	7,8	3.119.239	29,8
Turismo	6.542	0,9	107.395	1,0
Com./Serviço	61	0,0	5.208	0,0
Total	698.087	100,0	10.470.436	100,0

Fonte: Relatórios do Banco do Nordeste do Brasil.

Valores Atualizados pela BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2001.

Tabela 08
Participação na Respectiva Divisão da Indústria de Transformação do Brasil
Região Metropolitana de São Paulo e Município de São Paulo
1985 a 1998

Divisão de Atividades	R.M. de São Paulo				Município de São Paulo			
	1985	1996	1997	1998	1985	1996	1997	1998
TOTAL Indústria Geral	26,8	26,5	26,7	25,0	13,8	12,4	12,3	11,2
Indústrias Extrativas	0,6	2,5	2,4	2,0	0,1	0,7	1,0	0,9
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
Extração de Minerais Não-Metálicos	9,0	11,8	11,6	10,1	2,0	3,2	4,6	4,3
Indústrias de Transformação	29,2	27,4	27,6	26,0	15,0	12,9	12,7	11,6
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	11,6	12,5	13,5	11,0	8,1	8,1	9,3	6,8
Fabricação de Produtos do Fumo	15,6	6,3	6,4	4,0	15,6	6,3	6,4	4,0
Fabricação de Produtos Têxteis	27,5	24,7	24,7	21,2	17,6	13,7	13,5	8,5
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	33,4	28,7	30,3	33,1	28,1	24,1	27,1	27,1
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	5,0	2,7	3,4	2,4	2,9	1,4	1,9	1,2
Fabricação de Produtos de Madeira	5,7	6,2	2,8	2,5	2,9	5,1	1,6	0,7
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	33,5	23,6	21,5	26,0	15,3	8,4	7,1	5,7
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	45,4	53,0	51,6	54,0	40,1	37,5	39,3	38,4
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	3,1	9,7	8,2	8,0	0,3	0,1	0,1	0,3
Fabricação de Produtos Químicos	35,1	40,1	41,8	41,5	13,4	17,3	16,9	15,9
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	48,6	47,0	43,1	38,3	26,1	23,7	19,2	16,8
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	17,5	19,3	19,6	16,6	8,1	8,7	9,1	7,0
Metalurgia Básica	18,8	10,8	10,7	8,4	6,0	3,2	3,3	3,0
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	51,0	39,5	39,7	36,9	26,8	20,2	19,2	18,8
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	46,2	37,4	33,2	31,9	24,1	20,4	18,0	17,2
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	44,1	51,7	40,6	49,1	36,6	25,5	23,6	37,2
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	49,9	39,6	45,6	39,6	27,4	17,6	17,9	14,9
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	36,6	25,4	27,5	30,7	21,8	7,5	6,8	7,4
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	47,8	37,0	38,8	32,2	30,7	23,9	26,8	21,3
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	49,4	38,7	39,3	32,0	12,3	5,4	3,8	3,9
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	17,6	16,6	12,1	13,2	14,8	12,3	7,9	10,4
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	42,1	25,5	24,0	26,3	25,8	12,1	11,7	11,8
Reciclagem	24,0	1,0	20,7	7,3	17,4	0,1	6,9	3,7

Fonte: Caiado, 2002: 252.

Tabela 09
Participação na Respectiva Divisão da Indústria de Transformação do Brasil
Região Metropolitana de São Paulo exclusive a Capital
1985 a 1998

Divisão de Atividades	RMSP exclusive Capital			
	1985	1996	1997	1998
TOTAL Indústria Geral	13,0	14,1	14,4	13,8
Indústrias Extrativas	0,5	1,7	1,4	1,1
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração de Minerais Não-Metálicos	7,0	8,5	6,5	5,9
Indústrias de Transformação	14,1	14,6	14,8	14,4
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	3,5	4,4	4,1	4,3
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	-	-	-
Fabricação de Produtos Têxteis	9,9	11,0	11,3	12,7
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	5,3	4,7	3,1	6,0
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	2,2	1,4	1,5	1,2
Fabricação de Produtos de Madeira	2,9	1,1	1,2	1,8
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	18,2	14,8	14,2	20,3
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	5,2	15,4	12,3	15,6
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	2,9	9,7	8,1	7,8
Fabricação de Produtos Químicos	21,8	22,9	25,1	25,5
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	22,4	23,7	23,8	21,5
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	9,4	10,7	10,4	9,6
Metalurgia Básica	12,8	7,5	7,4	5,4
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	24,2	19,3	20,3	18,1
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	22,1	17,1	15,3	14,7
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	7,6	26,1	16,7	11,9
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	22,5	22,0	27,9	24,7
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	14,9	17,8	21,0	23,3
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	17,1	12,9	12,1	10,9
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	37,1	33,1	35,0	28,1
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	2,7	4,3	4,3	2,8
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	16,3	13,6	12,5	14,6
Reciclagem	6,6	8,2	12,5	3,6

Fonte: Caiado, 2002: 253.

Tabela 10
Participação na Respectiva Divisão da Indústria de Transformação do Brasil
Interior do Estado de São Paulo(1)
1985 a 1998

Divisão de Atividades	Interior de São Paulo			
	1985	1996	1997	1998
TOTAL Indústria Geral	21,0	22,9	23,2	24,4
Indústrias Extrativas	0,9	3,2	3,1	3,0
Extração de Carvão Mineral	-	-	-	-
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	-	-	-	-
Extração de Minerais Metálicos	0,1	-	-	-
Extração de Minerais Não-Metálicos	12,2	15,7	14,8	15,4
Indústrias de Transformação	22,7	23,6	23,8	25,2
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	25,1	27,7	27,2	28,0
Fabricação de Produtos do Fumo	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos Têxteis	23,0	24,8	25,7	26,7
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	9,8	9,9	11,0	6,3
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	25,0	18,9	16,8	13,9
Fabricação de Produtos de Madeira	14,4	12,6	18,9	20,2
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	23,8	39,3	37,6	29,2
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	3,2	5,6	6,7	5,2
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	51,3	44,0	46,6	43,4
Fabricação de Produtos Químicos	19,8	17,9	18,3	20,6
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	17,9	16,2	21,4	23,8
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	17,4	22,1	24,9	22,2
Metalurgia Básica	18,5	18,5	17,0	18,7
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	11,6	16,6	17,5	18,9
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	23,0	24,7	27,5	31,1
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	5,3	16,5	19,3	14,4
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	21,6	29,4	21,0	28,6
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	19,1	23,5	25,0	32,9
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	11,6	19,8	18,2	23,6
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	32,4	35,2	33,0	39,6
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	25,1	20,2	26,7	38,0
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	15,9	18,4	17,8	18,2
Reciclagem	-	3,0	28,3	34,1

Fonte: Caiado, 2002: 255.

Nota: (1) - Estado exclusive Região Metropolitana de São Paulo

Tabela 11
Indústria de Transformação - Participação Regional
Estado de São Paulo - Região Metropolitana e Regiões Administrativas
1985 – 1998

Região	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RMSP	57,6	59,7	59,4	53,5	57,2	58,1	56,7	52,2	53,9	53,6	51,9	53,7	52,1	49,4
RA de Araçatuba	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,9	1,0
RA de Barretos	0,7	0,7	0,9	0,9	0,7	0,5	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,7
RA de Bauru	1,4	1,3	1,2	1,5	1,3	1,2	1,3	1,2	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,6
RA de Campinas	17,5	16,6	17,3	19,8	19,0	19,2	18,4	21,1	21,9	20,1	21,5	19,3	18,6	20,3
RA Central	2,3	2,3	2,0	2,5	1,7	1,7	2,4	2,0	1,7	2,0	1,8	2,1	2,1	2,1
RA de Franca	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	1,2	0,9	0,8	0,9	1,0	0,8	0,8	1,2	1,2
RA de Marília	0,8	0,8	0,7	0,8	0,7	0,9	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	1,1	1,2
RA de Presidente Prudente	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	0,6
RA de Registro	0,2	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
RA de Ribeirão Preto	1,6	1,5	1,7	1,6	1,2	1,2	1,3	1,2	1,7	1,6	1,9	2,0	2,2	2,5
RA de Santos	4,1	3,3	2,8	4,0	3,8	2,6	3,7	5,1	3,4	3,4	3,2	2,3	2,3	2,4
RA de São José do Rio Preto	0,7	0,9	0,9	1,0	0,7	0,9	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	1,1	1,6	1,6
RA de São José dos Campos	6,4	6,1	6,3	6,5	7,1	6,3	7,1	8,3	7,2	8,8	8,7	9,2	9,1	9,3
RA de Sorocaba	4,9	4,8	4,9	5,5	4,9	4,9	4,7	4,9	4,5	4,7	5,2	5,4	5,7	5,7

Fonte: Caiado, 2002: 259.

Capítulo III

Tabela 12
Brasil: Previsão dos Investimentos* nas Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação
Período 1997/2000

Seção/Divisão da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do IBGE	Investimento Fixo - Estimativa 1997/2000		Número de Projetos 1995/2004
	US\$ Milhões	Participação (%)	
Indústrias Extrativas e de Transformação	124.541,30	100	942
Indústrias Extrativas	11.718,80	9,4	20
Extração de Petróleo e Serviços Correlatos	7.212,80	5,8	2
Extração de Minerais Metálicos	4.506,00	3,6	18
Indústrias de Transformação	112.822,50	90,6	922
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	13.763,20	11,1	134
Fabricação de Produtos do Fumo	1.630,40	1,3	6
Fabricação de Produtos Têxteis	5.209,20	4,2	91
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	395,2	0,3	14
Preparação de Couros e Fabricação de Artif. De Couros, Artigos de Viagem e Calçados	659,6	0,5	16
Fabricação de Produtos de Madeira	943,6	0,8	10
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	12.438,80	10	49
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	255,6	0,2	8
Fabricação de Coque, Ref. de Petr., Elab. De Combustíveis Nucleares e Prod. de Alcool	1.877,20	1,5	6
Fabricação de Produtos Químicos	26.936,00	21,6	178
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	1.612,80	1,3	45
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	4.504,40	3,6	46
Metalurgia Básica	13.506,00	10,8	53
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	2.019,00	1,6	25
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	3.660,40	2,9	51
Fabricação de Máquinas para Escritórios e Equipamentos de Informática	3.737,60	3	16

Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	870,8	0,7	25
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3.147,20	2,5	27
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão e Óticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	412,4	0,3	9
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	13.066,40	10,5	77
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	989,2	0,8	14
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	658	0,5	18
Reciclagem	529,5	0,4	4

Fonte: *Levantamento de Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento Industrial no Brasil 1997/2000*, Secretaria de Política Industrial/Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia. Versão de Outubro de 1997.

(*) Valor Igual ou Superior a US\$ 5 Milhões.

Tabela 13
Brasil: Previsão dos Investimentos* nas Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação
Período 1997/2000

REGIÃO/ESTADO		NÚMERO DE PROJETOS 1995/2004	INVESTIMENTO FIXO ESTIMATIVA 1997/2000		VALOR TRANS INDUSTRIAL/1995
			US\$ MILHÃO	%	
REGIÃO NORTE	ACRE	1	26,0	0,0	0,0
	AMAPÁ	1	88,9	0,1	0,1
	AMAZONAS	19	1.014,8	0,9	1,8
	PARÁ	7	3.278,2	2,9	0,8
	RONDÔNIA				0,2
	RORAIMA				0,0
	TOCANTINS				0,0
	T O T A L	28	4.407,9	3,9	2,9
REGIÃO NORDESTE	ALAGOAS	14	600,2	0,5	0,4
	BAHIA	88	12.376,0	10,9	3,8
	CEARÁ	49	2.698,9	2,4	1,0
	MARANHÃO	26	2.057,2	1,8	0,3
	PARAÍBA	31	2.364,8	2,1	0,4
	PERNAMBUCO	62	2.911,9	2,5	1,9
	PIAUÍ	7	114,3	0,1	0,1
	RIO GRANDE DO NORTE	13	602,3	0,5	0,4
	SERGIPE	8	716,6	0,6	0,3
	T O T A L	298	24.442,2	21,4	8,6
REGIÃO CENTRO-OESTE	DISTRITO FEDERAL				0,2
	GOIÁS	15	1.461,1	1,3	0,8
	MATO GROSSO	1	155,0	0,1	0,2
	MATO GROSSO DO SUL	1	1.000,0	0,9	0,2
	T O T A L	17	2.616,1	2,3	1,4
REGIÃO SUDESTE	ESPÍRITO SANTO	11	5.682,0	5,0	1,4
	MINAS GERAIS	92	12.339,7	10,8	8,8
	RIO DE JANEIRO	52	15.224,9	13,4	10,4
	SÃO PAULO	280	33.714,6	29,6	50,2
	T O T A L	435	66.961,2	58,8	70,8
REGIÃO SUL	PARANÁ	29	4.844,4	4,3	4,7
	RIO GRANDE DO SUL	41	7.951,4	7,0	7,7
	SANTA CATARINA	45	2.647,4	2,3	3,9
	T O T A L	115	15.443,2	13,6	16,3

BRASIL	893	113.870,6	100,0	100,0
---------------	------------	------------------	--------------	--------------

Fonte: *Levantamento de Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento Industrial no Brasil 1997/2000*, Secretaria de Política Industrial/Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia. Versão de Outubro de 1997.

(*) Valor Igual ou Superior a US\$ 5 Milhões.

(1) Não foram computados 49 projetos com investimento previsto de US\$ 10,6 bilhões por não estarem definidos por estado, com o que seriam atingidas as cifras de 942 projetos US\$ 124,5 bilhões, respectivamente.

Tabela 14

Brasil: Previsão dos Investimentos* Por Região do Projeto nas Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação
Período 1997/2000

a. INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E DE TRANSFORMAÇÃO	NORTE		NORDESTE		CENTRO OESTE		SUDESTE		SUL		TOTAL
	US\$ MILHÃO	%	US\$ MILHÃO	%	US\$ MILHÃO	%	US\$ MILHÃO	%	US\$ MILHÃO	%	US\$ MILHÃO
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E DE TRANSFORMAÇÃO	4.407,9	100,0	24.442,2	100,0	2.616,1	100,0	66.961,2	100,0	15.443,2	100,0	113.870,6
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	509,0	11,5	715,5	2,9	33,2	1,3	9.843,7	14,7			11.101,4
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E SERVIÇOS CORRELATOS			704,8	2,9			6.508,0	9,7			7.212,8
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	509,0	11,5	10,7	0,0	33,2	1,3	3.335,7	5,0			3.888,6
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	3.898,9	88,5	23.726,7	97,1	2.582,9	98,7	57.117,5	85,3	15.443,2	100,0	102.769,2
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS	80,0	1,8	2.168,6	8,9	1.291,3	49,3	5.328,2	8,0	1.771,9	11,5	10.640,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO			7,4	0,0			494,0	0,7	1.129,0	7,3	1.630,4
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS			3.190,3	13,1	88,0	3,4	1.773,4	2,6	157,6	1,0	5.209,3
CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS			362,9	1,5	15,0	0,6	17,3	0,0			395,2
PREPARAÇÃO DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS DE VIAGEM E CALÇADOS			542,7	2,2			10,0	0,0	91,9	0,6	644,6
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA			56,6	0,2			452,0	0,7	335,0	2,2	843,6
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	417,1	9,5	4.988,5	20,3	1.000,0	38,2	3.411,1	5,1	2.621,9	17,0	12.438,6
EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES			36,6	0,1			189,0	0,3			225,6
FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO, ELABORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NUCLEARES E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL			1.382,7	5,7			494,5	0,7			1.877,2
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	135,4	3,1	4.881,8	20,0			14.922,6	22,4	4.132,3	26,7	24.072,1
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO			332,7	1,4			817,8	1,2	302,4	2,0	1.452,9
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	28,5	0,6	1.039,3	4,3			3.222,7	4,8	213,8	1,4	4.504,3
METALURGIA BÁSICA	2.375,0	53,9	1.818,3	7,4			8.917,3	13,3	395,3	2,6	13.505,9
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL - EXCLUSIVE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			461,1	1,9			1.117,8	1,7	192,0	1,2	1.770,9
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			122,5	0,5	133,4	5,1	1.448,3	2,2	1.313,5	8,5	3.017,7
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	212,8	4,8					2.852,8	4,3			3.065,6
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS			92,1	0,4			555,4	0,8	214,3	1,4	861,8
FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES	527,1	12,0	57,9	0,2			2.344,2	3,5			2.929,2
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INSTRUMENTAÇÃO	29,2	0,7	66,6	0,3			300,6	0,4	16,0	0,1	412,4

MÉDICO-HOSPITALARES, INSTRUMENTOS DE PRECISÃO E ÓTICOS, EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, CRONÔMETROS E RELÓGIOS											
FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	26,0	0,6	1548,5	6,3			7.054,7	10,5	2.536,3	16,4	11.165,5
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	67,8	1,5	260,0	1,1	55,2	2,1	606,3	0,9			989,3
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDUSTRIAS DIVERSAS			309,6	1,3			284,8	0,4	20,0	0,1	614,4
RECICLAGEM							502,7	0,8			502,7

Fonte: *Levantamento de Oportunidades, Intenções e Decisões de Investimento Industrial no Brasil 1997/2000*, Secretaria de Política Industrial/Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia.

Versão de Outubro de 1997.

(*) Valor Igual ou Superior a US\$ 5 Milhões.

Tabela 15
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Região Centro-Oeste
Grupo I – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Bebidas e Líquidos Alcoólicos	Schincariol	Alexânia (GO)	R\$ 120 milhões	2001 a 2002	a empresa contará com um pacote providencial reunindo incentivos fiscais e outros benefícios, e uma oferta maior de água na região foram essenciais para a implantação da fábrica
Bebidas e Líquidos Alcoólicos	Continental Centro-Oeste Ltda.	Rio Verde (GO)	R\$ 20 milhões	2002	implantação de uma fábrica de cerveja que pretende inicialmente abastecer os mercados de Goiás e de Brasília. A empresa contará com benefício fiscal por um período de sete anos aprovado pela comissão Executiva do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir)
Frigoríficos	Anhambi Agroindustrial Oeste	Sorriso (MT)	R\$ 4,5 milhões	2002 a 2003	além do abate de 60 mil frangos diários, terá uma fábrica de rações com capacidade de produção de 24 toneladas/hora
Frigoríficos	Maranata Ltda.	Brasnorte (MT)	R\$ 9,8 milhões	2002 a segundo semestre de 2003	abate de 500 cabeças de gado a partir de junho de 2003. O frigorífico atenderá a demanda da região de Brasnorte, que atualmente tem, em um raio de cerca de 100 km, 2,3 milhões de cabeças de gado
Produtos Alimentícios (arroz)	SantaLúcia Alimentos	Cuiabá (MT)	R\$ 20 milhões	2001	a opção pela cidade decorre do crescimento da produção de arroz no Estado, das vantagens tributárias e das facilidades logísticas
Produtos Alimentícios (arroz)	Urbano Agroindustrial	Sinop (MT)	R\$ 7 milhões	2001	instalação de unidade de beneficiamento com capacidade para 100 mil fardos de 30 quilos/mês. A empresa catarinense foi atraída pelo crescimento da produção de arroz na região e por incentivos governamentais (do governo estadual e da prefeitura)

Produtos Alimentícios (arroz)	Suliarroz	Sinop (MT)	não revelado	2001 a 2002	instalação de unidade de beneficiamento com capacidade para produzir 110 mil fardos em três anos. A empresa catarinense foi atraída pelo crescimento da produção de arroz na região e por incentivos governamentais (do governo estadual e da prefeitura)
Produtos Alimentícios	Mabel	Aparecida de Goiânia (GO)	R\$ 38 milhões	2002	transferência de seu centro administrativo de Ribeirão Preto (SP) para Goiás, com expansão de sua maior fábrica no País
Produtos Alimentícios	Mabel	Três Lagoas (MS)	R\$ 15 milhões	2002	aumentar a produção de biscoitos de 16 mil toneladas/ano para 50 mil toneladas/ano
Produtos Têxteis (beneficiamento de algodão)	Agropecuária Schneider Logemann, Esteve S.A. e Emparsanco	Campo Novo dos Parecis, Campo Verde e Diamantino (MT)	não revelado	2001	a modernização do parque de beneficiamento de MT está sendo incentivada pela expansão da cultura de algodão no estado

Fonte: Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 16
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Região Centro-Oeste
Grupo II – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Fertilizantes	Copebrás	Catalão (GO)	US\$ 150 milhões	2001	ampliação de seu complexo industrial para produção de fosfato concentrado
Fertilizantes	Fosferil / Ultrafertil	Catalão (GO)	US\$ 25 milhões	2001	abertura de nova planta, aumentando em 25% a produção anual de 1,3 milhão de toneladas de adubos
Fertilizantes	Fosferil / Ultrafertil	Catalão (GO)	entre US\$ 25 e US\$ 30 milhões	2002	ampliação e manutenção de suas unidades já instaladas
Madeira	Guavirá Industrial e Agroflorestal	São José do Rio Claro (MT)	R\$ 16,5 milhões	2001	expandir sua capacidade produtiva e suas exportações
Metalurgia (níquel)	Anglo American	Barro Alto (GO)	US\$ 750 milhões	2002	estima-se uma produção de 40 mil toneladas de níquel ao ano
Metalurgia (níquel)	CNT (grupo Votorantim)	Niquelândia (GO)	US\$ 50 milhões	2000 a 2001	eleva a produção de 17 mil para 20 mil toneladas anuais de níquel

Fonte: Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 17
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Região Centro-Oeste
Grupo III – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Máquinas Agrícolas	Indústria de Máquinas Fankhauser Ltda.	Rondonópolis (MT)	R\$ 6 milhões	2001	aproveitou-se dos últimos benefícios fiscais concedidos pela Sudam. Produz e exporta plantadeiras, pulverizadores e carretas graneleiras

Fonte: Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 18
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Região Nordeste
Grupo I – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Bebidas e Líquidos Alcoólicos	Ambev	Camaçari (BA)	R\$ 22 milhões	2001	a planta, que só produzia cervejas, passará a produzir refrigerantes Brahma, Antarctica e Pepsi
Bebidas e Líquidos Alcoólicos	Primo Schincariol	Caxias (MA)	R\$ 100 milhões	2001	nova planta com capacidade de produção de 1,5 milhão de hectolitros por ano de cerveja, 500 mil hectolitros de refrigerantes e o envasamento de água mineral
Bebidas e Líquidos Alcoólicos	Lovara Vinhos Finos Ltda. associada à Miolo	Lagoa Grande (PE)	US\$ 2 milhões	2001	associação das duas vinícolas para montar uma unidade industrial com capacidade para produzir 1 milhão de litros de vinhos por mês
Bebidas e Líquidos Alcoólicos	Santa Maria	Vale do Submédio São Francisco	US\$ 3,5 milhões	2001 a 2002	ampliação da área de plantio de uvas para 400 hectares
Bebidas e Líquidos Alcoólicos (vinho)	Dukos Vitivinícola	Lagoa Grande (PE)	R\$ 700 mil	2001	implementação de uma unidade industrial de vinho
Bebidas e Líquidos Alcoólicos (vinho)	Vitivinícola Santa Maria	Lagoa Grande (PE)	R\$ 2 milhões	2001	construção de uma nova adega, área de tancagem e uma linha de enchimento
Bebidas e Líquidos Alcoólicos (vinho)	Vitivinícola Lagoa Grande	Lagoa Grande (PE)	R\$ 1 milhão	2001	adaptar a estrutura da planta para a produção de vinhos finos
Calçados	Grendene	Ceará	US\$ 12 milhões	2000	a empresa quer fortalecer suas marcas e deixar de ser conhecida somente como maior fabricante de chinelos, apostando em novas linhas de calçados femininos feitos com materiais nobres como o couro
Calçados	Calçados Azaléia	Itaporanga D'Ajuda (SE) e Itapetinga (BA)	R\$ 47 milhões	2000 a 2001	as plantas estão em fase de expansão, além do investimento em tecnologia e desenvolvimento de produtos

Produtos Alimentícios (peixes)	Inverraz	baixo São Francisco (AL)	R\$ 100 milhões	não definido	grupo chileno que investiu na instalação de câmaras frigoríficas e unidades de processamento para produção de peixes em conserva e farinha de peixe
Produtos Alimentícios (peixes)	Inverraz	Penedo (AL)	US\$ 25 milhões	2001	investimento em viveiros, câmaras frigoríficas e unidades de processamento
Produtos Alimentícios	Avipal	Feira de Santana (BA)	R\$ 70 milhões	1998 a 2001	nova planta que agregará mais 150 mil cabeças/dia de aves à produção da empresa
Produtos Alimentícios	Chocolates Duffy Ltda.	Salvador (BA)	R\$ 2,5 milhões	2001	a fábrica está passando por obras de ampliação e modernização, principalmente com a compra de equipamentos de ponta
Produtos Alimentícios	Grupo Mauricéia	Luiz Eduardo Magalhães (BA)	R\$ 3 milhões	2001	instalação de duas unidades, uma de processamento de soja e armazenagem de grãos, para ração animal, e outra de abatedouro. Há benefícios concedidos pela prefeitura
Produtos Alimentícios	Bunge Alimentos	Uruçuí (PI)	R\$ 420 milhões	2002, conclusão não revelada	nova planta para industrialização de óleo e farelo de soja para atender os mercados do Norte e Nordeste. O empreendimento tem aporte financeiro equivalente a cerca de 9% do PIB do estado e será o maior investimento privado da história do mesmo. Além de terras abundantes, o Piauí se destaca pela logística, tanto em relação a áreas produtoras como ante os mercados consumidores
Produtos Têxteis	Agropecuária Shneider Logemann	Balsas (MA)	R\$ 1,5 milhão	2001	a empresa está implantando um parque beneficiador de algodão e escolheu a região devido ao menor custo de produção de algodão (30% inferior ao das lavouras localizadas no MT)
Produtos Têxteis	Cotton Tecnologia de Sementes S/A	Quixeramobim (CE)	US\$ 2 milhões	2001	empresa de beneficiamento destinada ao "deslintamento" do algodão

Fonte: Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 19
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Região Nordeste
Grupo II – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Acrílicos	Acrinor	Camaçari (BA)	US\$ 70 milhões	2000 a 2002	a partir de 2002 dobrará a capacidade atual de produção de 90 mil para 180 mil toneladas/ano de acrilonitrila, insumo para a produção de fibras acrílicas
Cerâmica	Incefra	Dias D'Ávila (BA)	R\$ 32 milhões	2001 a segundo semestre de 2002	implantação de duas unidades fabris. A opção pelo nordeste se deve ao fato de ser um mercado que vem crescendo a taxas superiores ao desempenho do mercado nacional nos últimos dois anos e de ter grande oferta de matéria-prima
Cerâmica	Cecrisa	Mossoró (RN)	não revelado	não definido	primeira empresa a se instalar no futuro pólo cerâmico do RN. A empresa se interessou principalmente pelas vantagens oferecidas pelos poderes públicos estadual e municipal, que deverão investir R\$ 2,8 milhões em infra-estrutura que inclui obras viárias, hídricas e elétricas
Cimento	João Santos, São Simão e Cimpor	Ituaçu (BA), Fronteiras (PI) e Alhandra (PB)	US\$ 500 milhões	2001 a 2003	construção de novas fábricas na região que apresenta hoje a segunda colocação no consumo de cimento (19%), atrás apenas do sudeste (53,5%)
Embalagens (aço)	Metalic	Ceará	US\$ 12 milhões	2001	ampliação de sua unidade do Nordeste que produzirá 900 milhões de latas de aço por ano a partir de setembro de 2001
Materiais de Construção	Corona	Aracaju (SE)	R\$ 20 milhões	2001	abertura de nova planta para onde serão transferidas todas as linhas de produtos populares que antes eram produzidos na planta de Guarulhos (SP)
Materiais de Construção	Daulux	Camaçari (BA)	R\$ 5 milhões	2001	nova planta de chapas de policarbonato alveolar. A unidade foi atraída pelas facilidades do Programa Bahiaplast

Material Plástico	Tubos Tigre	Camaçari (BA)	R\$ 1 milhão	não definido	a planta passará a fabricar um novo tubo de PVC, o Rib Loc, para drenagem de águas pluviais, o qual possui um excelente mercado no estado
Metalurgia (alumínio)	Alcotex do Brasil	Camaçari (BA)	US\$ 14 milhões	2000 a 2003	instalação de uma nova linha de produção de painéis de alumínio destinados à construção civil
Produtos de Borracha	Petroflex	Cabo de Santo Agostinho (PE)	US\$ 15 milhões	não definido	ampliação de sua planta de borrachas sintéticas
Produtos Químicos	Copene	Camaçari (BA)	US\$ 204 milhões	2000 a 2004	colocar em operação, em 2004, sua linha adicional de mais 300 mil toneladas/ano de eteno, criar infraestrutura para importar nafta e outros produtos, ampliar a produção de gasolina de 30 milhões para 50 milhões de litros/mês, iniciar a produção de GLP, inicialmente com 5 mil toneladas/mês
Produtos Químicos	Monsanto	Camaçari (BA)	US\$ 550 milhões	não definido a segundo semestre de 2001	serão fabricados inicialmente as matérias-primas básicas para o herbicida Roundup
Produtos Minerais Não-Metálicos	Companhia Vale do Rio Doce	Rosário do Catete (SE)	US\$ 67 milhões	2001 a 2006	aumentar a capacidade da mina do volume atual de 600 mil toneladas para 850 mil toneladas anuais, motivada pelas perspectivas de crescimento da demanda nacional de fertilizantes
Produtos de Plástico (bonecas)	Babybrink	Salvador (BA)	R\$ 4,5 milhões	2000 a 2001	a escolha por Salvador se deu pelos incentivos oferecidos pelo governo baiano, pela mão-de-obra acessível e pela proximidade do pólo petroquímico de Camaçari, que fornece matéria-prima
Siderurgia	Belgo-Mineira	Vitória (BA)	R\$ 120 milhões	2001	investimento para dotar a planta de Vitória com uma linha de perfis estruturais laminados

Fonte: Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 20
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Região Nordeste
Grupo III – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Automobilístico	Ford	Camaçari (BA)	US\$ 1,2 bilhão	2001	nova planta que objetiva chegar a 95% de nacionalização na produção
Autopeças	Bosch	Aratu (BA)	R\$ 500 mil	2001	produção de velas e baterias para motocicletas
Equipamentos (geração de energia eólica)	Wobben Windpower	Pecém (CE)	US\$ 5 milhões	2º semestre de 2001 e 1º semestre de 2002	transferência da produção de equipamentos para a geração de energia eólica para abastecimento do mercado interno de Sorocaba (SP) para Pecém (CE). Com a nova localização, a empresa ficará mais próxima de seus clientes e do mercado das regiões Norte e Nordeste, que está em expansão
Material Elétrico e de Telecomunicações	Brasfio Indústria e Comércio S/A	Catende (PE)	US\$ 2 milhões	2001	transferência da linha de produção de cabos de energia elétrica de São João da Boa Vista (SP) para Pernambuco, cuja unidade já produz fios e cabos de baixa tensão para energia elétrica e telefonia

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 21
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Região Norte
Grupo II – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Materiais de Construção	Brasilit	Belém (PA)	não revelado	2001	reestruturação da fábrica que passará a produzir telhas e caixas d'água com base no fio sintético PVA
Material Plástico (poliestireno)	Videolar	Manaus (AM)	US\$ 50 milhões	2000 a 2001	serão sete ou oito tipos de poliestireno destinados, prioritariamente, às indústrias eletroeletrônicas da Zona Franca, que chegarão ao mercado nos primeiros meses de 2002
Metalurgia (níquel)	Companhia Vale do Rio Doce	Carajás (PA)	US\$ 600 milhões	2000 a 2001	a Vale revisou um antigo estudo de exploração da jazida de 100 milhões de toneladas de minério e decidiu usar a rota de recuperação pirometalúrgica do níquel
Metalurgia (níquel)	Cia. Níquel Tocantins	TO	R\$ 46,5 mil	2001 a 2004	aumentar a capacidade de produção das atuais 16.500 toneladas para 21.500 toneladas anuais
Metalurgia (ouro)	Barrick Gold Corporation	Xingu (PA)	US\$ 5 milhões	2000 a 2003	investimento em pesquisa e estudos de pré-viabilidade na área e compra de áreas para exploração de ouro
Metalurgia (tântalo)	Mineração Taboca	Presidente Figueiredo (AM)	US\$ 130 milhões	2001 a 2003	ao final de três anos a Taboca deverá produzir 440 toneladas anuais de tântalo e se consolidar como maior fornecedora, capaz de abastecer cerca de 25% do mercado externo
Produtos Químicos	Croda do Brasil	Manaus (AM)	US\$ 2,5 milhões	2001	atualização e compras de novos equipamentos para colocar a empresa em um novo nicho de mercado: produção de especialidades químicas para os setores farmacêutico e cosmético

Produtos Minerais	Codelco / Barrick Gold Corporation	Amazônia (AM)	US\$ 5 milhões	2001 a 2003	joint venture formada para explorar em conjunto áreas mineralizadas de cobre e ouro
-------------------	------------------------------------	---------------	----------------	-------------	---

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 22
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Região Norte
Grupo III – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Equipamentos	Gree	Manaus (AM)	US\$ 20 milhões	2001	inauguração da planta produtora de equipamentos e sistemas de ar condicionado
Material Elétrico e de Comunicações	Philips	Manaus (AM)	US\$ 68 milhões	2001 a 2002	iniciar a produção de cinescópios para telas acima de 25 polegadas e de displays de cristal líquido (LCD), utilizados nos visores dos aparelhos celulares
Material de Telecomunicações	Samsung	Manaus (AM)	US\$ 6 milhões	2001	produção de celulares GSM (Global System Mobile)
Material de Telecomunicações	Hyundai Curitel / Dynacom	Manaus (AM)	US\$ 8 milhões	2001	parceria entre as duas empresas para construção de nova planta com capacidade para 50 mil aparelhos celulares CDMA por mês
Material de Telecomunicações	Siemens	Manaus (AM)	não revelado	não definido	nova unidade de aparelhos celulares GSM
Produtos Mecânicos	LG	Manaus (AM)	US\$ 15 milhões	2001 a 2003	nova fábrica para produção de modelos de ar-condicionado split e multi-split. O objetivo é liderar o segmento até 2003

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 23
Investimentos Anunciados para o Estado de São Paulo

Classificados Segundo Setor de Atividade Econômica (1) no Período de Janeiro a Dezembro de 2000 (2)

Setor	Nº de Empreendimentos	Valor (3) em US\$ Milhões	Participações (%)
INDÚSTRIA	445	14617,13	61,70
Alimentos e Bebidas	76	388,31	1,64
Automobilística	60	4264,59	18,00
Borracha e Plástico	22	102,04	0,43
Construção	6	49,88	0,21
Couro e calçados	6	18,47	0,08
Edição, Impressão e Gravações	5	26,56	0,11
Eletricidade, Gás e Água Quente	14	3217,68	13,58
Equipamentos Médicos, Ópticos, de Automação e Precisão	5	23,45	0,10
Extração de Petróleo	1	9,66	0,04
Fumo	1	11,06	0,05
madeira	12	371,22	1,57
Máquinas Escritório e Equipamentos Informática	7	59,51	0,25
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	12	372,70	1,57
Máquinas e Equipamentos	18	39,81	0,17
Material Eletrônico e Equipamentos Comunicação	17	237,40	1,00
Metalurgia Básica	14	940,75	3,97
Minerais Não-Metálicos	13	40,19	0,17
Móveis e Indústrias Diversas	17	19,35	0,08
Outros Equipamentos de Transporte	11	1078,91	4,55
Papel e Celulose	21	1272,61	5,37
Produtos de Metal (exclusive máquinas e equipamentos)	20	94,39	0,40
Produtos Químicos	65	1653,34	6,98
Refino de Petróleo e Alcool	5	239,44	1,01
Têxtil	11	84,39	0,36
Vestuário e Acessórios	6	1,42	0,01
COMÉRCIO	203	648,76	2,74

SERVIÇOS	448	8.372,05	35,34
OUTROS SETORES	11	52,21	0,22
TOTAL GERAL (4)	1107	23.690,15	100

Fonte: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Fundação SEADE. *Elaboração Própria.*

Nota: Pesquisa realizada a partir de anúncios publicados na gazeta Mercantil, Folha de S.Paulo, o Estado de S.Paulo, DCI e outros.

(1) Os investimentos anunciados foram classificados por setor de atividade conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, do IBGE.

(2) Anúncios de investimentos divulgados entre 01/01/00 e 31/12/00.

(3) Os valores divulgados em reais foram convertidos em dólares pela cotação média mensal do mês em que foi publicado.

(4) Segundo a metodologia adotada neste trabalho, todos os investimentos anunciados na imprensa são checados junto às empresas para confirmação do valor anunciado, do local e do setor de atividade.

Tabela 24
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Estado de São Paulo
Grupo I – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo

Setor	Empresa	Região de investimento	Montante	Período	Característica
Bebidas	Tecnosuco	Limeira	R\$ 600 mil	1998 a 2000	investimentos em equipamentos e modernização da produção para industrializar o suco de laranja
Bebidas	Shefa	Amparo	R\$ 1,2 milhão	2000	lançamento de uma bebida à base de soja elaborada com tecnologia americana inédita no Brasil
Bebidas	Dubar	Jundiaí	R\$ 200 mil	2000 e 2001	relançamento da bebida Absinto
Bebidas	Shefa	Amparo	US\$ 500 mil	2001	parceria com a Cooperativa Nacional dos Produtores de Leite do Uruguai para produzir leite longa-vida, o que duplicará a produção da Shefa para 12 milhões de litros mensais
Bebidas (café solúvel)	Nestlé	Araras	R\$ 100 milhões	2002 e 2003	nova planta para exportar o produto aos mercados da Europa central e oriental
Bebidas (energéticos)	Indústria Reunidas de Bebidas Tatuzinho - 3 Fazendas (IRB)	Rio Claro	R\$ 12,5 milhões	2000 e 2001	o objetivo perseguido pela IRB é tirar proveito da produção local, eliminando custos e ganhando escala
Bebidas (refrigerantes)	Refrigerantes Mogi	Mogi Guaçu	R\$ 1 milhão	2001 a 2002	mudança da sede da empresa de Mogi Mirim para o distrito industrial de Mogi Guaçu. A empresa dobrará a produção, as instalações e a área de atuação
Bebidas (sucos)	Sucos Del Valle	Americana	US\$ 30 milhões	1999	instalação da planta produtora de sucos
Bebidas (sucos)	Sucos Del Valle	Americana	R\$ 300 mil	2001	lançamento de uma linha de sucos para o público infantil, com investimentos na mudança da embalagem, adequação do produto e ações de marketing
Bebidas (sucos)	Sucos Del Valle	Americana	US\$ 5 milhões	2001	aumentar em cerca de 25% a capacidade produtiva da fábrica

Bebidas (sucos)	Natural Citrus	Colina	US\$ 2,5 milhões	2000	implantação de nova planta que atenderá o mercado interno e também exportará
Bebidas (suco de laranja)	Cargill	Bebedouro	não revelado	2001	ampliação dos investimentos na área de citros
Calçados	LWN Sportingoods	Itapira	R\$ 1,2 milhão	não definido	inauguração da planta em julho de 2001. A empresa montou uma linha de produção de calçados esportivos para atender grandes empresas do setor
Cosméticos	Nivea	Itatiba	R\$ 40 milhões	2001 a 2002	nova planta que iniciará com uma produção anual de 5 mil toneladas de cremes e loções, com previsão de atingir o dobro três anos depois. O nível de importação deve passar dos atuais 90% para 50%
Cosméticos	Dr. Tozzi Cosméticos	Águas de Lindóia	não revelado	2001	montar a nova planta para ampliar o volume atual de sabonetes e atender novas franquias
Líquidos Alcoólicos (vinho)	Belesso	Jundiaí	US\$ 2 milhões	2001	implantação de nova unidade industrial
Produtos Alimentícios	Germinal Aditivos para Alimentos	Cabreúva	R\$ 6 milhões	2000	transferência de sua unidade fabril de Diadema para Cabreúva, permitindo à empresa ampliar, no mínimo, em cinco vezes a capacidade produtiva, além de investir em tecnologia e no desenvolvimento de novos produtos
Produtos Alimentícios	Sanchez Cano Ltda. do Brasil	Jundiaí	R\$ 30 milhões	2001	segundo o diretor da empresa, ela foi atraída para a região por estar inserida numa zona próspera, onde funcionam indústrias de acentuada importância nos cenários nacional e internacional
Produtos Alimentícios	Arcor do Brasil	Bragança Paulista	R\$ 2,5 milhões	2001	reformulação de toda a linha de ovos de Páscoa e aumento de 20% na produção em comparação com 2000
Produtos Alimentícios	Nutron Alimentos	Campinas	R\$ 6 milhões	2001	investimentos em equipamentos e pesquisas para o lançamento de rações para cães e gatos do mercado Pet (animais de estimação)
Produtos Alimentícios	Arcor do Brasil	Bragança Paulista	US\$ 15 milhões	2002	ampliação da planta do município para conquistar 10% do mercado brasileiro de chocolates dentro de cinco ou seis anos, que hoje é de 2%

Produtos Alimentícios	Inaceres (joint-venture entre as firmas Agroceres e Inaexpo)	Rio Claro	R\$ 12 milhões	2001	instalação de uma fábrica para industrialização do palmito e implantação da sede da empresa
Produtos Alimentícios	Arcor do Brasil	Bragança Paulista / Rio das Pedras	R\$ 120 milhões	2001 a 2003	metade dos recursos será aplicada na modernização e ampliação das fábricas de Bragança Paulista, onde são produzidos chocolates, e de Rio das Pedras, onde se produz chicletes, balas e pirulitos, que terão a capacidade instalada ampliada em 50%. Outros R\$ 60 milhões serão destinados ao desenvolvimento de novos produtos, ações de marketing, novas tecnologias e canais de distribuição
Produtos Alimentícios	Hikari	Campina do Monte Alegre	R\$ 3 milhões	2001 a 2002	implantação de nova planta com alguns benefícios concedidos pela prefeitura
Produtos Alimentícios	Casa do Pão de Queijo	Itupeva	R\$ 10 milhões	2001	a cidade foi escolhida para sediar a nova planta por causa de sua localização, pois estando próxima a um futuro anel viário, dará maior agilidade à distribuição
Produtos Alimentícios	Yoki Alimentos	São Bernardo do Campo	R\$ 8 milhões	2001	nova planta produtora de salgadinhos à base de milho com objetivo de disputar diretamente com a Elma Chips, que detém 55% do mercado nacional de salgadinhos
Produtos Alimentícios	Santista Alimentos (grupo Bunge Alimentos)	São José dos Campos	R\$ 750 mil	2º semestre de 2001 e 1º semestre de 2002	diversificação do mix atual de produtos para ampliar sua participação no mercado tradicional de massas e ganhar espaço em segmentos ainda pouco explorados
Produtos Alimentícios/ Bebidas	Parmalat Brasil	Jundiaí	R\$ 60 milhões	1998 a 2000	implantação de duas plantas: uma produtora de leite pasteurizado e longa vida, iogurtes e suco de laranja, e outra responsável pela produção de biscoitos e bolinhos
Produtos Alimentícios(biscoitos)	Marilan Alimentos S/A	Marília	R\$ 8 milhões	2001	agregar nova linha de produção, lançando novas linhas de biscoitos

Produtos Alimentícios(biscoitos)	Parmalat Brasil	Jundiaí	R\$ 12 milhões	2001	mudança de apresentação dos produtos e fabricação da linha de amanteigados
Produtos Alimentícios (cereais matinais)	Grain Mills	Sorocaba	US\$ 12,8 milhões	2001	transferência de três unidades (duas em São Paulo e uma em Campinas) para Sorocaba a partir de janeiro de 2001 para ampliar a capacidade produtiva e manter-se competitiva. Incentivos fiscais em Sorocaba
Produtos Alimentícios (cremes vegetais à base de coco)	Cola Dairy Products	Sorocaba	US\$ 5 milhões	2001	os empresários escolheram Sorocaba após uma pesquisa minuciosa que levou em conta a infraestrutura, a logística de exportação, a qualidade de vida e incentivos. O levantamento analisou ainda Jundiaí, Indaiatuba e Hortolândia, em SP, e Curitiba, São José dos Pinhais e Ponta Grossa, no PR
Produtos Alimentícios (ingredientes e produtos para grandes empresas)	Carino Produtos Alimentícios Ltda	Marília	US\$ 500 milhões	2001	aquisição de mais equipamentos e ampliação de 2 mil m² da fábrica que hoje ocupa 5 mil m²
Produtos Alimentícios (laticínios)	Royal Numico	Mococa	não revelado	2001	renovação de parte do maquinário, mas sem ampliações da planta
Produtos Alimentícios (matéria-prima para a indústria de panificação e confeitaria)	Emulzint	Jundiaí	não revelado	2000	investimento em inovação tecnológica como uma das principais estratégias para garantir a exclusividade de produtos
Produtos Alimentícios (orgânicos e naturais)	KW (divisão da Wessanen do Brasil)	Mogi das Cruzes	R\$ 1,5 milhão	2002	diversificação do mix atual para incrementar seus negócios no mercado nacional, e transformar a divisão KW em principal foco do grupo holandês em todos os países em que atua

Produtos Farmacêuticos	Byk Química e Farmacêutica	Jaguariúna	US\$ 56 milhões	1999 a 2001	a fábrica de Jaguariúna produzirá mais de 60 medicamentos com mais de 200 apresentações diferentes. O laboratório vai desativar suas linhas de produção na Argentina em 2002 e a demanda no Mercosul será atendida pela unidade brasileira
Produtos Farmacêuticos	Medley e SEM	Campinas e Hortolândia	US\$ 10 milhões	2001 a 2002	dominam juntas 67% do mercado brasileiro de medicamentos genéricos, investem em novos produtos, testes de bioequivalência e biodisponibilidade, qualidade e ampliação do parque industrial
Produtos Farmacêuticos	Laboratório Cristália	São Paulo e Itapira	R\$ 5 milhões	2001	produção de cinco anti-retrovirais utilizados no tratamento de pacientes soropositivos
Produtos Farmacêuticos	Laboratório Cristália	São Paulo e Itapira	R\$ 3,3 milhões	2001	ingresso no mercado de medicamentos genéricos com lançamento de doze novos remédios
Produtos Farmacêuticos	EMS-Sigma Pharma	Hortolândia	US\$ 30 milhões	2001 a 2002	construção de uma planta para aumentar a produção de genéricos
Produtos Farmacêuticos	Schott	Itupeva	R\$ 15 milhões	2001	nova planta com produção de ampolas e frascos de vidro para a indústria farmacêutica
Produtos Farmacêuticos	Galena Química e Farmacêutica	Campinas	US\$ 6 milhões	a partir de 2002	construção de uma fábrica para a produção e síntese farmacêutica e de novos produtos
Produtos Farmacêuticos	Bayer S/A	São Paulo	US\$ 25 milhões	2000 a 2001	modernização do complexo farmacêutico, reduzindo a importação de 21 para 2 medicamentos e aumento das exportações
Produtos Farmacêuticos, Médicos	Vacurette do Brasil	Americana	R\$ 15 milhões	2001 a 2005	será montado um centro de distribuição e produção de materiais para pesquisa biotecnológica. Segundo o diretor da empresa fabricante de tubos para coleta de sangue à vácuo, optou-se pela região de Campinas por estar estrategicamente centrada num rico pólo de desenvolvimento
Produtos Laboratoriais	ABT Laboratories do Brasil	Itu	US\$ 5 milhões	2001 a 2003	instalação da unidade que atua no fracionamento de microorganismos utilizados no tratamento de esgoto e fossas

Produtos Têxteis	Ober S/A	Nova Odessa	US\$ 15 milhões	2001	investimento em novos equipamentos e ampliação de 20 mil m² de sua área fabril
Produtos Têxteis	Pólo têxtil de Americana	Americana	US\$ 200 milhões	2000	modernização do parque industrial, que proporcionou maior qualidade aos produtos e estabilização dos custos no processo industrial. As vendas para o mercosul correspondem a 67% do total comercializado com o mercado internacional
Produtos Têxteis	Seiren Produtos Automotivos Ltda.	Votorantim	R\$ 5 milhões	2001 e 2002	transferência da unidade de Diadema para Votorantim devido aos incentivos fiscais oferecidos pelo município. A empresa é fabricante de tecidos para revestimentos de bancos e interiores de veículos
Produtos Têxteis	Noitex Indústria e Comércio de Malhas	Guararema	R\$ 3,9 milhões	2001	transferência de suas duas plantas da capital paulista para Guararema, formando uma única unidade fabril de tecido sintético e fibra natural, cuja área foi doada pela prefeitura do município
Produtos Têxteis	Blazer Brasil	São José dos Campos	R\$ 1,5 milhão	1995 a 2000	destinado principalmente à compra de equipamentos de alta tecnologia disponíveis para o setor de alfaiataria
Produtos Têxteis	S Trevisan Confecções	Itapira	R\$ 100 mil	2001	nova fábrica de camisas masculinas
Produtos Têxteis	Polyenka	Americana	US\$ 5 milhões	2001	sob nova direção, a empresa passará por um processo de modernização e expansão da produção de 2,8 mil para 3,3 mil toneladas/mês de poliéster, elevando a capacidade instalada de 33,6 mil para 40 mil toneladas por ano
Produtos Têxteis	Sealy	Sorocaba	R\$ 30 milhões	2001	implantação da primeira unidade no Brasil. A empresa produtora de colchões de mola atenderá às demandas brasileira e do Uruguai, Paraguai, Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia
Produtos Têxteis	Universal	Jundiaí	US\$ 10 milhões	2001 a 2003	empresa fabricante de fios para a indústria têxtil, como elastano e tencel. Expansão da capacidade produtiva para 800 toneladas/mês

Produtos Têxteis (brinquedos de pelúcia e cobertores)	joint-venture entre as chinesas Maiya e Tonoshi	Novo Horizonte	US\$ 1,1 milhão	2002	os empresários foram atraídos pela diminuição da carga tributária sobre seus produtos e pela doação do terreno pela prefeitura
Produtos Têxteis (colchões)	Serta do Brasil	São João da Boa Vista	R\$ 600 mil	2001 e 2002	objetivo de dobrar a produção em 18 meses
Produtos Têxteis (meias e cuecas)	Lupo	Araraquara	US\$ 2 milhões	2000	incrementar a produção da linha feminina (meia-calça e soquete fina) para alcançar o primeiro lugar no mercado em três anos
Produtos Têxteis (náilon)	Radici Nylon	São José dos Campos	R\$ 65 milhões	2000 a 2005	ampliar a produção para 7,5 mil toneladas de náilon por ano, sendo 80% da produção para o mercado interno e o restante para a América Latina, principalmente Argentina e Chile
Produtos Têxteis (náilon)	Fibra DuPont	Americana	US\$ 250 milhões	2000	uma das quatro fábricas do mundo a usar a mais avançada tecnologia na fabricação de fios de náilon
Produtos Veterinários	Produtos Veterinários Ouro Fino	Cravinhos	R\$ 15 milhões	segundo semestre de 2001	investimento na construção de uma nova planta para atender ao aumento nas vendas de 20% a 30% ao ano, com destaque para as exportações
Sucroalcooleiro	Usina São João	Araras	R\$ 19 milhões	2001	aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos. Haverá reforma do parque industrial da usina e compra de máquinas e implementos agrícolas
Sucroalcooleiro	Grupo Balbo	Sertãozinho	R\$ 21 milhões	2001	co-geração de energia a partir do bagaço da cana
Sucroalcooleiro	Companhia Energética Santa Elisa	Sertãozinho	R\$ 44 milhões	2001 a 2002	elevar a co-geração de 10 para 30 MW
Sucroalcooleiro	Alto Alegre	Sertãozinho	R\$ 63 milhões	2001	co-geração de energia a partir do bagaço da cana
Sucroalcooleiro	Cerradinho	Sertãozinho	R\$ 17,8 milhões	2001	co-geração de energia a partir do bagaço da cana
Vinagre	Castelo	Jundiaí	R\$ 3 milhões	2001	modernização do setor tecnológico e desenvolvimento de novos produtos, como por exemplo, temperos

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 25
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Estado de São Paulo
Grupo II – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários

Setor	Empresa	Região de investimento	Montante	Período	Característica
Celulose	Ripasa	Limeira	US\$ 200 milhões	2001 a 2003	programa de ampliação da produção de celulose de 800 ADTB/d para 1500 ADTB/d
Celulose	Lwarcel	Lençóis Paulista	R\$ 90 milhões	2º semestre de 2001 e 1º semestre de 2002	nova caldeira com capacidade de queima de 700 toneladas/dia de sólidos secos e geração de vapor a 485 graus centígrados, substituindo dois antigos fornos de recuperação química
Fundição (alumínio)	Magal	Monte Mor	US\$ 21 milhões	2000 a 2004	investimentos em novos equipamentos para a produção de carcaças de transmissão, câmbio ou motor para veículos pesados
Gases Industriais	Air Liquide do Brasil	Campinas	R\$ 800 milhões	2001	aumento da capacidade produtiva para dobrar o volume mensal de compressão de oxigênio de 80 mil para 160 mil metros em seis meses
Gases Industriais	White Martins	Americana	R\$ 60 milhões	2001	nova fábrica dos gases industriais oxigênio, nitrogênio e argônio
Material de Construção	Uralita	Itu	US\$ 40 milhões	2001 a 2005	inauguração da quinta unidade nacional, a qual lançará uma linha e soluções para telhado em concreto. A nova unidade é parte de um projeto global de investimentos com o montante mencionado
Material de Construção	Uralita	Leme	R\$ 3 milhões	2001	reestruturação da unidade produtora de telhas para atender aos padrões de produção do mercado europeu
Material de Construção	Japi Indústria e Comércio	Jundiaí	R\$ 600 mil	2001	compra de equipamentos para produção de caixas d'água

Material de Construção	Rivoli SpA	Salto	US\$ 2,35 milhões	2001 a 2002	implantação de uma unidade de produção de cozinhas e sanitários para grandes construções. A escolha da cidade levou em conta a localização e os benefícios da prefeitura nos mecanismos burocráticos para a instalação efetiva da unidade
Material Plástico	GE Plásticos	Campinas	não revelado	2001	ampliar a produção de plásticos de engenharia em 40% ainda em 2001, adequando a capacidade produtiva ao crescimento da demanda do mercado brasileiro de 26% em 2000 e de 15% previsto para 2001
Material Plástico	Reali Plásticos	São João da Boa Vista	R\$ 300 mil	2000 a 2001	produção de tampas plásticas com lacre para garrações de água de 20 litros. Investimento de R\$ 100 mil na montagem da unidade e R\$ 200 mil na compra de novos equipamentos até o final de 2001
Material Plástico	Novoplastic S/A	Jundiaí	US\$ 2 milhões	2001	investimento em máquinas para aumentar a produção de produtos PEAD (Polietileno de Alta Densidade), visando os mercados de telecomunicações e energia elétrica
Material Plástico	Franplast	Louveira	R\$ 600 mil	primeiro semestre de 2001	aumento de 40% na produção de material plástico reciclado
Material Plástico	Tech Industries do Brasil	Jundiaí	US\$ 300 mil	2001	aquisição de novo equipamento para elevar a produção de tampas para indústria de cosméticos em 25%
Material Plástico	Betts Brasil	Jundiaí	R\$ 5 milhões	2001	implantação de nova planta produtora de embalagens plásticas para indústrias de cosméticos, como tampas plásticas para desodorantes e tubos laminados
Material Plástico	Oliveira & Silva	Jundiaí	US\$ 250 mil	2001	nova planta que gerará 40 novos postos de trabalho
Material Plástico	Intertank	Jundiaí	US\$ 5 milhões	2001	instalação de nova planta que gerará 170 empregos
Material Plástico	National Starch	Jundiaí	US\$ 1,2 milhão	2001	construção de uma planta para a produção de adesivos naturais e sintéticos

Material Plástico	Iber - Oleff	Salto	US\$ 15 milhões	2002 a 2003	instalação de planta produtora de componentes plásticos para as indústrias de automóveis e de eletrônica destinada a bens de consumo. A prefeitura concedeu benefícios à empresa
Material Plástico	Expambox	Artur Nogueira	R\$ 4 milhões	2001	nova planta de acessórios para banheiro que produzirá boxes retráteis em plástico PVC
Material Plástico (brinquedos)	Biemme do Brasil	Lorena	US\$ 5 milhões	2001	instalação da planta de brinquedos, que foi transferida da Argentina
Material Plástico (garrafas PET)	Parmalat	Jundiaí	R\$ 18 milhões	2000 e 2001	a empresa ingressou no mercado de bebidas (sucos concentrados e isotônicos) em garrafas PET, substituindo as de vidro
Material Plástico (poliestireno)	Basf	Guaratinguetá	US\$ 10 milhões	2000	quadruplicação da capacidade produtiva da fábrica, que passa para 40 mil toneladas/ano, volume suficiente para atender toda a demanda do mercado interno
Material Plástico (polipropileno)	Polibrasil	Mauá	US\$ 230 milhões	2001 a 2002	expansão da produção de polipropileno para 620 mil toneladas/ano
Material Plástico (polipropileno)	Polibrasil	Mauá	US\$ 217 milhões	2001 a 2004	nova unidade produtora de polipropileno, projetada para processar 300 mil toneladas do plástico, aumentando a capacidade total de produção da empresa em 40% nos próximos 3 anos e utilizando como matéria-prima o gás propeno da Refinaria de Capuava (Recap)
Metalurgia	Companhia Brasileira de Latas	Lins	R\$ 2,5 milhões	2001	produção de embalagens para carne, óleo vegetal, café e energéticos, numa capacidade instalada para 50 milhões de latas/mês. A instalação da unidade na região oeste de São Paulo, onde ficam os principais frigoríficos exportadores, permitirá a redução de 10% a 15% nos gastos com transporte
Metalurgia	Gonvarri	Hortolândia	R\$ 80 milhões	2001	construção de um novo centro de distribuição e serviço projetado para processar 400 mil toneladas ao ano de aço

Metalurgia	Solac (Grupo Pirelli)	Jacareí	US\$ 250 mil	2002	modernização de sua unidade fabril de vergalhões de cobre, com crescimento previsto de 7% no volume de produção
Metalurgia (aço galvanizado)	B. Bosch Galvanização do Brasil	Jundiaí	US\$ 8 milhões	2001	os recursos serão aplicados principalmente em tecnologia, para desenvolver o mercado no País e elevar o conceito de galvanização
Metalurgia (alumínio)	Sasazaki	Marília	US\$ 4 milhões	2001	aumentar a produção da linha Alumínio de 70 toneladas/mês para 200 toneladas/mês até 2001
Metalurgia (alumínio)	Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)	Alumínio	US\$ 350 milhões	2001a 2003	o objetivo é elevar a produção atual de 240 mil toneladas por ano para pelo menos 340 mil toneladas a partir de 2003
Metalurgia (alumínio)	Alcan	Pindamonhangaba	US\$ 30 milhões	2001	aumentar o volume de reciclagem de alumínio de 80 para 120 mil toneladas por ano
Papel	Klabin Kimberly	Cruzeiro	R\$ 1 milhão	2002	investimento para ampliar a participação no mercado brasileiro de papel higiênico, que está em 28,3%. A empresa também produz guardanapos e lenços de papel
Papel (papel moeda e papéis de segurança)	Papel Salto	Salto	US\$ 10 milhões	novembro de 2000 a abril de 2003	modernizar a fábrica para recuperar o mercado perdido após a importação pelo Brasil de dinheiro de plástico da Austrália
Papel e Celulose	VCP - Votorantim Celulose e Papel	Luiz Antônio	US\$ 23 milhões	2000 a 2001	reforma na linha de produção, aumentando a produtividade da planta em 35 mil toneladas de papel por ano
Papel e Celulose	VCP - Votorantim Celulose e Papel	Jacareí	US\$ 550 milhões	2001a 2003	ampliação da unidade instalada na cidade
Papel e Embalagens	Rigesa Westvaco	Valinhos	US\$ 16 milhões	segundo semestre de 2000 até segundo semestre de 2002	o valor será aplicado na aquisição de novos equipamentos, na reforma do prédio atual, possibilitando um aumento de até 50% da capacidade de produção de embalagens de papelcartão que é atualmente de sete mil toneladas métricas por mês

Papel e Embalagens	Impressora Brasil (Embala Brasil)	Jaú	R\$ 3 milhões	2001 a término não definido	a empresa colocará em operação a segunda planta industrial em Jaú voltada especificamente à produção de embalagens para a indústria alimentícia
Papel e Embalagens	Scholle do Brasil	Vinhedo	US\$ 10 milhões	2001 a 2002	nova planta de embalagens flexíveis para produtos alimentícios e não alimentícios. A escolha da cidade levou em consideração fatores como benefícios concedidos pela prefeitura e principalmente a logística
Petrolífero	Petrobras	Paulínia	US\$ 300 milhões	2001 a 2011	a Refinaria de Paulínia receberá investimentos para a atividade industrial e ampliação da capacidade instalada da refinaria
Petrolífero	Petrobras	Paulínia	US\$ 700 milhões	2001 a 2002	a Replan passará a refinar cerca de 76% de petróleo marfim ainda em 2001, extraído na grande maioria na bacia de Campos (RJ). A partir de 2002 a capacidade total da Replan será ampliada para 360 mil barris por dia
Petrolífero	Replan (Refinaria de Paulínia)	Paulínia	US\$ 70 milhões	2001 a 2003 (ou 2004)	eleva a capacidade de refino de petróleo em 10% para ampliar a competitividade da planta, a qual concorrerá no mercado livre que surgirá a partir de 2002
Produtos de Cerâmica	Cerâmica Atlas	Tambaú	R\$ 5 milhões	2001	desenvolvimento de um novo processo de assentamento de pastilhas de porcelana para revestimento que permitirá um ganho de 30% na produtividade
Produtos de Cerâmica	Nardini Cerâmica	Santa Gertrudes	não revelado	2001	entrará em operação em maio e produzirá pisos e revestimentos de alta qualidade
Produtos de Cerâmica	Pólo Cerâmico de Santa Gertrudes	Santa Gertrudes	R\$ 60 milhões	2001	seis novas indústrias entrarão em operação e a participação no mercado nacional aumentará para 45%

Produtos de Cerâmica	Cerâmica Selecta (grupo Uralita)	Itu / Leme	R\$ 10 milhões	2001	R\$ 7 milhões foram aplicados na unidade de Itu para ampliar a produção para 19 mil toneladas mensais até o final de 2001 e aumentar a participação do grupo no mercado brasileiro de 30% para 45%. Outros R\$ 3 milhões foram aplicados na unidade de Leme para um processo de modernização
Produtos Químicos	Rhodia	Paulínia	US\$ 4 milhões	segundo semestre de 2001 até segundo semestre de 2002	otimização de sua Estação de Tratamento de Efluentes Orgânicos com redução de 70% do tamanho da atual área da estação, agilizando o processo de tratamento e eliminando o risco de emanção de odores para fora da área da empresa
Produtos Químicos	Exxon Química do Brasil	Paulínia	US\$ 30 milhões	1999	instalação da planta no Pólo Petroquímico de Paulínia para fabricação de plastificantes
Produtos Químicos	Alcoa	Sorocaba	R\$ 10 milhões	2001	montagem de uma linha de anodização de perfis (processo industrial eletroquímico no qual o alumínio é aplicado a um banho que torna-o mais espesso, uniforme e resistente) e construção de um armazém centralizador de estoques para atender a região sudeste
Produtos Químicos	Copebrás	Cubatão	US\$ 15 milhões	2000	implantação de uma segunda unidade produtiva de tripolifosfato de sódio, insumo importante na fabricação de detergentes
Produtos Químicos	Croda do Brasil	Campinas	US\$ 2,5 milhões	2001	construção de um laboratório para produção de lanolina para os setores farmacêutico e cosmético
Produtos Químicos	Petrobras e Basf	Guaratinguetá	US\$ 270 milhões	2002 a 2004	duas novas plantas: uma de ácido acrílico cru e glacial que servirá de matéria-prima para a outra de SAP (polímero superabsorvente). A Petrobras terá participação de 35% e a Basf de 65% na nova unidade fabril

Produtos Químicos	Eka Chemicals do Brasil e Ripasa	Limeira	US\$ 7 milhões	2001 a 2002	construção de uma unidade produtora de dióxido de cloro na fábrica de celulose da Ripasa. Com isso, a Ripasa substituirá seu atual processo de fabricação de papel, o que aumentará a qualidade de seu produto e reduzirá o impacto ambiental causado pelo atual sistema
Produtos Químicos	Basf	Guaratinguetá	US\$ 13 milhões	2001	inauguração da fábrica de acrilato de butila, matéria-prima para a produção de dispersões acrílicas para as indústrias de tintas e revestimentos, adesivos e têxtil
Produtos Químicos	Exxon Química do Brasil	Paulínia	não revelado	2002	ampliação de sua linha de produção que passará a produzir plastificantes de alta performance, destinados a aplicações que exigem resistência a altas temperaturas como nas indústrias automobilísticas e de fios e cabos
Produtos Químicos (adesivos)	Sovereign Specialty Chemicals	Campinas	não revelado	não definido	a empresa norte-americana comprou uma fábrica da britânica Croda International em Campinas e pretende, assim, expandir sua atuação para todo o continente americano
Produtos Químicos (adesivos)	Sovereign Specialty Chemicals	Vinhedo	US\$ 4 milhões	2001	construção de planta fabril, com transferência da produção de adesivos da planta de Campinas para Vinhedo
Produtos Químicos (catalisadores químicos)	Degussa - Hüls	Americana	US\$ 5 milhões	2001	construção de uma fábrica em Americana a qual iniciará as atividades em abril de 2001 para atender à demanda da Monsanto do catalisador D-1000, utilizado como matéria-prima do herbicida Roundup
Produtos Químicos (catalisadores químicos)	Degussa - Hüls	Americana	US\$ 60 milhões	2001 a 2004	processo que transformará o complexo industrial instalado em Americana na base de operações para o Brasil e América do Sul. A razão principal dessa estratégia é aproveitar a sinergia entre as unidades e ficar próximo dos clientes, também concentrados na região

Produtos Químicos (eteno)	Petroquímica União	São José dos Campos e Capuava	US\$ 100 milhões	não definido	ampliação da produção em 130 mil toneladas por ano, hoje na casa das 500 mil toneladas
Produtos Químicos (herbicidas)	Monsanto	São José dos Campos	US\$ 51 milhões	2001	instalação da segunda unidade Dry para produção do herbicida Roundup
Produtos Químicos (pinturas automotiva e industrial)	PPG Industrial do Brasil	Sumaré	US\$ 200 milhões	2001 a 2006	a PPG detém 40% do mercado de pintura automotivo e tem como clientes montadoras como a Ford, General Motors, Toyota, Fiat, Volkswagen
Produtos Químicos (polipropileno)	Companhia Petroquímica Paulista (CPP)	Paulínia	US\$ 180 milhões	entre 2003 e 2004	a CPP terá que investir cerca de US\$ 2,5 milhões em estudos ambientais na região
Siderurgia	Cosipa	Cubatão	US\$ 250 milhões	2001	reforma do maior alto-forno da usina de Cubatão e inauguração da nova unidade de lingotamento contínuo
Siderurgia	Usiminas	Taubaté	US\$ 18 milhões	2000	investiu para importar equipamento e tecnologia da norte-americana Thermatool e já colocou em operação a fabricação do perfil eletrosoldado, batizado de Usilight
Siderurgia	Gerdau	Araçariguama	US\$ 250 milhões	2001	nova usina dedicada à produção de vergalhões para atender à crescente demanda por aço impulsionada por grandes obras de infra-estrutura rodoviária, como as previstas para serem realizadas em São Paulo, entre elas o Rodoanel

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 26
Investimentos nas Macrorregiões Brasileiras por Setor – Estado de São Paulo
Grupo III – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Automobilístico	Honda	Sumaré	US\$ 30 milhões	2000 e 2001	US\$ 24 milhões foram destinados em 2000 para finalizar e nacionalizar suas operações no país. US\$ 6 milhões serão destinados em 2001 para aumentar a produção de 20 mil para 25 mil unidades de Honda Civic
Automobilístico	Toyota do Brasil	Indaiatuba	US\$ 240 milhões	2001 a término não especificado	reestruturação e ampliação do parque industrial com o objetivo de elevar o índice de nacionalização do Corolla dos atuais 60% para 80% e, conseqüentemente reduzir seu custo final
Automobilístico	Toyota do Brasil	Indaiatuba	US\$ 300 milhões	2001	triplicação da capacidade de produção anual do sedã Corolla, de 15 mil para 45 mil unidades
Automobilístico	Honda Automóveis do Brasil	Sumaré	US\$ 200 mil	2001	montagem do câmbio do Civic, elevando para 70% o índice de nacionalização do veículo
Automobilístico	Honda Automóveis do Brasil	Sumaré	US\$ 100 milhões	2002 a 2003	produção do Honda Fit, o que levará à alteração da linha de produção e instalação de ferramental adequado para produzir o novo carro
Automobilístico	Volkswagen	São Bernardo do Campo	R\$ 2 bilhões	2º semestre de 2001 e 1º semestre de 2002	construção de uma nova planta dentro de outra já existente para a linha de montagem do Polo, carro mundial da marca que foi lançado na Europa. A capacidade da nova linha deverá ser atingida em 2004 com cerca de 5 mil funcionários somados aos 500 outros dos fornecedores
Autopeças	Delphi	Piracicaba	US\$ 1,8 milhões	2001	compra de equipamentos para a produção de baterias
Autopeças	Bosch Freios	Campinas	US\$ 20 milhões	2001 a 2003	adequar a capacidade de produção para o atendimento de novos contratos assinados em 1999 e 2000 com a Peugeot, Renault e Volkswagen

Autopeças	Fundição Luk	Mogi Mirim	R\$ 50 milhões	2001 e 2002	o objetivo é elevar a produção de 70 mil para 110 mil toneladas de peças por ano até o final de 2002. A empresa fabrica discos de freio, tambores de freio, volantes de motores, carcaças e placas de pressão para embreagens
Autopeças	ZF do Brasil	Sorocaba	US\$ 14 milhões	2000	montagem de uma linha de produção de transmissão automática para veículos comerciais Ecomat
Autopeças	Eaton do Brasil	Mogi Mirim	US\$ 70 milhões	2000 a 2002	construção de nova planta para produção de 60 mil kits de componentes de transmissão por ano, exclusivamente para os caminhões médios da Mercedes-Benz
Autopeças	Mahle MMG	Mogi Guaçu	US\$ 3,5 milhões	2001	ampliação da linha de produção de camisas de cilindro para a General Motors, com a qual fechou um contrato de cinco anos
Autopeças	ZF do Brasil	Sorocaba	US\$ 12,5 milhões	2001	inauguração de uma terceira unidade na cidade destinada a ampliar as ações (fabricação de eixos e transmissões para veículos agrícolas) no Mercosul junto às montadoras de maior porte instaladas nesse eixo
Autopeças	PST Eletrônica	Campinas	US\$ 1,5 milhão	2000	investimento na compra de equipamentos, tecnologia e contratação de novos funcionários para a produção de painéis eletrônicos para caminhões
Autopeças	Pecval	Indaiatuba	não revelado	2001	a planta fornecerá peças plásticas para a Toyota, empresa também instalada no município
Autopeças	Italtractor Landroni Ltda	Atibaia	US\$ 30 milhões	2001 a 2004	construção de uma planta que produzirá roletes e esteiras para tratores, além dos seus componentes
Autopeças	Eaton do Brasil	Mogi Mirim	US\$ 1,2 milhão	2001	desenvolvimento de uma nova embreagem para participação inédita no mercado de ônibus
Autopeças	Bosch	Campinas	R\$ 500 mil	2001	produção de peças para motocicletas (cachimbos, buzinas, correias e filtros de ar)

Autopeças	Elring Klinger	Piracicaba	R\$ 1,9 milhão	2001	lançamento no mercado automobilístico de uma junta de cabeçote revestida por um processo de silk screen, cuja técnica reduz custos pois substitui a borracha para vedação das juntas por silicone
Autopeças	Plastic Omnium	Taubaté	R\$ 22 milhões	2000 a 2001	fábrica de pára-choques e frisos de portas. Estrategicamente localizada na mesma cidade que abriga a Volkswagen e próxima, tanto de São José dos Campos(SP) onde está a GM, quanto da PSA Peugeot Citroën de Porto Real (RJ)
Autopeças	DBW	Itapira	R\$ 5 milhões	2001	transferência da unidade de Amparo (SP) para Itapira para garantir um padrão de qualidade internacional, reduzir custos e tornar-se mais competitiva no mercado internacional
Autopeças	Auto Pira	Piracicaba	R\$ 900 mil	2001	aumento de 20% no fornecimento de peças para a Volkswagen
Autopeças	Mahle MMG	Mogi Guaçu	US\$ 20 milhões	2001	produção de filtros em uma nova planta no município, a qual terá como objetivo aumentar a participação da companhia para 10% das vendas brasileiras no segmento de reposição em três anos
Autopeças	Edscha	Sorocaba	R\$ 15 milhões	2001	centralização da produção na nova unidade de Sorocaba com fechamento da unidade de Curitiba (PR). O motivo é a maior disponibilidade de mão-de-obra qualificada e a proximidade da cidade com os principais fornecedores e clientes da empresa
Autopeças	TRBR Indústria e Comércio (grupo Tokai Rika)	Pindamonhangaba	R\$ 1,8 milhão	2001	será responsável pelo fornecimento de componentes plásticos para o Corolla, modelo de automóvel da Toyota. A empresa foi beneficiada pelos incentivos oferecidos pela prefeitura, como isenção de impostos

Autopeças	Fundição Magal	Monte Mor	R\$ 14,5 milhões	2002	os recursos financiarão a aquisição da terceira máquina para injeção de alumínio em alta pressão destinada a fabricação de peças de grande porte para picapes e caminhões, a construção do galpão que abrigará o novo equipamento e a manutenção do programa de ampliação da seção de usinagem. Serão mais três máquinas automáticas. De 1999 a 2003, a empresa realiza uma fase de investimentos de mais de R\$ 7,5 milhões na reestruturação do parque industrial
Autopeças	Bosch	Campinas	R\$ 100 milhões	2002	desenvolvimento de novos produtos para o setor automotivo e ampliação de 8% na atuação no segmento de reposição, chamado de "after market"
Aviação	Embraer	Gavião Peixoto	US\$ 1,7 bilhão	2001 a 2005	US\$ 250 milhões na melhoria dos processos de produção e US\$ 1,45 bilhão no desenvolvimento de novos produtos como aviões corporativos e militares
Aviação	Indústria Aeronáutica Neiva	Botucatu	R\$ 26 milhões	2000 e 2001	a subsidiária da Embraer em Botucatu fabricará o avião de treinamento avançado de pilotos ALX
Bens de Capital	Indústrias Romi S/A	Santa Bárbara D'Oeste	R\$ 7 milhões	2000	recursos direcionados para as áreas de engenharia
Bens de Informática	Hewlett-Packard (HP)	Campinas e Barueri	US\$ 40 milhões	2001	instalação de uma nova fábrica de servidores (computadores que centralizam o fluxo de uma rede). Decisão tomada após a assinatura da nova Lei de Informática pelo Presidente em janeiro de 2001, que veta o artigo que restringia benefícios ao estado de São Paulo
Capacetes	Starplast	Iracemápolis	R\$ 2 milhões	2001	compras de novas máquinas e equipamentos e softwares de integração de quase todos os setores da empresa e gerenciamento do contato com clientes
Catalisadores	Engelhard do Brasil	Indaiatuba	US\$ 20 milhões	2000	montagem da fábrica capaz de produzir 1,5 milhão de unidades por ano

Eletróportáteis	Polti	Araras	R\$ 10 milhões	2000 a 2001	montagem de duas novas linhas de produção das quais sairão três produtos "made in Brazil": o aspirador de pó Cinderella, o ferro de passar roupa Caresse e o Vaporetino
Equipamentos Automobilísticos	Seiren Produtos Automotivos Ltda.	Votorantim	R\$ 5 milhões	segundo semestre de 2001	fabricante de tecidos para revestimentos de bancos e interiores de veículos. A empresa está isenta do pagamento de IPTU, ISS e taxas de licença e execução por cinco anos
Equipamentos (embreagens para ar condicionado)	Ogura Clutch	Indaiatuba	US\$ 49 milhões	2000	a produção, inicialmente, atenderá a demanda do principal cliente, a Delphi
Equipamentos (energia eólica)	Wobben Windpower	Sorocaba	R\$ 22 milhões	2001	R\$ 10 milhões serão destinados à iniciação do projeto de nova planta produtora de aerogeradores. Outros R\$ 12 milhões serão investidos na ampliação em 50% da produção da fábrica e contratação de mais 120 funcionários em 2001
Equipamentos (hidráulicos e pneumáticos)	Central Hidráulica e Pneumáticos (CHP)	Campinas	R\$ 35 mil	2000	desenvolvimento do alimentador automático, bico silenciador de ar, refrigerador de ar e alimentador de ar
Equipamentos (ferramentas especiais)	Walter do Brasil	Sorocaba	R\$ 13 milhões	2001	construção da sede administrativa e operacional
Equipamentos (pneumáticos)	Camozzi	Campinas	US\$ 4 milhões	2001	produção de válvulas e cilindros para a cadeia alimentícia, automobilística, farmacêutica, têxtil
Equipamentos (produtos para o fornecimento de água)	Anauger	Itupeva	R\$ 7 milhões	2001	expansão da planta fabril e lançamento de novos produtos visando atender aos mercados externo e interno(América Latina e EUA)
Máquinas Agrícolas	CNH Global	Piracicaba	R\$ 15 milhões	2001	fabricação de máquinas especiais para a agricultura e para a colheita de cana-de-açúcar e café, além de plantadeiras

Material Elétrico e de Comunicações	Lucent Technologies	Campinas	US\$ 50 milhões	2000 e 2001	a fábrica produzirá apenas cabos ópticos, já que as fibras serão importadas de quatro plantas da Lucent ou compradas de empresas sediadas no Brasil
Material Elétrico e de Comunicações	CommScope	Jaguariúna	US\$ 80 milhões	2000 e 2001	a empresa assinou um acordo com a Motorola para fornecer cabos de comunicação em banda larga para a fabricante de celulares e estação rádio-base. Iniciará suas atividades em julho de 2001 na nova planta industrial
Material Elétrico e de Comunicações	Brasfio	São João da Boa Vista	US\$ 6 milhões	2000 e 2001	instalação de uma segunda linha de produção de cabos ópticos devido aos contratos fechados com grandes operadoras de telecomunicações como a Telefonica e a Brasil Telecom
Material Elétrico e de Comunicações	Motorola	Jaguariúna	US\$ 2 milhões	2001	o investimento visa fazer as adaptações necessárias nas linhas de produção que já atendem aos terminais CDMA para iniciar a fabricação de aparelhos celulares no sistema GSM
Material Elétrico e de Comunicações	Kester Solder	Atibaia	US\$ 1,5 milhão	2001	única empresa do Brasil a produzir pastas de solda para a indústria eletrônica. Instalou-se no Condomínio Empresarial Atibaia atraída por benefícios como a desobrigação de realizar grandes investimentos em infra-estrutura e plantas e poder se dedicar apenas aos produtos oferecidos ao mercado
Material Elétrico e de Comunicações	LG	Taubaté	US\$ 60 milhões	2000	instalação de uma nova planta para produção de monitores para computador e celulares
Material Elétrico e de Comunicações	Motorola	Jaguariúna	US\$ 60 milhões	2000	investimentos realizados para acompanhar o crescimento do mercado
Material Elétrico e de Comunicações	Alcatel	Santana do Parnaíba	US\$ 30 milhões	2001 a 2002	aumento da produção de fibras ópticas até 2002 de 1,1 milhão para 2,5 milhões de Km por ano
Material Elétrico e de Comunicações	Huawei Technologies	Campinas	US\$ 30 milhões	2001	fabricará produtos de comutação, acesso e transmissão de dados para o mercado interno e América Latina

Material Elétrico e de Comunicações	Motorola	Jaguariúna	R\$ 10 milhões	2001	lançamento de dois aparelhos celulares de última geração e adequação de sua linha de produção à chegada de novas tecnologias em telefonia móvel
Material Eletrônico	Temic	Atibaia	R\$ 15 milhões	2001	nova planta que fabricará módulos de injeção eletrônica diesel e controladores veiculares para caminhões da DaimlerChrysler
Material de Telecomunicações	IBCO (Indústria Brasileira de Cabos Ópticos)	Salto	US\$ 2 milhões	primeiro semestre de 2001	implantação da planta produtora de redes de comunicação ópticas internas para edifícios, centrais telefônicas, TV a cabo e internet, com incentivos fiscais concedidos pela prefeitura de Salto
Material de Telecomunicações	Nortel Networks	Campinas	R\$ 10 milhões	2001	implantação do laboratório WING (Wireless Internet Next Generation)
Material de Telecomunicações	Dura- Line	Vinhedo	US\$ 16 milhões	1999 a 2001	inaugurada em novembro/1999, fabricante de dutos de telecomunicações, mas que começa a produzir a partir de maio/2001 tubulações de polietileno de alta densidade para os mercados de distribuição de gás e saneamento básico
Material de Telecomunicações	Flextronics	Sorocaba	US\$ 150 milhões	não definido	complexo industrial da empresa com previsão de 11 plantas na cidade. Produzirá dois novos celulares da Ericsson
Material de Telecomunicações	AsGa	Campinas	R\$ 380 mil	2001	desenvolvimento de um modem óptico
Material de Telecomunicações	Seicon Serviços de Engenharia e Instalação S/A	Sorocaba	R\$ 5,8 milhões	2002 a 2004	transferência da unidade de São Paulo para Sorocaba, motivada pela posição geográfica da cidade, que está em um dos eixos de maior desenvolvimento na área de telecomunicações do Estado. A empresa também contou com benefícios concedidos pela prefeitura
Material de Telecomunicações e Informática	Benchmark Eletronics	Campinas	US\$ 15 milhões	segundo semestre de 2001	construção de uma unidade própria ao lado do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e da Nortel

Máquinas de Usinagem (tornos)	Index Traub do Brasil	Sorocaba	R\$ 7 milhões	2001	ampliação de suas instalações que estão no limite da capacidade produtiva e ampliar a exportação principalmente para os países do Mercosul
Produtos Elétricos	Opto Eletrônica	São Carlos	R\$ 400 mil	2001	empresa fabricante de produtos optoeletrônicos. Lançamento de duas máquinas para o mercado nacional de produtos e equipamentos ópticos
Produtos Mecânicos	Vecotec Engenharia de Sistemas Termomecânicos	Campinas	não revelado	2000 e 2001	a ampliação da empresa prevê a instalação de uma linha de montagem e fabricação de aparelhos especiais, bem como a conquista de novos mercados como a área de telecomunicações, informática, indústria farmacêutica, hospitalar e área industrial
Produtos Mecânicos	Barbieri & Tarozzi	Campinas	não revelado	2001	o objetivo é conquistar 20% do mercado brasileiro de aquisição de máquinas novas e de reposição, com foco no pólo cerâmico de Santa Gertrudes, um de seus clientes principais
Produtos Mecânicos	JC Bamford Excavators Ltda.	Sorocaba	R\$ 8 milhões	2001	maior fabricante europeia de retroescavadeiras. A prefeitura da cidade concedeu isenção de pagamento de IPTU por dez anos, além de redução de 50% das taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento
Produtos Mecânicos	Caterpillar	Piracicaba	US\$ 4,5 milhões	2001	fabricação da retroescavadeira 416D, que até então era produzida apenas nos EUA e na Europa
Produtos Mecânicos	Caterpillar	Piracicaba	US\$ 2,5 milhões	2001	montagem de uma linha de produção de grupos de geradores de energia elétrica (motor, gerador, chassi e painel eletrônico)
Produtos Mecânicos	Caterpillar	Piracicaba	US\$ 6 milhões	1997 a 2001	ciclo de investimentos que durou cinco anos e que levou a empresa a conquistar a certificação ambiental ISO 14001
Produtos Mecânicos	TGM Turbinas	Sertãozinho	R\$ 10 milhões	2001	aumento de 30% da produção e automatização da planta para atender à demanda do setor sucroalcooleiro

Produtos Mecânicos	Equipav Sistemas	Sertãozinho	R\$ 1 milhão	2001	aumento da produção para atender à demanda dos setores de co-geração a partir da palha de arroz, cavaco de madeira, gás e papel e celulose
Produtos Mecânicos	Eaton do Brasil	Mogi Mirim	R\$ 100 milhões	2001 a 2003	construção de nova planta na cidade para produção de componentes de transmissões de caminhões médios Mercedes-Benz
Produtos Mecânicos	Bardella Indústrias Mecânicas	Sorocaba	R\$ 4 milhões	2001	empresa especializada na produção de componentes para a fabricação de usinas hidrelétricas, realizou tal investimento na modernização e implantação de novas tecnologias em sua planta
Produtos Mecânicos	Brunnschweiler	Marília	US\$ 1 milhão	2001	ampliação da unidade de ventiladores industriais de 2,5 mil para 4 mil metros quadrados, incorporando equipamentos como sistemas de transporte, ponte rolante, corte automatizado, além de ampliar o grau de automação em máquinas, especialmente na linha de soldagem
Produtos Mecânicos (tratores e máquinas pesadas)	Caterpillar	Piracicaba	US\$ 24 milhões	2001	investimento na área de produção da empresa para a aquisição de equipamentos e lançamento de máquinas para os mercados nacional e estrangeiro
Telecomunicações	Ericsson	Indaiatuba	R\$ 116 milhões	2000 e 2001	investimento em um centro de pesquisa e desenvolvimento de software e acordos com dez universidades e centro de pesquisa do país. Resultado direto da Lei de Informática
	3M do Brasil	Sumaré, Ribeirão Preto e Itapetininga	US\$ 50 milhões	2001	investimento em equipamentos para manufatura, novas linhas de produção, melhorias das unidades, informatização, design e construção de novos prédios
	3M do Brasil	Sumaré	US\$ 500 mil	2001	novo laboratório de ensaios para acessórios de cabos utilizados na distribuição de energia elétrica

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Febrero 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 27
Investimentos nas Macroregiões Brasileiras por Setor – Região Sudeste (exceto SP)
Grupo I – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Bebidas (refrigerantes)	Coca-Cola Brasil	Belo Horizonte (MG)	R\$ 17 milhões	2001 a 2002	transferência da produção de 100 milhões de litros de refrigerantes por mês da planta do Rio de Janeiro para a planta de Belo Horizonte, como parte do projeto de reestruturação da distribuição da empresa no país
Produtos Alimentícios	Seghers	Patos de Minas (MG)	R\$ 4,6 milhões	1999 a 2001	parte do montante foi destinado à instalação de um núcleo genético com alojamento de 300 fêmeas de linhagens puras de suínos, outra parte está sendo destinada à ampliação do alojamento para 600 fêmeas
Produtos Alimentícios	Royal Numico	Arceburgo (MG)	R\$ 30 milhões	2000 a 2001	expansão de 60% da capacidade produtiva da planta de cereais matinais
Produtos Alimentícios	Cory	Arceburgo (MG)	R\$ 36 milhões	2002	unidade industrial que centralizará as linhas de produção de balas e drops da empresa. A nova unidade permitirá ampliar a produção das linhas de biscoitos e chocolates de sua outra planta em Ribeirão Preto (SP)
Produtos Farmacêuticos	Sanofi-Synthelabo	Guadalupe (RJ)	R\$ 100 milhões	2002 a 2004	remodelagem de quase toda a fábrica, preparando-a para produzir localmente medicamentos da empresa que são importados e ainda fabricar remédios para exportação
Sucroalcooleiro	grupo Tércio Wanderley	Campo Florido (MG)	R\$ 27 milhões	2001	o grupo alagoano decidiu investir na região centro-sul pela maior produtividade da região que é 58% maior que a do nordeste e pelos canaviais ideais para mecanização da cultura

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 28
Investimentos nas Macroregiões Brasileiras por Setor – Região Sudeste (exceto SP)
Grupo II – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Couros	Braspelco	Uberaba (MG)	US\$ 5 milhões	2001	obras de ampliação do setor de beneficiamento, com compra de 20 máquinas
Fibras Sintéticas	Unifi	Alfernas (MG)	US\$ 100 milhões	2000 a 2001	a fábrica está no mesmo padrão mundial da companhia e deverá aumentar em 18% a capacidade de produção
Metalurgia (alumínio)	Alucobond do Brasil	Serra (ES)	US\$ 15 milhões	2001 a 2002	instalação de planta produtora de painéis de alumínio
Metalurgia (chumbo)	Votorantim Metais (Companhia Mineira de Metais)	Três Marias (MG)	US\$ 6,5 milhões	2001 a 2003	aumento da produção anual de 13 mil para 16 mil toneladas de chumbo concentrado
Metalurgia (ouro)	AngloGold	Sabará (MG)	US\$ 240 milhões	2000 a 2004	duplicação da mina de Sabará, que responde por 35% da produção total de 16 toneladas de ouro da Anglo
Metalurgia (zinco)	Votorantim Metais (Companhia Mineira de Metais)	Três Marias (MG)	US\$ 160 milhões	1999 a 2001	a capacidade de produção aumentou de 115 mil toneladas de concentrado de zinco para 165 mil toneladas e refletam as boas perspectivas do mercado internacional de zinco
Papel e Celulose	Aracruz Celulose	ES	R\$ 666,3 milhões	2001	financiamento do BNDES para investir em sua terceira linha industrial de celulose de eucalipto, ampliando a produção da empresa de 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano para 2 milhões
Papel e Celulose	Cenibra	Belo Oriente (MG)	US\$ 100 milhões	não definido	elevação da capacidade instalada da fábrica de 800 mil para 1 milhão de toneladas por ano de celulose branqueada de eucalipto

Petrolífero	Coppe/RJ	Campos (RJ)	R\$ 15,7 milhões	2000 a 2001	construção de um tanque oceânico para dar suporte à exploração de óleo e gás na Bacia de Campos, cujas atividades avançam para para profundidades de 3 mil metros
Produtos de Borracha	Nitriflex	Rio de Janeiro	US\$ 3 milhões	2001 a 2003	fabricação de NBR (acrilo nitrilo butadieno) voltado para o segmento de autopeças
Produtos Químicos	Synteko	Uberaba (MG)	R\$ 36 milhões	2000	a nova planta atenderá à demanda interna do país de resinas termofixas
Produtos Químicos	Fosfertil	Uberaba (MG)	US\$ 60,5 milhões	a partir de 2002	ampliação de seu complexo químico de Uberaba
Produtos Químicos	Bunge Fertilizantes	Araxá (MG)	US\$ 35 milhões	2001 a 2002	nova unidade produtora de ácido fosfórico
Produtos Químicos	Rio Polímeros	Duque de Caxias (RJ)	US\$ 640 milhões	não definido	construção do primeiro pólo gás-químico do País, com capacidade prevista para produzir 550 mil toneladas por ano de polietileno, a partir do gás natural produzido na Bacia de Campos
Siderurgia	CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	Volta Redonda (RJ)	US\$ 500 milhões	2001	a maior parte dos recursos, US\$ 300 milhões, será destinada à modernização da unidade de laminação de tiras à quente e à reforma do maior alto-forno da usina de Volta Redonda
Siderurgia	Açominas	Ouro Branco (MG)	US\$ 122 milhões	2001	aumentar a capacidade de produção de 2,7 milhões para 3 milhões de toneladas anuais e colocar em operação seu primeiro laminador de perfis estruturais
Siderurgia	CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	Porto Real (RJ)	US\$ 286 milhões	2000 a 2001	produção de aço galvanizado para atender ao mercado automobilístico
Siderurgia	Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira	Andrade(MG)	US\$ 12 milhões	2001 a 2002	duplicação da mina de Andrade elevando a produção de 600 mil para 1,8 milhão de toneladas por ano de minério de ferro, para atender à demanda da usina de João Monlevade, sua maior unidade produtora de aço no País

Siderurgia	Liquifer (Grupo Cargill)	Anchieta (ES)	US\$ 20 milhões	2001 a 2002	instalação da primeira unidade em escala industrial para obtenção do ferro-gusa com uma nova tecnologia brasileira. O novo processo utiliza matérias primas menos nobres como sucata e pó de minério de ferro
Siderurgia	CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)	Volta Redonda (RJ)	US\$ 700 milhões	não definido	instalação de nova fábrica de aço para a fabricação de 3 milhões a 3,5 milhões de toneladas de aço por ano, que serão convertidas em placas
Siderurgia	Cosigua (grupo Gerdau)	RJ	US\$ 140 milhões	2001 a 2003	instalação de uma nova linha de perfis leves, aumento da capacidade de galvanização e melhorias de produtividade e de qualidade dos produto siderúrgicos

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/ Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 29
Investimentos nas Macroregiões Brasileiras por Setor – Região Sudeste (exceto SP)
Grupo III – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de capital e de Consumo Duráveis

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Automobilístico	Peugeot Citroën	Porto Real (RJ)	US\$ 600 milhões	2000 a 2001	a meta do grupo é produzir 24 mil unidades do Peugeot 206 e do Citroën Xsara Picasso em 2001
Automobilístico	Fiat	Betim (MG)	US\$ 10 milhões	2001	aumentar em 10% a capacidade instalada para produzir 2 mil veículos/dia, motivada pelo crescimento da demanda
Automobilístico	Volkswagen	Resende (RJ)	R\$ 20 milhões	2001	investimento em tecnologia para desenvolver chassis de minibus, microônibus e ônibus
Automobilístico	Iveco-Fiat	Sete Lagoas (MG)	US\$ 200 milhões	2000	nova planta de caminhões e veículos comerciais leves
Eletrodomésticos	Black & Decker	Uberaba (MG)	US\$ 13 milhões	2000 a 2002	oito novas linhas de produtos serão incluídas na fábrica de Uberaba, entre ferramentas e eletroportáteis para aumentar o índice de produtos nacionalizados da empresa
Material Elétrico	Phillips	Varginha (MG)	R\$10,5 milhões	2001	primeira planta industrial de reatores para lâmpadas fluorescentes e para iluminação pública no País
Material Elétrico	Quintas & Quintas	Sarzedo (MG)	US\$ 70 milhões	2001	produção de cabos elétricos de alta e baixa tensão utilizados na transmissão de energia elétrica. 25% da produção será destinada a Argentina, Chile, Colômbia e Panamá
Material de Transporte	GE Celma	Petrópolis (RJ)	US\$ 40 milhões	2000 a 2001	os recursos serão aplicados na ampliação da capacidade industrial de peças aeronáuticas, introdução de novas tecnologias e digitalização de processos

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 30
Investimentos nas Macroregiões Brasileiras por Setor – Região Sul
Grupo I – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Bebidas (leite)	Elegê Alimentos	Teutônia (RS)	R\$ 53 milhões	2000	produção de leite longa vida
Bebidas (leite)	Grupo Vigor	Santo Inácio (PR)	R\$ 7,6 milhões	2001	boa oferta de matéria-prima, proximidade com o mercado de São Paulo e incentivos fiscais concedidos pelo governo paranaense
Bebidas (refrigerantes)	Indústria de Bebidas Fruki	Lajeado (RS)	R\$ 28 milhões	2000 a 2001	investimento para dobrar em cinco anos a capacidade anual de 150 milhões de litros de refrigerantes
Frigoríficos	Coopercentral	Joaçaba (SC)	R\$ 10 milhões	2000 a 2001	novo frigorífico onde deverá abater diariamente entre 1,5 mil e 2 mil suínos até 2001
Frigoríficos	Coopercentral	Chapecó (SC)	R\$ 33 milhões	2001	nova ala para produzir salsichas, linguiças e mortadelas
Frigoríficos	Agrosul	São Sebastião do Caí (RS)	R\$ 15 milhões	não definido	transferência do frigorífico de Caxias do Sul, que possibilitará o aumento de 60% do abate de 25 mil aves ao dia para 40 mil, no primeiro ano, e 140 mil em cinco anos. A nova planta também produzirá frango desidratado, um insumo básico para a indústria de alimentos
Produtos Alimentícios	Coopercampos	meio-oeste de SC	R\$ 13,4 milhões	não definido	a companhia de genética suína investiu para montar o núcleo filial, onde bisavós produzem avós, que geram matrizes e machos reprodutores
Produtos Alimentícios	Agrogen	Montenegro (RS)	R\$ 5 milhões	2001	empresa de multiplicação de matrizes investe na construção de uma granja filial que alojará 1500 avós e bisavós
Produtos Alimentícios	SantaLúcia Alimentos	Camaquã (RS)	R\$ 7 milhões	2001	implantação de usina termelétrica, movida a casca de arroz

Produtos Alimentícios	Cooperativa Regional Agropecuária Languiru	Teutônia (RS)	R\$ 20 milhões	2001	é formada por 2 mil associados ativos e a meta é obter uma fatia do mercado de embutidos
Produtos Alimentícios	Bunge	Esteio (RS)	R\$ 500 milhões	2000 a 2003	ampliação da fábrica de proteína de soja com aumento da capacidade de 25 mil para 50 mil toneladas
Produtos Alimentícios	Perdigão	SC	R\$ 3 milhões	2º semestre de 2001	aumento de 5% na oferta de aves natalinas e cortes suínos no mercado
Produtos Alimentícios	Chapecó	SC	R\$ 300 mil	2º semestre de 2001	investimento em marketing, reformulação das embalagens e contratação de 60 promotores para os pontos de venda
Produtos do Reino Vegetal- in natura	pequenos e médios produtores	Bagé, Vacaria e Pelotas (RS)	R\$ 10 mil/hectare	1998 a 2001	fruticultura irrigada de pêssego, ameixa, pêra e outras frutas de clima temperado

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 31
Investimentos nas Macroregiões Brasileiras por Setor – Região Sul
Grupo II – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Artigos e Artefatos de Madeira	Isdra	Novo Hamburgo (RS)	US\$ 70 milhões	2000 a 2001	a nova planta produzirá MDF (chapas de média densidade) estimulada pelo crescimento do setor moveleiro
Artigos e Artefatos de Madeira	Boise Cascade do Brasil Ltda.	Guaíba (RS)	R\$ 50 milhões	2001	fábrica de beneficiamento de madeira, que produzirá lâminas e compensados de eucalipto, basicamente para exportação. A qualidade da madeira cultivada no RS foi um dos motivos para a instalação da empresa no estado
Artigos e Artefatos de Madeira	Ordene (grupo Bettanin)	Esteio (RS)	R\$ 20 milhões	2001	nova planta de móveis em resina para interiores
Couros	Arthur Lange	Turuçu (RS)	US\$ 500 mil	2001 a 2003	ampliar a produção de 2000 para 3000 couros acabados por dia
Embalagens (alumínio)	Latasa	Gravataí (RS)	US\$ 45 milhões	2001	inauguração de uma nova unidade de latas de alumínio para o segmento de bebidas para atender à demanda dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
Embalagens (alumínio)	Latasa	Viamão (RS)	US\$ 60 milhões	2001 a 2002	implantação de nova planta cuja capacidade será de produção de 1,6 bilhão de latas anuais
Gases Industriais	White Martins	Joinville (SC)	R\$ 60 milhões	2001	nova planta dos gases oxigênio, nitrogênio e argônio
Material de Construção	Brasilit (grupo Saint Gobain)	Esteio (RS)	não revelado	2001	reestruturação da planta que produzirá telhas e caixas d'água com base no fio sintético PVA
Material Plástico	Polo (grupo Unigel)	Rio Grande do Sul	US\$ 40 milhões	não definido	capacidade de produção de filme BOPP, película usada nas embalagens de cigarro e de alimentos, de 17 mil toneladas/ano
Metalurgia	Paranapanema S/A	Rio Grande e São José do Norte (RS)	US\$ 516 milhões	não definido	exploração das reservas de ilmenita em São José do Norte e industrialização de pigmentos de dióxido de titânio em Rio Grande

Metalurgia	Marcegaglia	Garuva (SC)	US\$ 30 milhões	2001	implantação de planta produtora de condensadores para refrigeração, sendo 30% da produção voltada para exportação
Papel e Celulose	Klabin Riocell	Guaíba (RS)	US\$ 130 milhões	2001 a 2002	ampliar a produção anual de 300 mil para 400 mil toneladas de celulose
Produtos de Cerâmica (pisos e azulejos)	Portobello	Tijucas (SC)	US\$ 16 milhões	2000	construção de uma fábrica de porcelanato, segmento do mercado cerâmico que mais cresce no mundo
Produtos de Vidro	Cebrace	Barra Velha (SC)	US\$ 120 milhões	2001 a 2002	a escolha da região sul ocorreu por ser o segundo maior mercado brasileiro em consumo de vidro e por ser também o que mais cresce em função da indústria moveleira, dos processadores de vidro, da construção civil e dos distribuidores
Produtos Químicos	Synteko	Araucária (PR)	R\$ 29 milhões	2000 a 2001	terá sua capacidade produtiva de resinas para madeira dobrada
Produtos Químicos	Synteko	Gravataí (RS)	R\$ 15 milhões	2000 a 2001	ampliação da produção de formol para 55 mil toneladas anuais
Produtos Químicos	Copesul	Triunfo (RS)	US\$ 680 milhões	2001 a 2004	aumentar em 450 mil toneladas anuais sua produção de eteno
Siderurgia	Veja do Sul (grupo Usinor)	São Francisco do Sul (SC)	US\$ 480 milhões	2001 a 2003	com a inauguração de sua nova planta em 2003, pretende tornar-se a terceira concorrente de aços galvanizados do país
Siderurgia	CSN	Araucária (PR)	US\$ 250 milhões	não definido	a nova planta produzirá 340 mil toneladas de aço galvanizado voltado para o mercado automotivo

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Febrero 2002. *Elaboração Própria.*

Tabela 32
Investimentos nas Macroregiões Brasileiras por Setor – Região Sul
Grupo III – Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis

Setor	Empresa	Região de Investimento	Montante	Período	Característica
Automobilístico	Renault	São José dos Pinhais(PR)	US\$ 100 milhões	2000 a 2001	a unidade começa a produzir em 2001 o furgão Master e até o final do primeiro semestre de 2002 o Nissan Frontier, da marca japonesa que firmou uma aliança global com a Renault em março de 1999. A planta deve gerar mil empregos até 2002
Automobilístico	Nissan Motor Company Ltda.	São José dos Pinhais(PR)	US\$ 100 milhões	2001 a 2002	a empresa japonesa realizou uma aliança estratégica com a Renault para o aproveitamento comum do complexo industrial da parceira francesa localizado em São José dos Pinhais. Irá lançar o utilitário esportivo Nissan Xterra em 2003 e a picape Frontier em 2002
Automobilístico	Renault	São José dos Pinhais(PR)	US\$ 975	2001	US\$ 700 milhões para a produção do Clio e Scénic, US\$ 55 milhões em estamperia e US\$ 220 milhões em motores
Autopeças	Sommer Allibert	São José dos Pinhais(PR)	R\$ 53 milhões	2001	investimento em duas plantas, sendo uma delas em parceria com a Siemens para produção de cockpit para carros
Autopeças	Arvin-Kayaba do Brasil	Fazenda Rio Grande (PR)	US\$ 10 milhões	2001	produção de amortecedores para a Renault, Toyota e Mitsubishi
Autopeças	Fundição Tupy	Joinville (SC)	R\$ 15 milhões	2001	nova linha de produção para a usinagem de parte dos blocos de motores que funde desde o 2000 para a PSA Peugeot Citroën
Equipamentos	Orbis Mertig	Campina Grande do Sul (PR)	US\$ 6 milhões	1997 a 2000	fabricante de aquecedores e fogões a gás

Equipamentos	Escowal	Novo Hamburgo (RS)	R\$ 80 mil	2001	fábrica de escovas industriais rotativas para calçados e produtos químicos para tratamento de superfície. O investimento foi principalmente em máquinas, instalações, mão-de-obra e capital de giro
Material de Telecomunicações	Siemens	Curitiba (PR)	não revelado	não definido	instalação de unidade de fabricação de equipamentos de infra-estrutura de transmissão para o mercado de telefonia celular GSM
Produtos Mecânicos	Artel	Rio Grande do Sul	US\$ 1,5 milhão	2000 a 2001	construção de uma nova fábrica de ar-condicionado e distribuição a partir de janeiro de 2001 de sua nova linha split chamada New Fresh
Produtos Mecânicos	Indústria Mecânica Tool Machine	Joinville (SC)	R\$ 1 milhão	1999 a 2001	produtora de moldes de injeção de plástico e alumínio para indústrias automotivas, de eletrodomésticos e telecomunicações, investiu em novas máquinas, programas de computador e treinamento
Produtos Mecânicos	Btomec Indústria Mecânica	Joinville (SC)	R\$ 1 milhão	1999 a 2001	fábrica de moldes para a indústria de alumínio, plástico, borracha e baquelite, investiu em treinamento, três máquinas de Comando Numérico Computadorizado, 30 máquinas convencionais e softwares para desenho e usinagem
Produtos Mecânicos	Usinar	Joinville (SC)	R\$ 1,2 milhão	1999 a 2001	investimentos em máquinas de Comando Numérico Computadorizado e acessórios
Produtos Mecânicos	Bosch	Curitiba (PR)	R\$ 314 milhões	2001 a 2005	produção no Brasil das bombas com injeção eletrônica que importa de unidades dos EUA. Investimento em compra de equipamentos e ampliação da fábrica da Cidade Industrial de Curitiba

Gazeta Mercantil – Novembro 2000/Fevereiro 2002. *Elaboração Própria.*